



## Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

### Diário da Sessão

**XI Legislatura**

**Número: 11**

**I Sessão Legislativa**

**Horta, quarta-feira, 15 de fevereiro de 2017**

**Presidente:** *Deputada Ana Luís*

**Secretários:** *Deputada Bárbara Chaves e Deputado Jorge Jorge*

### SUMÁRIO

*Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 07 minutos.*

A sessão iniciou-se com uma [interpeleção ao Governo Regional sobre “Mar e Economia Azul”](#), apresentada pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP.

Após a intervenção do Sr. Deputado Alonso Miguel (*CDS-PP*) usou da palavra o Sr. Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia (*Gui Menezes*).

O debate prosseguiu com a participação dos Srs. Deputados Paulo Mendes (*BE*), Luís Garcia (*PSD*), José Contente (*PS*), Paulo Estêvão (*PPM*), Artur Lima (*CDS-PP*), João Vasco Costa (*PS*), João Corvelo (*PCP*), André Bradford (*PS*), da Sra. Deputada Zuraida Soares (*BE*) e do Sr. Presidente do Governo Regional (*Vasco Cordeiro*).

Posteriormente deu-se continuidade ao debate do [Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 1/XI – “Regime dos requerimentos parlamentares”](#), apresentado pela Representação Parlamentar do PPM.

Usaram da palavra os Srs. Deputados Paulo Estêvão (*PPM*), Zuraida Soares (*BE*), Francisco Coelho (*PS*), João Bruto da Costa (*PSD*), o Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*) e o Sr. Presidente do Governo Regional (*Vasco Cordeiro*).

Submetido à votação o diploma foi rejeitado por maioria.

Proferiram declarações de voto os Srs. Deputados Duarte Freitas (*PSD*), Francisco Coelho (*PS*) e Paulo Estêvão (*PPM*).

Na sequência da declaração de voto do Sr. Deputado Duarte Freitas o Sr. Presidente do Governo Regional (*Vasco Cordeiro*) usou da palavra para interpelar a Mesa.

Em seguida foi aprovado por unanimidade o **Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão sobre o Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 2/XI – “Décima alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 2/99/A, de 20 de janeiro, que adapta o sistema fiscal nacional à Região Autónoma dos Açores**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD, após a justificação do Sr. Deputado Duarte Freitas (*PSD*).

Seguiu-se o debate do [Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 2/XI – “Décima alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 2/99/A, de 20 de janeiro, que adapta o sistema fiscal nacional à Região Autónoma dos Açores](#), tendo para o efeito usado da palavra os Srs. Deputados António Vasco Viveiros (*PSD*), Carlos Silva (*PS*), Paulo Mendes (*BE*), João Corvelo (*PCP*), Artur Lima (*CDS-PP*), Paulo Estêvão (*PPM*) e o Sr. Vice-Presidente do Governo (*Sérgio Ávila*).

*Os trabalhos terminaram às 19 horas e 32 minutos.*

**Presidente:** Bom dia, Sras. e Srs. Deputados.

Pedia ao Sr. Secretário da Mesa o favor de fazer a chamada.

*Eram 10 horas e 07 minutos.*

**Secretário:** Bom dia.

*Procedeu-se à chamada à qual responderam os/as seguintes Deputados/as:*

***Partido Socialista (PS)***

**Ana Luísa Pereira Luís**

**André Cláudio Gambão Rodrigues**

**André Jorge Dionísio Bradford**

**António Gonçalves Toste Parreira**

**Bárbara Pereira Torres de Medeiros Chaves**

**Carlos Emanuel Rego Silva**

**Dionísio Medeiros Faria e Maia**

**Francisco Miguel Vital Gomes do Vale César**

**Iasalde Fraga Nunes**

**Isabel Maria Rodrigues Almeida Correia**

**João Paulo Lopes Araújo Ávila**

**João Vasco Pereira da Costa**

**José António Vieira da Silva Contente**

**José Carlos Gomes San-Bento de Sousa**

**José Manuel Gregório Ávila**

**Manuel Alberto da Silva Pereira**

**Manuel José da Silva Ramos**

**Maria da Graça Oliveira Silva**

**Maria de Fátima Soares Fernandes Rocha Ferreira**

**Maria Isabel da Silveira Costa Rosa Quinto**

**Mário José Diniz Tomé**

**Miguel António Moniz Costa**

**Mónica Gomes Oliveira Rocha**

**Pedro Miguel Medeiros de Moura**

**Renata Correia Botelho**

**Ricardo Bettencourt Ramalho**

**Sónia Cristina Franco Nicolau**

**Susana Goulart Costa**

*Partido Social Democrata (PSD)*

**António Augusto Baptista Soares Marinho**

**António Manuel Silva Almeida**

**António Vasco Vieira Neto de Viveiros**

**Carlos Manuel da Silveira Ferreira**

**Catarina Goulart Chamacame Furtado**

**César Leandro Costa Toste**

**Duarte Nuno D'Ávila Martins de Freitas**

**Jaime Luís Melo Vieira**

**João Luís Bruto da Costa Machado da Costa**

**Jorge Alexandre Alves Moniz Jorge**

**Luís Carlos Correia Garcia**

**Luís Maurício Mendonça Santos**

**Luís Miguel Forjaz Rendeiro**

**Marco José Freitas da Costa**

**Maria João Soares Carreiro**

**Mónica Reis Simões Seidi**

**Paulo Henrique Parece Batista**

*Partido Popular (CDS-PP)*

**Alonso Teixeira Miguel**

**Artur Manuel Leal Lima**

**Catarina de Oliveira Cabeceiras**

**Maria da Graça Amaral da Silveira**

***Bloco de Esquerda (BE)***

**Paulo José Sousa Mendes**

**Zuraida Maria de Almeida Soares**

***Partido Comunista Português (PCP/PEV)***

**João Paulo Valadão Corvelo**

***Partido Popular Monárquico (PPM)***

**Paulo Jorge Abraços Estêvão**

**Presidente:** Obrigada, Sr. Secretário.

Estão presentes 53 Sras. e Srs. Deputados, o que significa que temos quórum.

Declaro aberta a sessão. Pode entrar o público.

Entramos nesta nossa manhã de trabalhos no ponto 2 da nossa Agenda:

**interpeção ao Governo Regional sobre “Mar e Economia Azul”,**  
apresentada pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP.

Rege esta matéria os artigos 183.º e 184.º do nosso Regimento.

Os tempos foram definidos pela Conferência de Líderes e são os seguintes:

O interpelante, o PS e o Governo Regional dispõem de 32 minutos;

O PSD de 24 minutos;

O Bloco de Esquerda de 12 minutos;

O PCP e o PPM de 10 minutos.

Para iniciar o debate tem a palavra o Sr. Deputado Alonso Miguel.

**Deputado Alonso Miguel (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados,  
Sras. e Srs. Membros do Governo:

Portugal é um país relativamente pequeno, se considerarmos apenas o seu território terrestre, uma vez que, incluindo os arquipélagos dos Açores e Madeira, apresenta uma área de apenas cerca de 92.000 km<sup>2</sup>.

Porém, tendo em conta a sua dimensão marítima, Portugal assume-se como um grande País.

A Zona Económica Exclusiva de Portugal apresenta, aproximadamente, 1,7 milhões de Km<sup>2</sup>, dos quais cerca de 1 milhão correspondem à subárea dos Açores. Portanto, os Açores são responsáveis por cerca de 57% da ZEE Portuguesa, sendo, por isso, uma grande Região.

Em maio de 2009, ao abrigo da Convenção das Nações Unidas sobre o Mar, Portugal submeteu à Comissão de Limites da Plataforma Continental da ONU, uma proposta para o alargamento da sua Plataforma Continental para além das 200 milhas marítimas que limitam a ZEE, o que lhe confere, em caso de aprovação, jurisdição sobre o solo e subsolo marinhos na área da Plataforma Continental alargada e sobre os recursos, vivos ou não vivos, aí existentes.

Para a execução do Projeto de Extensão da Plataforma Continental, pelas mãos de um Governo de coligação PSD - CDS, através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 9/2005, de 17 de janeiro, foi criada a Estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Continental, cujo mandato foi recentemente estendido.

Caso a pretensão Portuguesa seja aprovada é exetável que sejam adicionados ao espaço sob jurisdição portuguesa cerca de mais 2,15 milhões de km<sup>2</sup>, sendo que grande parte dessa área se deve à localização geográfica do Arquipélago dos Açores.

Assim, no total, a área sob jurisdição de Portugal será superior a 3,8 milhões de km<sup>2</sup>, o que equivale a mais de 41 vezes a área emersa do território Português. Estima-se que a proposta apresentada por Portugal, que faz parte de um conjunto de 77 propostas submetidas por diversos países, comece a ser avaliada em 2018 e que o processo esteja concluído em 2020.

É, assim, por demais evidente, a importância dos Açores na dimensão marítima de Portugal, independentemente da aprovação, ou não, da proposta para o alargamento dos limites da sua Plataforma Continental, sendo certo que a preponderância da Região será ainda maior em caso de aprovação.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

É de extrema importância que possamos proteger o nosso mar e os seus diversos recursos. Apesar de o conhecimento científico sobre os fundos marinhos nacionais ser ainda muito reduzido, os dados recolhidos, por exemplo, nas diversas campanhas de investigação científica e cruzeiros levados a cabo no âmbito do Projeto de Extensão da Plataforma Continental, permitem antecipar um enorme potencial ao nível dos diferentes recursos existentes na Plataforma continental de Portugal, como por exemplo, recursos minerais, energéticos, biológicos e genéticos.

À medida que aumenta a escassez de recursos em terra e que as tecnologias prospetivas e extrativas progridem, a exploração dos recursos vivos e não vivos dos fundos marinhos torna-se cada vez mais exequível e apelativa.

Das várias missões oceanográficas internacionais realizadas no interior da ZEE e nas zonas adjacentes na Crista Média-Atlântica, resultou a descoberta de cinco campos hidrotermais ativos: Menez Gwen, Lucky Strike e Saldanha (localizados no interior da ZEE) e os campos Rainbow e Moytirra, situados na plataforma continental estendida.

Nestes campos hidrotermais, formam-se Sulfuretos Polimetálicos, onde há potencial para o aparecimento de recursos como cobre, zinco, chumbo, estanho, ouro e prata.

Outros recursos não vivos podem ainda ser encontrados no interior da ZEE Portuguesa e na zona de extensão da Plataforma Continental, tais como:

Crostras de Ferro e Manganês, associadas a montes submarinos, onde potencialmente existem recursos como Cobalto, Níquel e Terras Raras;

Nódulos polimetálicos, que surgem nas zonas de planície abissal, que têm como potenciais recursos manganês, níquel e cobalto; e ainda vulcões de lama, que ocorrem junto às margens continentais e que potenciam o aparecimento de metano.

Também ao nível dos recursos vivos, existe um grande potencial na plataforma continental de Portugal, nomeadamente no que diz respeito à fauna, bactérias e fungos que vivem no solo ou no subsolo e que são potenciais recursos para exploração, por exemplo, pelas indústrias farmacêutica, de cosmética e de diversas engenharias, tendo, portanto, grande potencial em termos do crescimento da economia azul.

Claro está que a maioria destes recursos estão localizados em zonas com ecossistemas sensíveis, cuja exploração desregrada e sem o conhecimento científico necessário e adequado, poderiam colocar em causa a sua sustentabilidade e existência, o que reforça a necessidade de proteção e salvaguarda por parte de Portugal e de um acompanhamento por parte da Região, nomeadamente em termos dos recursos encerrados no mar dos Açores.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

A exploração mineira dos fundos marinhos profundos evoluiu de apenas uma possibilidade remota, para uma realidade provável, apenas no espaço de uma década, pelo que agora, mais do que nunca, temos de nos preparar para esta realidade cada vez mais eminente.

Atualmente está em curso um estudo-piloto, denominado Blue Atlantis, que é, no fundo, um compromisso no contexto da *European Innovation Partnership on Raw Materials*, para testar o acesso e exploração de recursos minerais a grandes profundidades no mar dos Açores e que tem por principais objetivos:

- Garantir o acesso da indústria europeia a matérias-primas, nomeadamente metais raros e estratégicos;

- Assegurar a liderança da Europa no desenvolvimento de tecnologias de grande profundidade;
- Promover o avanço na investigação, educação e conhecimento por parte das universidades e centros de investigação.

Este consórcio envolve 45 parceiros de 8 Países Europeus e do Canadá, entre empresas e entidades, sendo coordenado pela Associação Alemã de Tecnologia Marinha.

Por sinal, o único representante do Canadá neste consórcio é a empresa de mineração *Nautilus Mineralis* que, já desde 2008, demonstra todo o interesse na prospeção mineira no mar dos Açores e que devido à falta de especificação das competências na gestão partilhada do mar continua sem conseguir iniciar qualquer atividade. Lamentável!

Sendo certo que é grande a representatividade de Portugal neste consórcio, que conta com 12 parceiros, na verdade, do mesmo não faz parte um único parceiro ou representante dos Açores, nem tão pouco a Universidade dos Açores.

Consideramos que isso é completamente inadmissível, pelo que ficamos na dúvida se se tratará de desconhecimento ou apenas negligência pura?!

De qualquer forma, mais uma vez, a passividade do Governo Regional nesta matéria poderá significar que fiquemos novamente a ver navios.

Como tal, os esclarecimentos que, para já, pretendemos por parte do Governo Regional são os seguintes:

- 1 – Tem o Governo Regional conhecimento do estudo-piloto denominado Blue Atlantis?
- 2 – Se sim, de que forma tem o Governo Regional acompanhado este processo que envolve o mar dos Açores?
- 3 – Porque não estão os Açores devidamente representados neste consórcio internacional?

4 – Partindo do princípio que existe uma estratégia delineada para o mar dos Açores, não considera o Governo Regional que este e qualquer outro tipo de estudos são da maior importância e que é do nosso total interesse ter uma representação efetiva e/ou fazer o seu acompanhamento de forma proactiva?

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

As perspetivas são muito animadoras, mas o futuro, visto hoje, revela-se ainda muito incerto.

As novas oportunidades, se bem aproveitadas, poderão constituir um novo alento à economia açoriana.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

O Sr. Secretário vai usar da palavra. Tem a palavra então, Sr. Secretário Regional.

(\*) **Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia (Gui Menezes):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em relação à intervenção do Deputado Alonso Miguel, nomeadamente nas perguntas mais concretas que fez em relação ao Projeto Blue Atlantis, o que se pode dizer é o seguinte:

Esta intenção de projeto existiu e tratava-se apenas de uma manifestação de intenções. Este projeto não está a ocorrer, ao contrário do que o Sr. Deputado diz.

Este projeto não foi implementado e por isso não há muito a dizer. Ele “morreu pela raiz”.

Exatamente quais foram as razões não sei, mas ele neste momento não está a ocorrer, nem foi aprovado, nem financiado.

Já agora relembro que o projeto tinha o objetivo de criar uma estrutura para testar toda a cadeia de valor da mineração dos recursos geológicos e ambientes

marinhos profundos, desde a investigação e desenvolvimento tecnológico, metodológico para a mineração efetiva até ao procedimento industrial e comercialização.

Portanto, era um projeto de teste de uma série de ações que se preveem potencialmente serem necessárias para a exploração dos recursos minerais e geológicos de fundo.

O Governo Regional tinha conhecimento deste projeto,...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Mas não fez nada!

**O Orador:** ... acompanhou este projeto desde o início e, ao contrário também do que o Sr. Deputado diz, existem equipas dos Açores, equipas de investigação, que estavam envolvidas neste projeto. Havia investigadores do IMAR, da Universidade dos Açores, que estavam envolvidos neste projeto.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** O IMAR é nacional!

**O Orador:** O IMAR é um consórcio de várias Universidades Portuguesas e por acaso até tem sede nos Açores. Posso adiantar também que, em termos nacionais, as equipas de investigação regionais que investigam o mar profundo e estas questões da mineração, talvez as mais qualificadas, estejam felizmente nos Açores.

Portanto, o IMAR participou, tal como participou a Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, o Instituto Português do Mar e da Atmosfera (participou, não, estavam envolvidos no consórcio), a Universidade de Aveiro, a Universidade de Évora, a Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, a Sociedade Portuguesa de Ciências Naturais do Continente, a estrutura de missão para a extensão da plataforma também estava envolvida, o Laboratório Nacional de Engenharia e Geologia. Enfim, estavam envolvidas uma série de instituições nacionais incluindo instituições regionais. Portanto, penso que está esclarecido.

Naturalmente que o Governo Regional acompanha estas matérias com muita atenção, atendendo ao potencial impacto, mas há aqui uma questão que também gostaria de dizer:

A exploração deste tipo de recursos minerais e o trabalho que a estrutura de missão fez no passado, vai exigir ainda, nomeadamente no arquipélago dos Açores, muitíssimo mais trabalho. Nós sabemos que existem algumas zonas com esse potencial, nomeadamente junto às fontes hidrotermais, mas a quantidade e o mapeamento desse potencial ainda não está feito e isso provavelmente levará anos.

Para se fazer esse levantamento são necessários recursos tecnológicos muito importantes, avançados, caros, e isso é um caminho que terá que ser feito antes de qualquer iniciativa de exploração.

Aliás, tanto quanto é do conhecimento geral, o interesse da empresa *Nautilus*, em primeira mão, seria fazer exatamente esse levantamento nalgumas zonas para se aferir o potencial desses recursos.

Hoje, nos Açores, não sabemos exatamente (nos Açores e no país!) qual é a extensão destes recursos.

Já se falou em alguns valores, mas a Zona Económica Exclusiva dos Açores é muito grande. Naturalmente que estes recursos estarão concentrados nas zonas mais propícias do ponto de vista geológico para eles poderem ocorrer, não estarão em toda a extensão da nossa Zona Económica Exclusiva e por isso, em primeira mão, é preciso mapear e quantificar exatamente qual a sua extensão verdadeira para depois podermos partir eventualmente para uma exploração.

Devo referir também que os Açores, como medida de salvaguarda, criou uma série de mecanismos e criou, por exemplo, o Parque Marinho dos Açores, e dentro do Parque Marinho dos Açores criou uma série de áreas que do ponto de vista ambiental nos parecem ser prioritárias. Portanto, já têm uma série de

salvaguardas para que não se cometam quaisquer erros, caso um dia esta atividade venha a desenvolver-se.

Devo dizer também, para terminar, que se há atividade eventualmente económica, de exploração de um recurso marinho, esta, se começar algum dia, será talvez aquela onde o conhecimento, antes dela se iniciar, será o melhor.

Ao contrário de outras atividades de extração de recursos marinhos, esta tem necessariamente um levantamento prévio muito exaustivo de todas as suas potencialidades, de todos os seus possíveis impactos e talvez será a única que terá como base de partida esse conhecimento.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Secretário.

A Mesa já tem inscrições. Tem a palavra o Sr. Deputado Alonso Miguel.

(\*) **Deputado Alonso Miguel (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário do Mar, Ciência e Tecnologia, ainda a semana passada o senhor disse publicamente, em São Miguel, aliás com alguma contradição à mistura, que havia uma grande confusão, que não havia nenhum projeto em andamento, referindo-se obviamente ao Blue Atlantis, para depois dizer que afinal havia um projeto que à partida seria financiado pela União Europeia, mas que não foi aprovado e que, portanto, não haverá nada disto nos Açores.

Eu nunca disse que o Blue Atlantis era um projeto piloto, muito menos da Comissão Europeia. Disse, sim, que era um estudo piloto e que consistia num compromisso, no contexto da *European Innovation Partnership on Raw Materials*,...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Ouça!

**O Orador:** ... para testar o acesso e exploração de recursos minerais a grandes profundidades no mar dos Açores por parte de um consórcio que envolvia 45 parceiros de oito Países Europeus e do Canadá, entre empresas e entidades, sendo coordenado pela Associação Alemã de Tecnologia Marinha.

Portanto, o Blue Atlantis, *Innovative Mining of Marine Mineral Resources*, não é um projeto, mas é sim um RMC, ou seja, é um esforço conjunto de diversos parceiros com o objetivo de levar a cabo uma série de atividades.

Portanto, o consórcio existe, o consórcio tem 12 parceiros portugueses entre os quais várias universidades do país e inclusive o IMAR, que tem um centro na Universidade dos Açores, mas que é nacional. Tem centros em outras universidades.

Portanto, o que parece aqui, o que nós devemos depreender, é que toda a gente estava envolvida menos os Açores. As outras universidades estavam diretamente envolvidas menos a Universidade dos Açores.

Portanto, não sabemos por que razão é que não acompanhou o Governo Regional diretamente este projeto, este estudo piloto e, por outro lado, quem é que extinguiu, quem é que tem a capacidade de extinguir este estudo.

Mas deixe-me colocar-lhe outra questão, Sr. Secretário:

É por todos reconhecido o potencial e a riqueza dos fundos marinhos dos Açores em termos de recursos minerais, energéticos, biológicos e genéticos.

Em fevereiro de 2013, o Governo dos Açores apresentou um contributo para a estratégia marítima para a região atlântica, onde se propunha, entre outras coisas, a criação de um consórcio internacional para o mar profundo sediado nos Açores e responsável pela inclusão de especialistas científicos nesta matéria, economistas e decisores políticos.

Em outubro de 2014, o anterior Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia, Fausto Brito e Abreu, afirmava que os Açores querem ser um piloto da biotecnologia marinha do atlântico norte e do mar profundo.

O mesmo Fausto Brito e Abreu disse, em setembro de 2015, que os Açores devem mostrar liderança política...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP): Liderança!**

**O Orador:** ... a nível internacional no desenvolvimento da chamada biotecnologia azul.

Portanto, o que nós não compreendemos é por que razão, já estando um consórcio criado e a trabalhar nestas matérias, os Açores não estejam lá devidamente representados?

Já alguém falou com alguma destas empresas ou entidades que estão diretamente envolvidas?

Já alguém falou com a estrutura de missão para a extensão da plataforma continental, ou diretamente com o IMAR, ou com alguma das universidades nacionais lá representadas? Ou até mesmo com a Agência Alemã da Tecnologia Marinha, que é quem coordena este consórcio, para saber o que é que tem sido feito e como é que nós podemos acompanhar e participar.

Portanto, que contactos é que foram feitos, que respostas é que foram obtidas? É tudo isto que pretendemos saber.

Muito obrigado.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Quem extinguiu o projeto? Não se esqueça de responder!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra agora o Sr. Deputado Paulo Mendes.

(\*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, especialmente o Sr. Secretário Regional do Mar:

É claro que é matéria consensual, mais do que isso unânime, que os Açores, ao contrário do que o senso comum tem vindo a depreender, é uma Região repleta de riquezas, não só no que diz respeito aos seus recursos endógenos, como também quanto à sua valiosa posição geoestratégica.

Infeliz e lamentavelmente, subsiste uma autêntica ausência de um projeto ou de uma visão própria por parte da Região e também da República no que diz respeito ao nosso próprio desenvolvimento, e principalmente com principais

responsabilidades para a Região. Isso tem a ver com aquela que foi durante décadas a estratégia adotada pela Região e também pela República de ficarmos sempre na dependência dos interesses externos e criou-se, dessa forma, um tabu, um tabu acerca do aproveitamento da nossa posição geoestratégica, e até mesmo dos nossos recursos endógenos, que se valia do aproveitamento decorrente dos interesses militares norte-americanos, no caso da nossa posição geoestratégica, e do caso dos nossos recursos endógenos de quem sabe, futuramente, de multinacionais que vêm para aí delapidar os nossos recursos sem que tenhamos sequer mão na forma como isso se faz, nem mesmo grande proveito.

Recentemente, e ainda bem, devido àquelas que foram as intenções reveladas pela administração norte-americana para reduzir a sua atividade militar na Base das Lajes, deu-se uma mudança de prioridades, não só na geoestratégia e nos interesses associados à geoestratégia por parte dos militares norte-americanos, mas também devido ao desenvolvimento da tecnologia militar que acabou por afastar um pouco o interesse que os norte-americanos teriam na nossa posição geoestratégica.

Decorrente dessa mudança de paradigma, quebrou-se aqui um tabu e finalmente a sociedade açoriana começou a refletir sobre alternativas a serem pensadas e discutidas para aproveitamento não só da nossa posição geoestratégica, mas também dos nossos recursos endógenos e para termos, quem sabe, no futuro, e espero que assim seja, uma visão e um projeto próprio para a nossa Região.

Portanto, agora debate-se como aproveitar a nossa posição geoestratégica e os nossos recursos endógenos, especialmente e neste caso o mar e o subsolo marinho.

Ora, a atual Lei de Bases do Ordenamento do Espaço Marítimo é também fruto da inércia e da falta de iniciativa e proatividade que se encontra na origem da dificuldade nossa de assumir aquilo que pretendemos para a Região.

E quando digo aqui “nossa”, não é propriamente do Bloco de Esquerda, porquê? Porque o PS ao impedir na nossa Assembleia o debate, na última legislatura, sobre as competências na gestão do nosso mar, através da criação de uma Comissão Eventual para a operacionalização do Estatuto, limitou, sem sombra para quaisquer dúvidas, a nossa Autonomia.

Portanto, não soubemos antecipar o que aí vinha e o que aí vinha era uma Lei de Bases do Ordenamento do Espaço Marítimo, completamente desastrosa para os interesses da nossa Região e para o aproveitamento dos nossos recursos endógenos.

Por isso, como não soubemos antecipar o que aí vinha, acabámos por correr atrás do prejuízo, como infelizmente continua a ser prática na nossa Região.

Portanto, a inércia da Região causou um atraso de décadas que tem de ser ultrapassado.

Não podemos continuar à espera que caiam umas migalhas na mesa de quem come os nossos recursos.

Por isso mesmo, e nós consideramos que ainda bem, o Governo Regional comprometeu-se a encetar diligências para mover influências no sentido de se alterar a Lei de Bases de Gestão do Espaço Marítimo.

Gostaríamos então de saber em que ponto se encontram tais diligências? Esta é sem dúvida uma questão central para garantir a defesa dos nossos interesses relativamente ao nosso mar, pelo que urge a tomada de medidas concretas.

Além da pergunta que já lhe coloquei, anuncio desde já que o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda compromete-se e anuncia, em consonância com o nosso programa eleitoral, a apresentar já no próximo mês uma anteproposta de lei para alteração a Lei de Bases de Gestão do Espaço Marítimo.

Obrigado.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Luís Garcia.

**Deputado Luís Garcia (PSD):** Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Não era para iniciar esta participação nesta interpelação necessariamente por esta temática, mas a temática que aqui foi abordada pelo CDS relativamente à questão da exploração dos recursos minerais é suficientemente importante para que aproveitemos este debate, de facto, para clarificar algumas questões sobre esta matéria.

Clarificar, porquê? Porque são cada vez mais notórias e há cada vez mais notícias que dão conta de um maior número de interessados em prospetar os fundos marinhos dos Açores.

Aparentemente a Região não conhece, os açorianos não sabem o que é que está em causa. Não sabemos se o Governo tem conhecimento dessas matérias.

Portanto, esta interpelação é uma boa altura para clarificarmos evidentemente algumas questões sobre estas matérias.

Eu gostava de fazer algum enquadramento, porque esta temática já vem de há muito e há contradições, há afirmações de diversos governos regionais sobre esta matéria que urge clarificar.

Já em dezembro de 2011, uma nota do GaCS dizia o seguinte:

“O Governo dos Açores confirma os contactos que têm sido estabelecidos entre as autoridades regionais e várias empresas interessadas na exploração de recursos minerais em torno das fontes hidrotermais do Mar dos Açores. A empresa Nautilus é uma dessas empresas, tendo sido ao longo dos últimos anos mantidos diversos contactos entre os seus representantes e diversos departamentos do Governo dos Açores.

O Governo dos Açores está a analisar as várias propostas, entre as quais se inclui a da já citada empresa. Contudo, este processo não está concluído, sendo,

por isso, prematura a referência à assinatura de qualquer contrato com qualquer empresa”.

Portanto, em 2011, Sr. Secretário, havia aqui um conjunto de empresas que estavam interessadas em prospetar os fundos marinhos dos Açores.

Que empresas são essas? Como é que evoluíram estes processos até aos dias de hoje?

Depois, em fevereiro de 2013, uma notícia do Diário de Notícias dava conta que em 2012 o Governo dos Açores emitiu um parecer favorável no sentido da empresa canadiana Nautilus fazer prospeção nas águas do arquipélago com vista a avançar para a exploração mineral dos fundos dos mares açorianos.

O Governo dos Açores deu parecer favorável.

Em fevereiro de 2013, nesta Assembleia, o então responsável pelo mar, dizia o seguinte:

“Os Açores são um dos poucos sítios no mundo em que se sabe existirem Depósitos de Sulfidos Polimetálicos na superfície do solo marinho. A empresa Nautilus, uma multinacional com sede no Canadá, apresentou ao Governo a intenção de prospetar e explorar estes recursos. Após publicação dos mapas, como previsto na lei, e não tendo obtido contestação, a intenção da Nautilus, encontra-se em preparação tendo em consideração os procedimentos tendentes a formular o respetivo contrato de prospeção”, adiantou a 19 de fevereiro de 2013, nesta Assembleia, o então secretário Luís Neto Viveiros, responsável pelas questões do mar.

Portanto, estávamos prestes a assinar o contrato de como evoluiu este processo. Mais recentemente, em setembro de 2016, e na sequência de uma notícia que apareceu no Jornal Público, que dava conta que o Governo da República quer acelerar a mineração do fundo dos mares dos Açores, esta intenção de acelerar, se fosse noutro tempo, aí seria classificada como o mar dos Açores estar a saque, pirataria...

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** ... e coisas deste género...

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito bem!

**Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Muito bem lembrado!

**O Orador:** ... mas em setembro de 2016, o Governo da República parece que queria acelerar a mineração no fundo dos mares dos Açores e o GaCS mais uma vez (um esclarecimento da Secretaria Regional do Mar, Ciência e Tecnologia) vem dizer que “não há qualquer negociação, acordo ou trabalho, ou procedimento a decorrer entre o Governo dos Açores, o Governo da República e a empresa Nautilus, ou com qualquer um deles isoladamente com vista à prospeção e exploração mineral nos fundos dos mares dos Açores”.

Portanto, o que existia em 2011, em 2013, em 2016, deixou absolutamente de existir.

Mais recentemente, e também já foi aqui referido, houve notícias públicas de que havia um projeto europeu, da Comissão Europeia, que também tem essa intenção de prospear os fundos marinhos dos Açores.

Portanto, Sr. Secretário Regional, o que é importante neste debate ficar claro é, o que é que temos em concreto sobre esta matéria de exploração dos recursos minerais?

Quais são os interessados que existem? Que pedidos existem? Qual é a posição do Governo dos Açores sobre esta matéria? Por que é que tem havido tanto segredo à volta desta matéria? Por que é que os açorianos não conhecem estas matérias?

De facto, isto é suficientemente importante para que tenhamos conhecimento de quais são os riscos e os impactos que efetivamente existem.

Tem a Região meios de controlo e de monitorização destas matérias?

Esta é uma questão de facto importante.

Que o Governo comece de facto a tratá-la com os Açores para que nesta matéria exista a visão da Região e não só a visão, tratada em segredo, do Governo Regional.

Disse.

**Deputados João Bruto da Costa e Luís Maurício (PSD):** Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado José Contente.

(\*) **Deputado José Contente (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista há muito tempo que acompanha esta problemática do mar e tem uma perspetiva em que considera que são importantes as dimensões históricas, técnico-científicas e políticas.

Hoje, aqui, provavelmente vamos focar mais as visões políticas, sem esquecer o *apport* que a visão técnico-científica dá para a chamada “economia azul”. Verdadeiramente não é essa a discussão que se vai passar hoje aqui, porque a “economia azul”, como muitos sabem, é o resultado de um célebre livro de Gunter Pauli, de 2007, que, de algum modo, foi transposta para a Estratégia 2020, com a ideia do crescimento “azul”. É isso que esta interpelação, mais que “economia azul”, na nossa opinião, quer significar.

Mas, sem fazer grande história da importância do mar português, do mar português ter sido rejeitado e termos ficado de costas viradas depois da adesão à Comunidade Europeia, o facto é que hoje há um conjunto de dados que ainda não estão devidamente estudados, identificados em profundidade, e que o Sr. Secretário acabou por dizer há pouco, que têm a ver com uma questão que foi focada aqui da existência de Sulfuretos Polimetálicos, quer nas planícies abissais, quer nos cumes dos fundos dos nossos oceanos.

Eu só trago imediatamente este aspeto ao debate, porque recentemente o Sr. Diretor-Geral do Mar, da Comissão Europeia, disse taxativamente, como disse

há pouco o Sr. Secretário, que não havia nenhum projeto para a prospeção dos fundos marinhos dos Açores, ...

**Deputado André Bradford (PS):** Muito bem!

**O Orador:** ... mas dizia que existia um projeto, chamado Blue Nodules que, esse sim, estava a averiguar, não os nódulos de manganês, que são uma espécie de pilolavas, ou almofadas de lava, onde estão concentrados esses Sulfuretos Polimetálicos, não nos cumes dos fundos dos nossos oceanos, mas nas planícies abissais.

Portanto, não há nenhuma prospeção prevista para os cumes, é para as planícies abissais, com este projeto. É o único projeto que está em estudo na Comissão Europeia.

Portanto, há aqui uma clareza de acentuação nos projetos em relação àquilo que foi referido no Blue Nodules e também do outro projeto que o Deputado do CDS há pouco instou o Sr. Secretário a pronunciar-se.

Sabemos que é por demais evidente importante que se for aprovada a nossa extensão marítima para os 4 milhões de quilómetros quadrados, e se fosse verdade então esta ilativa que o Express fez, que isso representava 881 mil milhões de euros de riqueza nesses 4 milhões de quilómetros quadrados, como nós temos uma parcela de 55%, se houvesse aquilo que se tem dito, que é exomorfismo em toda essa área e essas riquezas tivessem igualmente distribuídas, tínhamos direito, partilhado ou não, a 481 mil milhões de euros, o que daria eventualmente até para a Região se manter autossustentável durante 481 anos, com 1000 milhões de euros por ano.

**Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** “Partilhado ou não”, não é um pormenor, Sr. Deputado!

**O Orador:** Mas isso não é assim! Como o Sr. Secretário disse, e muito bem, o que temos é uma necessidade de cartografia dos fundos submarinos que está avançando.

A Região, ao contrário do que pareceu aqui em algumas observações, tem sido proativa em muitas situações, quer no domínio legislativo, quer no domínio da sua participação na estratégia nacional para o mar, quer no domínio da existência de 17 parques marinhos, que isso significa uma atenção para o futuro no sentido de preservar e acautelar eventuais situações que têm a ver com essa mineração.

Mas nesta primeira intervenção aquilo que queria perguntar ao Sr. Secretário era se não é verdade que a Região faz parte de um projeto científico de monitorização do lixo marinho até 2019, onde está também o IMAR?

É ou não verdade que o Governo Regional lidera uma ação para a implementação da Diretiva Quadro da Estratégia Marinha da Maraconésia, que monitoriza também o ambiente marinho?

É ou não verdade que recentemente (essa parte sabemos em que pé é que isso está) o Governo da República disse que ia mandar mais um navio de fiscalização para os Açores?

É ou não verdade que os Açores participam num estudo europeu sobre o mar que de algum modo tem importância também para o futuro?

É ou não verdade que os Açores têm assente na Comissão Instaladora do Centro de Observação Oceânica?

Portanto, ficariam para já estas questões, sendo certo que se elas tiverem algum valimento no Governo Regional, isso significa, ao contrário do que se tentou passar aqui, que há uma estratégia clara para o mar, que há participação proativa do Governo dos Açores nessa estratégia e que temos várias frentes de luta e elas vão continuar, mas vão continuar (e poderemos voltar ao debate outra vez) quando tivermos, como temos agora, Governos da República que entendam a Região Autónoma dos Açores e que não a desrespeitam.

**Deputados André Bradford e Francisco César (PS):** Muito bem!

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Isso!... Agora já não fala em guerrilhazinha!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Eu considero que esta é uma questão da maior importância, a questão que trouxe a debate o CDS-PP. É uma questão fundamental para o futuro.

É preciso equacionar quais são as nossas opções nesta matéria e se estamos a fazer tudo o que podemos.

O Sr. Presidente do Governo Regional, na anterior legislatura, mostrou-se muito preocupado em relação às ambições, quer internas, ao nível do nosso país, quer externas.

Ao nível do nosso país chegou mesmo a falar de pirataria. O Sr. Presidente do Governo Regional afirmou que podem vir aí os piratas.

*(Aparte inaudível do Deputado Miguel Costa)*

**O Orador:** Não, não, não foi. Foi apenas há quatro anos. Há quatro anos!

Há quatro anos o Sr. Presidente do Governo Regional falou em pirataria.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** E vieram os piratas!

**O Orador:** Eu acho que o Sr. Presidente do Governo Regional tem razão (eu acho que o Sr. Presidente do Governo Regional tem razão!)

Acho que nos devemos defender dos interesses externos, porque se a Região não se afirmar de forma positiva, proativa, de forma ambiciosa, é evidente que quer internamente, no âmbito do nosso país, quer externamente, os outros vão apropriar-se daqueles que são os recursos legítimos do povo dos Açores.

Isto parece-me uma verdade evidente, por isso concordo que exista esse perigo e às vezes a afirmação um pouco violenta (até não está muito nos hábitos do Sr. Presidente do Governo Regional),...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Não está não!

**O Orador:** Não está, não!

... mas é uma afirmação que demonstra que da parte da Região temos que estar atentos em relação a esta situação.

Faço aqui duas propostas, aliás, vou dar entrada a duas iniciativas neste âmbito.

Uma é a seguinte:

Em termos de afirmação internacional, penso que era muito importante que os Açores entrassem na Organização Marítima Internacional, que é uma Agência da ONU que tem como função a proteção e a segurança da navegação (e a navegação controla 90% do comércio internacional) e também é responsável pela verificação das condições ambientais, o que nos dava depois um imenso poder de controlo.

A participação dos Açores de forma autónoma é possível, mais uma vez no âmbito desta grande organização internacional. Aliás, esta organização tem a presença de 169 Estados-Membros e três Regiões Autónomas: Macau, Hong Kong e as Ilhas Faroé que têm apenas 45 mil habitantes e que estão ligadas administrativamente à Dinamarca.

É um grande fórum que permite uma participação de enorme potencial para os Açores, uma afirmação dos Açores ao nível de uma presença internacional de grande significado.

É evidente que isto significa uma enorme ambição, mas nos Açores, tendo em conta o enorme potencial que está em causa e tendo em conta que somos uma das maiores regiões marítimas do mundo, acho que temos que ser ambiciosos. Acho que temos que nos colocar a este nível de ambição. Esta é uma das propostas que eu faço. Aí teríamos uma voz própria, diferente do Estado, porque os nossos interesses não coincidem sempre com os interesses do Estado. Não tenhamos dúvidas que, quer governe o Partido Socialista lá fora na República, quer governe o Partido Social Democrata ou outras coligações de

esquerda e de direita (não tenho qualquer tipo de dúvida!), em Lisboa, vão tentar ficar com o máximo de receitas possível.

Aliás, a nossa história demonstra bem isso, o que é que aconteceu aos Açores a partir do séc. XV,...

**Deputado José Contente (PS):** Há uns que são mais grossos!

**O Orador:** ... XVI, XVII. Demonstra bem, ao longo da história, o que é que aconteceu aos recursos dos Açores.

Portanto, o que proponho a este Parlamento no âmbito deste tema de debate que o CDS propôs, e muito bem, é que se pense com muita ambição, na máxima ambição de representação dos Açores ao mais alto nível em termos de regulação destas matérias.

Segunda proposta muito concreta, que também vai ao encontro dos perigos que o Sr. Presidente do Governo Regional denunciou há quatro anos: a criação de uma euro-região atlântica, liderada pelos Açores, com a proposta dos Açores, podendo captar fundos europeus, podendo captar iniciativa política e podendo substituir, com a saída da Grã-Bretanha, a Grã-Bretanha no âmbito de uma presença muito importante do ponto de vista do atlântico.

O Sr. Deputado André Bradford diz assim: “isso já está nas nuvens!”

**Deputado Manuel Pereira (PS):** Isso é paixão!

**Deputado André Bradford (PS):** Eu não disse nada!

**O Orador:** Não, não! Pensou! Eu percebo.

“Isso já está nas nuvens!”. Bom, é muito ambicioso.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Vais gastar o tempo todo!

**O Orador:** Não vou gastar.

É muito ambicioso mais uma vez, mas é possível. É possível captar fundos europeus, é possível ter um papel de liderança no oceano atlântico com uma euro-região que teria uma enorme dimensão marítima. Seria a maior região marítima do mundo. Isto também é possível.

Portanto, capacidade de liderança, ambição máxima, preservação, defesa dos nossos interesses. Estão aqui duas propostas concretas.

**Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Só falta capacidade de liderança!

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Andamos à bolina! Só falta o Governo Regional participar!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Presidente do Governo tem a palavra.

(\*) **Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Em relação a este ponto da nossa ordem de trabalhos devo referir que na perspetiva do Governo ele é oportuno, é adequado e é importante, sobretudo porque permite também esclarecer nesta Casa um conjunto de aspetos que me parecem relevantes para esta temática.

Dentro da temática global relativa à “economia azul”, ao aproveitamento dos recursos do mar, há, nas intervenções que me antecederam, dois, três, ou quatro aspetos que me parecem particularmente importantes clarificar, ou pelo menos da parte do Governo clarificarmos qual a nossa posição em relação a esta matéria.

Um deles tem a ver exatamente com a questão da legislação nacional que regula este aspeto e a relação que ela tem com um conjunto de outras questões, como por exemplo a notícia que surgiu e que foi desmentida (convém também não esquecermos) da existência de um projeto de lançamento de uma instalação piloto de mineração no mar profundo dos Açores.

A posição do Governo Regional em relação a esta questão é hoje aquela que teve no passado.

De forma muito clara gostaria de dizer que reafirmo hoje tudo aquilo que sobre esta matéria disse no passado. Acho que devemos abordar esta questão com alguns passos claros e sequenciais.

A primeira questão que deve ficar esclarecida é exatamente a questão legal. Não é possível, nós discordamos frontalmente de qualquer abordagem de anuência sequer a qualquer projeto que vise, no fundo, uma abordagem minimalista, sem estarem definidas claramente as regras do jogo.

É nesse aspeto principal, é nesse aspeto prévio e fundamental, que o Governo tem trabalhado.

Conforme é do conhecimento das Sras. e dos Srs. Deputados, face à Lei de Bases que regula esta matéria e ao Decreto-Lei que a desenvolveu, suscitou-se a inconstitucionalidade. Foi pedida a apreciação da inconstitucionalidade do diploma.

O Tribunal Constitucional, numa decisão que (pelo menos gosto de relembrar este aspeto) não foi unânime e teve votos de vencido muito significativos para a nossa argumentação,...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Isso quer dizer o quê?

**O Orador:** ... decidiu que não havia problema nenhum com a constitucionalidade do Decreto-Lei que regulava esta matéria.

Nós, não nos conformamos com esta decisão do Tribunal Constitucional, porque entendemos que o problema não é jurídico, o problema é político.

**Deputada Graça Silveira e Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Então?!

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Ó Sr. Presidente!...

**O Orador:** Se o Sr. Deputado e a Sra. Deputada quiserem dar-me a honra e o gosto de me ouvir com o silêncio com que eu os ouvi, ficava muito agradecido, porque a importância da matéria merece, julgo eu.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Merece, merece e o Presidente no ativo também merece!

**O Orador:** Não nos conformamos com esta questão, porque o facto do Tribunal Constitucional ter dito que aquela concreta solução do Decreto-Lei não era inconstitucional, não quer dizer que toda e qualquer outra solução seja inconstitucional.

Portanto, há mais soluções que podem ser. De acordo com a Constituição acreditamos que há e que respeitem aqueles que consideramos serem os direitos da Região.

É na sequência, aliás, deste trabalho, que em setembro do ano passado foi enviada uma proposta à Sra. Ministra do Mar, uma proposta que é até mais ambiciosa do que apenas a regulamentação da Lei de Bases. Versa sobre a própria Lei de Bases, porque entendemos que essa é a forma de, de uma vez por todas, esclarecer o assunto.

Esta proposta foi remetida à Sra. Ministra do Mar, que pediu naturalmente algum tempo para a analisar, e tendo nós... Não é suspeita, vamos colocar a questão de outra forma.

Considerando nós que seria possível...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Ah!...

**O Orador:** Ah, o quê, senhor?!

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** “Ah, o quê?!” O senhor aqui não manda!

**O Orador:** ... colocar-se a questão do ponto de vista jurídico, solicitámos três pareceres jurídicos (três pareceres jurídicos!), um à Professora Ana Raquel Gonçalves Moniz, Professora Auxiliar da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, um à Professora Marta Chantal Ribeiro, Professora Auxiliar da Faculdade de Direito da Universidade do Porto, Coordenadora do Grupo de Direito do Mar, e o outro ao Professor Doutor Jorge Bacelar Gouveia, Professor Catedrático da Faculdade de Direito, que, no fundo, atestam que o entendimento que o Governo Regional tem sobre essa matéria, e que em larga medida radica e se aproxima do teor de alguns dos votos de vencido do acórdão

do Tribunal Constitucional, está correto, está conforme a Constituição e é possível ser concretizado.

É por isso que aguardámos naturalmente que da parte do Governo da República seja concluída a análise, quer da nossa proposta, quer de todos os pareceres jurídicos, apesar (mais uma vez reafirmo) da questão, na nossa perspetiva, não ser uma questão jurídica.

As Sras. e os Srs. Deputados certamente compreenderão o que é que aconteceria se colocássemos a questão no plano jurídico. Não é!... É uma questão política.

Portanto, desse ponto de vista há trabalho que foi feito, trabalho que está em análise e aguardamos naturalmente o mais rapidamente possível que possamos continuar esse trabalho com o Governo da República no sentido de podermos, no fundo, conhecer aquela que é a posição do Governo da República e podermos construir aqui uma boa solução que cumpra aqueles que são os objetivos da Região sobre essa matéria.

Os objetivos da Região sobre essa matéria são que a Região Autónoma dos Açores tem que ter poder de decisão sobre as matérias que dizem respeito ao seu mar: a gestão partilhada. Chamem-lhe o que quiserem, mas têm que ter uma palavra a dizer sobre aquelas que são as decisões relativas ao seu mar.

**Deputado André Bradford (PS):** Muito bem!

**O Orador:** O Sr. Deputado Paulo Mendes anunciou aqui a apresentação de uma anteproposta de lei, naturalmente julgo que não conhecendo essas informações que lhe acabei de dar e acabei de dar ao plenário.

Naturalmente que está no seu inteiro direito, mas julgo importante colocar a questão, porque esta é e deve ser a questão prévia. Só devemos entrar na substância dessa discussão definidas as regras do jogo. Enquanto não forem definidas as regras do jogo não há jogo.

Relativamente ao Sr. Deputado Luís Garcia e a algumas das questões que foram colocadas, Sr. Deputado, não há segredo absolutamente nenhum,...

**Deputado Luís Garcia (PSD):** Parece, Sr. Presidente!

**O Orador:** ... nem o Governo se considera minimamente diminuído na sua legitimidade para, em nome da Região Autónoma dos Açores, porque é esta a função do Governo...

Não há uma região que tem uns interesses e depois há os interesses do Governo. O Governo representa os interesses da Região Autónoma dos Açores.

**Vozes de alguns Deputados da bancada do PS:** Muito bem! Muito bem!

**Deputado Luís Garcia (PSD):** Às vezes!

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Nem sempre!

**O Orador:** Portanto, esse aspeto convém ter presente.

Mas gostava de lhe dizer que em termos de segredo há profundamente um aspeto que lamentamos, que é o facto de quando surgiu o projeto Blue Atlantis, que envolveu tantas entidades nacionais, não ter havido uma comunicação formal ao Governo Regional.

**Deputado André Bradford (PS):** Muito bem!

**O Orador:** Sabe quando é que surgiu o projeto Blue Atlantis?

**Deputados André Bradford e Miguel Costa (PS):** Sabe!

**O Orador:** Sabe! Sabe perfeitamente.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Tivesse ouvido a intervenção do Sr. Deputado Alonso!

**O Orador:** 2014, foi quando se começou a falar no projeto e o projeto foi aprovado para se iniciar em 2015.

Não sei se necessito de dizer-lhe mais alguma coisa em relação a segredos.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Não! Talvez ao Sr. Secretário!

**O Orador:** Esclarecida a parte do segredo há uma questão que me parece fundamental, é que sobre essa matéria o Governo tem uma ideia muito clara

daquilo que se deve fazer, diz hoje aquilo que disse antes, está a trabalhar no sentido de concretizar, de realizar os objetivos da Região Autónoma dos Açores, a defesa dos interesses dos Açores nesta matéria.

Aguardamos que da parte do Governo da República haja tempo para analisar esta questão...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Ah, haja tempo!

**O Orador:** Aguardamos que da parte do Governo da República analise essa questão (corrijo aquilo que referi: analise essa questão!). Sei que esse trabalho já está em curso.

Portanto, desse ponto de vista estamos exatamente naquilo que para nós é o trabalho fundamental sobre esta matéria exatamente da definição das regras do jogo.

Quanto às propostas do Sr. Deputado Paulo Estêvão, sendo certo que não são elas que estão neste momento em apreciação, venham elas para que a Assembleia as possa apreciar naturalmente.

Muito obrigado.

**Vozes de alguns Deputados da bancada do PS e do Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias):**

Muito bem! Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Presidente.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(\*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo: É pena que o Sr. Presidente do Governo não tenha ouvido a intervenção do Sr. Deputado Alonso Miguel, ali, da tribuna.

Permita-me que lhe diga duas ou três coisas:

A primeira questão é esta: a Lei de Bases foi votada favoravelmente pelo Partido Socialista.

Parece que da sua intervenção só são válidos os acórdãos do Tribunal Constitucional que são votados por unanimidade. Os outros que são por maioria não valem assim tanto.

**Deputado Miguel Costa (PS):** Não foi nada disso!

**O Orador:** Não, Sr. Presidente. O acórdão vale pela maioria dos votos, pese embora tenha votos de vencido ou não. É exatamente a mesma coisa que se passa aqui nesta Assembleia. Nós votamos contra e os senhores aprovam os decretos, aprovam as leis e elas são legais.

Portanto, é absolutamente inaceitável que o senhor faça uso de um argumento desses.

**Deputado André Bradford (PS):** O CDS está satisfeito com o acórdão do Tribunal Constitucional!

**Deputado Francisco César (PS):** É uma questão de anestesia! Com votos contra a coisa fica mais anestesiada!

**O Orador:** Sra. Presidente, a bancada do Partido Socialista incomodava-se com um aparte meu e da Sra. Deputada Graça Silveira. Talvez o aparte coletivo da bancada do Partido Socialista e do Governo me possa deixar continuar.

**Presidente:** Pode continuar, Sr. Deputado.

**O Orador:** Muito obrigado.

Portanto, Sr. Presidente do Governo, os seus argumentos são muito fracos nessa matéria.

É uma coisa engraçada: o senhor esperou um ano!

Pela importância da matéria o senhor espera um ano, para só em 2016 é que mandar à Ministra do Mar todos esses pareceres (e muito bem)? Um ano?!...

Era preciso um ano? Não tinha o trabalho de casa feito?

O seu trabalho de casa que tinha feito era a guerrilha institucional com o Governo da República.

**Deputado André Bradford (PS):** Sr. Deputado, não se ponha a defender a sua ex-ministra! Fica-lhe tão mal!

**O Orador:** De resto, o senhor nunca se preocupou com mais nada.

Em terceiro lugar, já passou seis meses e a Sra. Ministra do Mar ainda não lhe deu resposta?

Precisou de um ano para mandar a cartinha e ela ainda não respondeu à cartinha passados seis meses, Sr. Presidente do Governo?

E já agora, o que é que fazia o Sr. Secretário dos Assuntos Europeus?

Os senhores estão à espera? Os senhores são proativos ou esperam que os outros venham ter connosco, relativamente ao projeto Blue Atlantis?

Se o Sr. Secretário Regional estivesse cá tinha ouvido dizer que ele já não existia. Portanto, o senhor acabou há bocado de o esclarecer bem esclarecido, coisa que o Sr. Deputado Alonso Miguel já tinha feito.

Portanto, Sr. Presidente, agora registo com satisfação o seu “haja tempo”, vamos dar tempo ao tempo, mas até agora, Sr. Presidente, o senhor nunca quis dar tempo ao tempo, e já agora respeitemos as decisões do Tribunal Constitucional. Quer sejam elas com mais anestesia ou menos anestesia, são decisões do Tribunal Constitucional. Ou respeitamos ou não respeitamos.

E essa de que até teve uns votos de vencido, também é fraco argumento. Ou o senhor respeita ou não respeita a decisão do Tribunal Constitucional e logo a seguir o que tinha que fazer era, exatamente, pela via política, ter alterado as coisas, mas isso, infelizmente ainda não aconteceu.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Presidente do Governo.

(\*) **Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Artur Lima, peço-lhe que tenha presente a correção que fiz às minhas declarações a propósito do tempo. Portanto, é uma questão de delicadeza, de educação, se quiser ver assim.

A lei foi votada pelo PS! Olhe, pois paciência. Eu não estou aqui não é para ter em atenção esses critérios.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Ah!... Nem nós!

**O Orador:** Eu estou aqui é para defender os interesses dos Açores.

**Vozes de alguns Deputados da bancada do PS:** Muito bem! Muito bem!

**Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Não parece!

**O Orador:** Portanto, é isso que eu estou a fazer. É isso que estou a fazer.

**Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Então o que é que fez? Comece por dizer o que é que fez!

**O Orador:** Eu gostava era de perceber afinal qual é a posição do CDS-PP nesse assunto, porque das duas uma: ou respeita a decisão do Tribunal Constitucional e aquilo que tem a dizer ao Governo não é “os senhores demoraram um ano”, é “os senhores estão a perder tempo com esse assunto, não se metam nisso porque a decisão está bem tomada”,...

**Deputado André Bradford (PS):** Muito bem!

**Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Não, não!

**O Orador:** ... ou então não concorda com a decisão do Tribunal Constitucional e diz: “mas o que é que os senhores andam a fazer? Já deviam ter feito isso”.

**Deputado André Bradford (PS):** Muito bem!

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Não, não! Não pega!

**O Orador:** É preciso que o CDS-PP se decida, e se decida em relação a essa matéria.

Sr. Deputado Artur Lima, naturalmente que tenho muita pena e fico penalizado de não ter ouvido a intervenção do Sr. Deputado do CDS-PP.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Foi pena, mas não estou a condená-lo por isso!

**O Orador:** Mas há mais coisas que é pena. Eu, por exemplo, acho que é uma pena o senhor ter mandado o Sr. Deputado do CDS-PP para aquela tribuna,...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Mandado?!

**O Orador:** ... não lhe dando conta daquilo que, no fundo, foi a atuação do anterior Governo da República...

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Hábitos de casa!

**O Orador:** ... e em concreto não ter, no fundo, lembrado aquela que foi a atuação (olhe!) da atual líder do CDS-PP sobre essa matéria, porque se hoje temos a lei que temos, e se hoje estamos a ter essa discussão aqui, é porque a então Ministra do Mar, Dra. Assunção Cristas, fez ouvidos de mercador àquelas que foram as posições que o Governo Regional manifestou.

**Deputado Mário Tomé (PS):** Exatamente!

**O Orador:** Em agosto de 2014,...

*(Aparte inaudível do Deputado Artur Lima)*

**O Orador:** Não é esta. O senhor quer fugir, mas não vai fugir. O senhor vai ouvir tudo até ao fim.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** O senhor é que vai ouvir até ao fim!

**O Orador:** Porque em relação à anterior Ministra do Mar, aquilo que dizíamos era, primeiro, numa carta que lhe foi dirigida em agosto de 2014, que:

“É essencial proceder à densificação prévia antes de regulações, antes de leis, do que é este conceito de gestão partilhada.

Aliás, é nossa convicção que essa concretização deve anteceder todo e qualquer desenvolvimento da Lei de Bases da Política de Ordenamento e de Gestão do Espaço Marítimo Nacional.”

Mas dizíamos mais (às vezes a gente também gosta de...):

“Tanto assim é [estou a citar a carta] que desde já sugerimos como boa metodologia a constituição de um grupo de trabalho [para não dizerem que é só guerrilha] entre o Ministério da Agricultura e do Mar e a Secretaria Regional do Mar, Ciência e Tecnologia, que possa, com a maior brevidade possível apresentar uma proposta do que se deve entender por gestão partilhada”.

O senhor deu resposta a essa carta?...

Pois foi a mesma coisa que nós tivemos. Nenhuma resposta!

**Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Isso é como os requerimentos ao Governo!

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** É, é! É a mesma coisa!

**O Orador:** Mas mais...

Um erro qualquer um pode cometer. Podia a Sra. Doutora Assunção Cristas ter, no fundo, caído em si, mas não. Não está ainda decorrido um ano, a Sra. Doutora Assunção Cristas veio aos Açores fundamentalmente dizer que sobre a questão do mar o que está decidido está bem decidido.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Não foi isso que ela disse!

**Deputado Miguel Costa (PS):** Foi pior!

**O Orador:** E mais... E mais... Foi secundada por si, e que acabou de dizer neste plenário que respeita a decisão do Tribunal Constitucional.

**Deputado André Bradford (PS):** Muito bem!

**O Orador:** Nós respeitamos a decisão. Nós não concordamos com a decisão do Tribunal Constitucional.

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

Portanto, em relação a esta matéria, Sr. Deputado Artur Lima, gostava de, em nome do Governo, dizer o seguinte:

Nós estamos abertos, disponíveis, não só para esclarecer, falar, debater esta matéria,...

**Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** E fazer!

**O Orador:** ... mas não vamos agora é dar o dito pelo não dito. Não vamos agora é dizer que afinal somos os maiores defensores do mar dos Açores.

Não são! No caso do CDS-PP... Pode ser agora, é verdade! Tem direito a dizer...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Já foi!

**O Orador:** ... “nós estávamos enganados, afinal não concordamos com essa lei”. Tem o direito de o fazer. Só lhe ficava bem, na minha opinião.

Agora não venha é dizer que é tudo a mesma coisa, porque não é.

O CDS-PP que tão pressurosamente levantou este debate aqui, é o mesmo CDS-PP que, fundamentalmente face ao teor daquela lei, o que diz aos açorianos é o seguinte:

Se depender de nós, os açorianos não abrem a boca nas decisões sobre o mar que é seu.

Muito obrigado.

**Vozes de alguns Deputados da bancada do PS:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Obrigada, Sr. Presidente.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

**Deputado Francisco Coelho (PS):** É melhor pôr as braçadeiras, Sr. Deputado!

**Deputado José San-Bento (PS):** E as barbatanas!

**Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** O senhor não precisa, já tem boia!

(\*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sr. Deputado Francisco Coelho, eu sei nadar muito bem, não preciso de braçadeiras. V. Exa. é que talvez se afunde. De manhã acho que nada melhor do que da parte da tarde.

**Deputado Francisco Coelho (PS):** Da parte da tarde?! Não percebi! Mas essa espécie de educação também dá-lhe da parte da manhã!

**O Orador:** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Sr. Presidente, não lhe admito que diga aquilo que o CDS não disse. O facto de nós dizermos que respeitamos a decisão do Tribunal Constitucional não quer dizer que concordássemos com ela. Isso é uma dedução sua e apenas sua.

Sempre que foi proposto nesta Casa legislação para defender o mar dos Açores diga como é que nós votámos, Sr. Presidente!

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Muito bem!

**O Orador:** Votámos a favor, sempre ao lado do Partido Socialista e ao lado dos Açores, quando foi preciso defender os Açores.

**Deputada Graça Silveira (CDS-PP) e Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Muito bem!

**O Orador:** Já não posso dizer o mesmo da bancada do Partido Socialista...

**Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** É verdade!

**O Orador:** ... nem das suas intervenções públicas, enquanto Presidente do Partido Socialista, Sr. Presidente do Governo.

**Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Muito bem!

**Deputado André Bradford (PS):** Isso não é verdade! Não apoiado!

**O Orador:** Já agora, se estava interessado, tão interessado em defender o mar dos Açores, em dizer à República “estamos aqui”, tinha aprovado (não foi agora que o CDS trouxe esse assunto) por duas vezes as iniciativas que o CDS trouxe aqui para nós definirmos a gestão partilhada do mar, e o senhor e o Partido Socialista não quiseram aprovar. Chumbaram as iniciativas do CDS!

**Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Muito bem!

**Deputado André Bradford (PS):** Mas qual foi o Governo da República?

**O Orador:** Isso é que é vergonhoso, Sr. Presidente do Governo, para vir agora aqui armar-se em defensor do mar, coisa que o senhor nunca fez até hoje. Fez guerrilha e agora tem subserviência ao Governo da República.

**Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD e do CDS-PP:** Muito bem!

**O Orador:** É apenas isso que o senhor tem, Sr. Presidente do Governo.

Já agora falsidade e hipocrisia são dispensáveis neste debate, pelo menos entre mim e V. Exa, Sr. Presidente do Governo.

**Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Muito bem!

**O Orador:** Não concordamos, não senhor, e por isso trouxemos aqui outra vez o assunto e não andamos com cartinhas.

O que o Governo Regional tem que fazer é ser proativo, apresentar legislação na Europa.

O que é que o senhor fez nas regiões ultraperiféricas, nas regiões que lá andou?

O que é que fez para defender o mar? O que é que fez o Secretário dos Assuntos Europeus nas reuniões que teve na Europa? O que é que fizeram os Deputados dos Açores que estão na Europa? O que é que fez o Deputado do Partido Socialista, Sr. Presidente do Governo?

Nessa matéria não recebemos lições de ninguém e muito menos do Partido Socialista, Sr. Presidente Vasco Cordeiro.

Já agora, para terminar, eu não sei se é hábito no Partido Socialista, mas devo dizer-lhe que eu não mandei o Sr. Deputado Alonso Miguel ali abaixo.

O Sr. Deputado Alonso Miguel sugeriu-me se podia fazer uma intervenção sobre o mar, assim, assim... E eu, sim senhor, muito bem!

Eu não mandei, Sr. Presidente!

O mando, o autoritarismo, não é deste lado, Sr. Presidente do Governo.

Se tiver dificuldade compre um espelho, e grande, talvez lhe sirva.

Muito obrigado.

**Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** E grande, de preferência grande!...

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado João Vasco tem a palavra.

(\*) **Deputado João Vasco Costa (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

O tema é demasiado sério para se fugir dele.

**Deputado Manuel Pereira (PS):** Muito bem!

**O Orador:** Portanto, parece-me que aqui os Srs. Deputados do CDS esqueceram-se do último plenário onde se discutiu o Programa do Governo e onde se falava, designadamente, que este Governo tinha um programa operacional que incluía áreas de intervenção num programa de recolha de dados, controlo de vigilância de atividades de pescas, organização comum de mercados de produtos da pesca e aquicultura, o Plano de Cooperação das Regiões Ultraperiféricas e, sob gestão partilhada, a Política Marítima Integrada. Além disso, tem como interesse, e tenta desenvolver, levar a cabo políticas de verdadeiro aconselhamento científico que permitam massificar o conhecimento para com isso poder gerir melhor quer os nossos recursos, quer os nossos interesses.

Daí que se esteja a reforçar a forma de aconselhamento de decisões criando, assim, um núcleo mais pequeno de conselheiros para análise do estado de saúde do nosso mar, permitindo com isso a alteração a uma visão comum mais precisa e mais abrangente.

Deixe-me dizer, Sr. Deputado Artur Lima, que estou aqui nesta Casa há muito pouco tempo, mas não vai levar-me a mal a conclusão óbvia a que já cheguei. O Sr. Deputado adora ouvir-se, adora o ataque fácil e muitas vezes baixo, roçando o insulto e, finalmente, pior que os dois predicados anteriores,...

**Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Isto não vai correr bem!

**O Orador:** ... utiliza o chorinho próprio de menino mimado quando alguém lhe responde na mesma moeda,...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente... Se fosse eu!

**O Orador:** ... ainda que tal seja feito a maioria das vezes com respeito, com o respeito que o senhor não tem por aqueles que o elegeram, por esta Casa e por esta Assembleia.

Eu parafraseava para si um texto escrito por um poeta mariense, António Melo de Sousa, que dizia assim:

Para mim, V. Exa. Sr. Deputado, é um pássaro sem ninho, é uva que não dá vinho, é um mal que não tem cura.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Alonso Miguel tem a palavra.

(\*) **Deputado Alonso Miguel (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sra. Presidente, enquanto o Sr. Secretário não vem a jogo (já lhe colocámos várias questões e o Sr. Secretário não vem a jogo) eu aproveito para dizer ao Sr. Presidente do Governo Regional uma coisa:

Eu fui àquela tribuna porque não é só o senhor que representa a Região Autónoma dos Açores. Somos nós! Esta Casa!

E eu fui lá, independentemente das posições do CDS-PP a nível nacional, defender também os interesses desta Casa e representar esta Casa. Portanto, irei lá tantas vezes quanto entender e forem benéficas para a Região. Estou a falar consigo.

Depois dizer-lhe outra coisa: há pouco dizia “não houve uma única comunicação por parte da República ao Governo Regional”.

Sr. Presidente, quantos eurodeputados tem o PS?

O PS tem um eurodeputado açoriano.

Ficou à espera?!

Pois, é esta falta de proatividade!

Ficou à espera que viesse o Governo da República comunicar que existia um projeto?

Isto é da Comissão Europeia, isto está na Comissão Europeia.

Portanto, julgo que não há necessidade de virem informar os Açores.

Uma questão que devo dizer-lhe:

O senhor dizia que nós não tínhamos estado ao lado dos açorianos. Isso é falso!

Quando nesta Casa se aprovou o DLR 21/2012, nós não nos opusemos.

O Representante da República teve dúvidas e requereu a ilegalidade disto e o Tribunal Constitucional deu razão à República.

Enquanto não chegava a decisão do Tribunal Constitucional, ainda em 2013, já o PS tinha apresentado um Projeto de Resolução em defesa do direito do mar e dos fundos marinhos dos Açores nesta Assembleia. O CDS associou-se a esse projeto e ele foi aprovado por unanimidade.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Ouviu, Sr. Presidente?

**O Orador:** Portanto, o CDS logo aí esteve ao lado dos Açores e dos açorianos. Portanto, é falso o que estava a dizer.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito bem!

**O Orador:** Depois, a Assembleia da República aprovou a Lei de Bases do Ordenamento Marítimo.

O PS na República votou a favor.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito bem! Ouça!

**O Orador:** Recordo, como também recordou o Sr. Deputado Artur Lima, que o PS votou na República a favor.

**Deputado José Contente (PS):** E os Deputados dos Açores votaram contra!

**O Orador:** Depois esta lei foi desenvolvida pelo Decreto-Lei 38/2015 e o Sr. Presidente do Governo Regional teve dúvidas e pediu a verificação da legalidade e da constitucionalidade do Decreto-Lei.

Novamente o Tribunal Constitucional deu razão à República e refira-se que nesta altura o CDS também esteve ao lado dos Açores, tendo dado parecer desfavorável na audição da iniciativa da República, em sede de comissão.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Ouça!

**O Orador:** Portanto, novamente estivemos ao lado dos Açores. Estamos muito à vontade para falar nesta matéria, Sr. Presidente.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do CDS-PP)*

**O Orador:** Portanto, mesmo quando o mar era tutelado por uma Ministra do CDS na República, nós estivemos ao lado dos Açores.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito bem!

**O Orador:** Ora, quando o Tribunal Constitucional, nestes dois diferendos, dá razão à República, bom, eu digo que nos resta, enquanto órgão de Governo próprio da Região Autónoma dos Açores, acatar esta decisão, como dizia ontem o Sr. Deputado Francisco Coelho e muito bem.

Nós devemos, sim senhor, aceitar as decisões do Tribunal Constitucional, e começar a preparar o nosso trabalho e em vez de andar a fazer guerrilha político-partidária com a República, como o Partido Socialista e o Governo Regional andaram a fazer, o CDS/PP Açores decidiu ser proativo e trouxe a esta Casa duas iniciativas, uma o ano passado e outra já este ano, para a criação de uma comissão eventual para que os Açores, com tempo e sem pressões, pudessem definir exatamente quais eram os critérios que queriam para esta gestão partilhada do mar.

Portanto, já este ano voltámos a fazer. O PS chumbou as duas, mas aí o PS, como já era o Partido Socialista que governava o país e como já não dava para fazer mais guerrilha, chumbou as iniciativas do CDS...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito bem!

**O Orador:** ... dizendo que isto cabia perfeitamente na comissão criada para a reforma da Autonomia.

Ora, nós consideramos que este assunto é sério de mais e importante de mais para que seja tratado e seja misturado com a comissão para a reforma da Autonomia. Não terá seguramente a atenção que será necessária.

Portanto, o que não pode acontecer é que a Região fique refém do melhor ou pior entendimento entre a República, entre o Governo de cá e o Governo de lá, sob pena de sair constantemente prejudicado.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito bem!

**O Orador:** Dizer só que aparentemente há uma nova abertura por parte do Governo Socialista da República para rever esta legislação e para resolver este problema, aliás como referiu o Sr. Presidente do Governo Regional por altura das eleições regionais.

Aliás, houve até uma declaração conjunto dos governos, do Governo Regional e da República, aquando da visita oficial do Sr. Primeiro-Ministro à Região, em abril de 2016,...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito bem!

**O Orador:** ... onde entre outras coisas previa a alteração desta Lei de Bases do Ordenamento.

Portanto, havendo tanta proximidade, havendo tanta abertura, a pergunta que resta fazer é por que é que esta lei ainda não foi alterada?

Já têm um ano e meio de Governo da República.

Esta abertura e esta maior proximidade tem um ano e meio.

Portanto, o que é que andamos a fazer?

Acho muito estranho que o Bloco de Esquerda, que tem a importância que tem no Governo da República, só agora é que venha propor uma anteproposta de lei para resolver este problema.

Para já, muito obrigado.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Presidente do Governo.

**Presidente do Governo Regional** (*Vasco Cordeiro*): Prescindo, Sra. Presidente!

**Presidente:** Sendo assim tem a palavra o Sr. Deputado Luís Garcia.

**Deputado Luís Garcia** (*PSD*): Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Sr. Presidente do Governo, para dizer que da nossa parte, relativamente à legislação anterior e do Governo da República anterior, estamos, como sempre estivemos, muito à vontade sobre essa matéria, como o senhor bem sabe e como todas as senhoras e os senhores sabem.

**Deputado Francisco César** (*PS*): Mas não parece!

**O Orador:** Nesta Casa, todos os pareceres e toda a legislação que no nosso entendimento violavam as competências (e violavam!) da Região Autónoma dos Açores e o papel que entendemos que a Região Autónoma dos Açores deve ter na gestão do mar, nós, em conjunto com todos os grupos parlamentares, demos parecer negativo a essa legislação.

Reafirmamos aquele que é o nosso princípio e que norteou toda a nossa ação até hoje, que é, sempre que estiver em causa as competências e o papel da Região Autónoma dos Açores, nesta matéria como noutras, não hesitámos e não hesitaremos no futuro em estar ao lado dos Açores e é essa garantia também, Sr. Presidente do Governo, que quero aqui deixar muito clara.

Portanto, discordámos de alguma da legislação aprovada pelo Governo anterior, discordámos da decisão do Tribunal Constitucional. Portanto, estamos nessa matéria muito à vontade.

Quero inclusivamente congratular-me porque o Sr. Presidente do Governo anunciou que as alterações que estão em vista, não são só as alterações do Decreto-Lei que desenvolveu a Lei de Bases, mas a própria Lei de Bases, porque, no nosso entendimento, muitos dos problemas que existiam na legislação radicam na Lei de Bases do Ordenamento do Espaço Marítimo, lei (e aí é que é curioso) que foi votada pelo PSD e pelo CDS, e aí é um problema enorme.

Já quando se diz que a lei também foi aprovada pelo Partido Socialista, o Sr. Presidente do Governo diz que isso já não tem importância nenhuma, que está aqui para defender os interesses dos açorianos. E nós também estamos aqui, Sr. Presidente do Governo, para defender os interesses dos açorianos!

**Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD:** Muito bem! Muito bem!

**O Orador:** Nesta matéria, quero, em segundo lugar, lamentar uma questão.

Lamentar que esteja em curso a alteração de legislação tão significativa para o futuro da Região Autónoma dos Açores e que a Assembleia não esteja a acompanhar essas alterações.

Ainda no plenário passado, um partido político da oposição, o CDS, aqui propôs um instrumento que poderia ter servido para acompanharmos essas alterações.

O Partido Socialista, com a sua maioria, chumbou essa proposta. Nós entendemos que a Assembleia Regional devia estar a acompanhar esta matéria e lamentamos. Aí é que faz todo o sentido, Sr. Presidente do Governo, reafirmar-lhe aquilo que disse há pouco, é que às vezes a visão do Governo não é suficiente. Há uma diferença, em algumas matérias, entre ter a visão da Região Autónoma dos Açores, de todos os agentes políticos aqui representados nesta Assembleia, e ter só a visão do Governo.

Portanto, o Governo, aproveitando a unanimidade que existe à volta destes problemas e desta legislação, devia aqui constituir a posição da Região

Autónoma dos Açores e não a posição só do Governo Regional na alteração desta legislação,...

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** ... porque nesta matéria, Sr. Presidente do Governo, acho que precisamos de muito menos guerrilha partidária, precisamos de muito mais trabalho...

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** ... muito mais diálogo, muito mais consensualização a favor da Região e de uma legislação que é tão importante, e de uma matéria que é tão importante, para o nosso futuro coletivo.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** Relativamente aos segredos, Sr. Presidente, o senhor só falou de um segredo e provavelmente daquele que lhe interessava e daquele que provavelmente o Governo dos Açores tinha menos responsabilidade.

É que eu, na minha primeira intervenção, falei de muitos outros segredos que até hoje não estão esclarecidos e que o Sr. Presidente do Governo, que era Presidente do Governo anterior também, não sei se deixou essas matérias para o Sr. Secretário Regional esclarecer. É que o anterior titular da pasta disse que estava em preparação a assinatura de um contrato de prospeção entre a Região e a empresa Nautilus, em 2013.

Em 2013, um jornal nacional dizia que o Governo dos Açores tinha dado parecer positivo a essa intenção dessa empresa.

Portanto, são esses segredos. O que é que esteve em causa e qual foi a evolução desses processos?

É importante que nestas questões não seja só o Governo a ter conhecimento, mas todos os açorianos.

O que é que está em causa?

Como é que é salvaguardada a participação da Região, os benefícios da Região?

Como é que a Região vai controlar essa atividade?

Portanto, é isso que o Governo ainda não esclareceu e que deve esclarecer neste debate.

**Deputados João Bruto da Costa e Duarte Freitas (PSD):** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)*

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia.

**(\*) Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia (Gui Menezes):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

A razão da minha intervenção... Julgo que com a intervenção do Sr. Presidente do Governo ficou esclarecida uma séria de matérias...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Mas ele também não ouviu a sua!

**O Orador:** ... que eu não vou voltar a elas, mas gostaria de esclarecer aqui algumas dúvidas que vieram ao debate.

Este projeto do Blue Atlantis não foi aprovado. Portanto, quando não é aprovado...

**Deputado Luís Garcia (PSD):** O Sr. Presidente do Governo diz que existe o projeto!

**Deputados Artur Lima (CDS-PP):** Mas o Sr. Presidente do Governo diz que foi aprovado!

**O Orador:** Não, não foi aprovado. Não teve financiamento, não existe nada neste momento.

*(Diálogo entre o Presidente do Governo e o Deputado Artur Lima)*

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados...

**O Orador:** Em segundo lugar, vamos esclarecer uma coisa que eu acho que há alguma confusão. O Deputado Artur Lima diz que o IMAR é uma instituição, não tem parceiros, que este projeto não tinha parceiros açorianos.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Tem parceiros!

**O Orador:** Eu já tive oportunidade de referir que o IMAR não é uma estrutura...

*(Aparte inaudível da Deputada Graça Silveira)*

**O Orador:** Peço imensa desculpa, a Sra. Deputada vai deixar-me falar.

O IMAR é uma instituição nacional, com sede nos Açores neste momento,...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Ah, nacional!

**O Orador:** ... onde trabalham investigadores açorianos que estão ligados a esse consórcio. A forma organizativa dos centros de investigação é esta.

Aliás, neste momento o próprio IMAR nem é propriamente um centro de investigação, é mais um centro de gestão de projeto, mas onde os investigadores regionais quando submetem os seus projetos submetem via IMAR (ponto final!).

Portanto, os investigadores açorianos estão incluídos nestes projetos e estão a acompanhar, porque só poderiam estar,...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Quem extinguiu o projeto?

**O Orador:** ... porque se há coisa que nós temos é dos melhores especialistas nacionais nestas matérias do mar profundo.

Uma outra questão em relação a existirem ou não mais empresas.

Só existiu a Nautilus, tanto quanto é do nosso conhecimento.

**Deputado Luís Garcia (PSD):** Não é isso que diz o GaCS!

**O Orador:** A Nautilus, entretanto, também tem passado por algumas dificuldades, inclusive o projeto que ela tinha para a Papua-Nova Guiné, tanto quanto é do nosso conhecimento, também ainda está envolto em muita polémica. É esse o esclarecimento que eu posso dar.

Não existem outras empresas, não existe neste momento mais nenhum pedido. O pedido anterior caducou. Portanto, neste momento não temos mais nenhum pedido de concessão do que quer que seja para este fim, embora naturalmente ressaltando o que o Sr. Presidente disse, que nada será concedido, nada será adiantado, nada será falado enquanto as questões da Lei de Bases não estiverem resolvidas, enquanto essa lei não estiver suficientemente esclarecida.

Em relação a uma série de iniciativas que estamos a tomar, posso dizer-vos que os Açores estão a elaborar o seu Plano de Ordenamento do Espaço Marítimo, que naturalmente estará em breve concluído e que vai balizar tudo o que é o aproveitamento dos recursos da nossa Zona Económica Exclusiva.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Ainda bem!

**O Orador:** Vai ordenar e vai naturalmente impor uma série de zonamentos e usos para cada um dos espaços. Será um plano que estará concluído em breve.

Penso que eram só estes esclarecimentos.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Não, não! Quem extinguiu?

**O Orador:** Quem extinguiu?

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Porquê foi extinto? A palavra foi sua! O Blue Atlantis!

**O Orador:** O Blue Atlantis, neste momento, o projeto não foi aprovado. Eu não sei. Portanto, não vale.

**Presidente:** Muito obrigada, Sr. Secretário.

Vamos então fazer o nosso intervalo. Regressamos ao meio-dia e dez.

*Eram 11 horas e 38 minutos.*

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, agradeço que se sentem para podermos continuar os nossos trabalhos.

Eu vou pedir ao Sr. Secretário da Mesa o favor de anunciar os tempos restantes.

*Eram 12 horas e 20 minutos.*

**Secretário:** Os tempos restantes são os seguintes:

Governo Regional dos Açores – 5 minutos e 30 segundos;

PS – 24 minutos e 30 segundos;

PSD – 11 minutos e 50 segundos;

CDS-PP – 14 minutos;

Bloco de Esquerda – 7 minutos e 10 segundos;

PCP – 10 minutos;

Partido Popular Monárquico – 3 minutos e 50 segundos.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Secretário.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Há uma questão que me preocupa e gostava de saber que tipo de acompanhamento o Governo está a realizar a esta questão. Tem a ver com a criação da Guarda Costeira Europeia.

A Guarda Costeira Europeia tem, e vou ler as competências:

Quando se detetarem deficiências “e essas deficiências não forem corrigidas, a Agência poderá intervir para assegurar a tomada de medidas no terreno, mesmo se o Estado Membro em causa não solicitar assistência ou considerar que não é necessária uma intervenção adicional.”

Isso significa o fim do princípio da soberania dos Estados, ou seja, esta Agência pode intervir neste âmbito.

Também, e está definido que um dos grandes objetivos estratégicos desta Agência é a defesa do imenso espaço marítimo europeu atlântico.

Portanto, nesse espaço marítimo europeu estamos nós, estão os Açores em grande parte do território considerado.

Veja-se bem, esta Agência Europeia, diz o ex-Chefe de Estado Maior da Armada, Fernando Melo Gomes, “é possível que, num futuro não muito longínquo, a Agência venha a absorver competências no âmbito aduaneiro, da vigilância marítima, da segurança, do controlo da pesca ou da imposição da lei e da proteção ambiental”.

Portanto, é uma matéria muito preocupante, é mais um poder externo com competências vastas que pode impor-se à soberania nacional.

Pergunto, como é que o Governo Regional dos Açores está a acompanhar esta questão?

**Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado José Contente.

(\*) **Deputado José Contente (PS):** Obrigado, Sra. Presidente,

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Queria, nesta intervenção, realçar aquilo que o Sr. Presidente do Governo disse, e muito bem, de que o problema agora, para além de ser político, é um problema que tem necessariamente a ver com o entendimento diferente da República e sobretudo do Tribunal Constitucional face àquilo que se passou anteriormente.

É preciso lembrar mais uma vez, sendo factual, que quando falamos na Lei de Bases que estabelece a Política de Ordenamento e de Gestão do Espaço

Marítimo Nacional, que é a Lei 17/2014, ou quando falamos no Decreto-Lei 38, de 12 de março, que é a legislação complementar a esta Lei, ou quando falamos na própria Lei 54, que também trata do aproveitamento dos recursos geológicos existentes no território nacional, incluindo os localizados no espaço marítimo nacional, todas estas leis tiveram da parte da Assembleia ou do Governo, pareceres que não foram tidos em conta pelo anterior Governo da República.

Portanto, não vale a pena aqui tentar dizer que somos todos a favor ou contra. Isto foi um desrespeito e uma ferida nas competências autonómicas, que foi clara.

Aliás, em matéria de desrespeito ou de respeito pelo Tribunal Constitucional, nós, quando dizemos que não concordamos com o Tribunal Constitucional, também dizemos que alguns não deviam concordar, ou deviam concordar com o seguinte:

Quando os membros do Tribunal Constitucional, alguns, dizem que:

“Há um claro desequilíbrio entre as posições do Estado e da Região no exercício de poderes de gestão sobre o espaço marítimo adjacente ao arquipélago” e que existe uma “clara subalternização do papel da Região na gestão de um espaço marítimo que, no que concerne ao mar territorial e à plataforma continental, não deixa de ser território regional.

Difícil de compreender que, estando em causa arquipélagos, conjuntos de ilhas, não se reconheça – que o Estado não reconheça – que o mar assume um significado e uma importância inultrapassáveis para os açorianos e os madeirenses, significado e importância que justificariam amplamente uma especial capacidade de intervenção nos assuntos a ele relativos por parte daquelas comunidades, ambas integrantes da comunidade nacional.

Inadequadas e criticáveis posições hiperdefensivas de supostos interesses do Estado, resultado de uma atávica tradição centralizadora – que, por vezes, na

ânsia de rejeitar a existência de um mar açoriano ou de um mar madeirense, até parecem esquecer que açorianos e madeirenses também são portugueses...

**Deputado André Bradford (PS):** Muito bem!

**O Orador:** ... –, posições que assentam numa noção restrita de âmbito regional mas se batem por uma noção excessivamente lata de defesa nacional – com o objetivo, assumido ou escamoteado, de limitar as capacidades de intervenção dos órgãos regionais nos assuntos do mar (...).”

**Deputado André Bradford (PS):** Muito bem!

**O Orador:** “Capacidade de intervenção dos órgãos regionais nos assuntos dos mares que lhes estão próximos deveria ser a maior possível – indo até aos limites da constitucionalidade –, impondo, designadamente, o entendimento da gestão partilhada no sentido da maior intensidade e amplitude possíveis dos poderes de intervenção daqueles órgãos”.

Citei Juízes do Tribunal Constitucional, incluindo o Juiz Presidente, que efetivamente demonstra que o assunto, mesmo no Tribunal Constitucional não é pacífico.

Era o que faltava a Região, e o Governo Regional, não continuar, como fez sempre, a forçar o Tribunal Constitucional, ou a República, quando for caso disso, para ampliar a Autonomia Regional.

**Deputado André Bradford (PS):** Muito bem!

**O Orador:** Foi assim que, ao longo de quarenta anos, o PSD fez também com o Dr. Mota Amaral.

**Deputado André Bradford (PS):** Muito bem!

**O Orador:** Foi assim que nós fizemos a partir de 96, foi assim que tivemos Estatutos diferentes e revisões constitucionais.

**Deputado André Bradford (PS):** Muito bem!

**O Orador:** Não são com atitudes defensivas. Por isso, não entendemos, nem concordamos também, com a líder do CDS-PP quando veio dizer aos Açores

que Revisão Constitucional e reforma da Autonomia não fazem sentido nenhum.

**Deputado André Bradford (PS):** Muito bem!

**O Orador:** Nós não concordamos com esta afirmação e não concordamos porque estamos a trabalhar naturalmente com essa reforma da Autonomia onde os assuntos do mar também fazem sentido.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Tem alguma ideia para o mar, para o debate?

**O Orador:** Para citar o nosso Deputado Francisco Coelho, que, enquanto Presidente da Assembleia disse com muita propriedade que a Autonomia «que se constrói pacientemente, devagar e à unha», criticando então a “interpretação restritiva” do Tribunal Constitucional.»

«O Tribunal Constitucional continua a fazer uma interpretação da Constituição em matéria de regiões autónomas que, em grande medida, desvirtua o espírito e a vontade da sexta revisão constitucional”, defendeu o Presidente do Parlamento açoriano.»

Isto mantém-se atual e é por isso que o Partido Socialista tem coerência, persistência e resistência para aumentar a Autonomia sempre quando estiver em causa os interesses dos Açores.

**Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo:** Muito bem! Muito bem!

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Nota-se! Nota-se! Viu-se com as finanças regionais, com o Sócrates!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Alonso Miguel.

(\*) **Deputado Alonso Miguel (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado José Contente, devo só dizer-lhe isto:

O desrespeito foi, também e sobretudo, do Partido Socialista na Assembleia da República, porque, além de ter votado a Lei de Bases favoravelmente, tinha lá deputados açorianos que deviam ter uma dupla sensibilidade para isto.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Muito bem, Sr. Deputado

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito bem!

**O Orador:** O CDS não tinha deputados na República.

**Deputados Artur Lima (CDS-PP) e Paulo Estêvão (PPM):** Muito bem!

**O Orador:** O CDS não tinha deputados na República!

Em relação ao assunto que importa, eu fico na dúvida:

O Sr. Presidente chegou e disse que o projeto foi aprovado. O Secretário Regional diz que não, não foi aprovado. Isto gera-nos de facto alguma confusão.

Sr. Secretário, devo enaltecer a forma como tem vindo e tem tentado esclarecer as nossas questões, não se escondendo e não gastando tempo para não dar respostas.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Muito bem!

**O Orador:** Muito bem! Esteve muito bem neste aspeto. Só que deixou algumas perguntas por responder e gostaríamos, obviamente, que ainda as pudesse responder.

Há pouco disse que o estudo Blue Atlantis tinha sido extinto. Ora, não fazia parte das competências da Comissão Europeia financiar, não estava obrigada a financiar isto. Não estava!

Agora, o consórcio pode, e se calhar está, e nós até acreditamos que está, em andamento, com financiamentos. Havia até o FP 7, o *Funding Programme 7*,

que foi substituído pelo *Horizon 2020*, que tinha fundos para este tipo de estudos,...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** É ou não é? Tinha ou não tinha?

**O Orador:** ... mas independentemente disso, o próprio consórcio pode perfeitamente avançar sem financiamento da Comissão Europeia.

Ainda em relação ao que dizia o Sr. Deputado José Contente, não há confusão nenhuma entre o projeto Blue Nodules e o estudo Blue Atlantis. São duas coisas perfeitamente distintas. Portanto, aqui não há confusão nenhuma.

**Deputado José Contente (PS):** Há, há!

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Há diferença!

**O Orador:** Agora, pergunto, quem é que extinguiu a Blue Atlantis? Quem é que tem competência para extinguir a Blue Atlantis?

Outra coisa que referiu há bocado, o IMAR tem um centro nos Açores. Tem efetivamente, mas como tem noutras universidades, nomeadamente a de Coimbra.

Portanto, o IMAR é uma instituição de nível nacional, que tem um centro nos Açores, no qual estão associados alguns investigadores, mas isso não lhes dá capacidade de estar à mesa das negociações, nem acompanhar.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Tem que ser o Governo! É uma questão política, não é técnica!

**O Orador:** Não dá!

Portanto, a pergunta que fazemos é: qual é que foi a participação do Governo Regional nisto e, por exemplo, para que é que serve o Observatório do Mar dos Açores? Não deveria estar atento a este tipo de questões?

Portanto, esta é efetivamente uma questão política e nós queremos algumas respostas em relação a isso. Pergunto então novamente: falou o Governo Regional alguma vez com o IMAR?

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito bem!

**O Orador:** Falou o Governo Regional alguma vez com a estrutura de missão para o alargamento da plataforma continental, com empresas representadas neste consórcio? Que dados é que lhes foram facultados? E, no âmbito desses contactos, que respostas é que foram feitas?

É isto que queremos efetivamente saber.

Muito obrigado.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Luís Garcia.

**Deputado Luís Garcia (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado José Contente, ainda vou dar-lhe mais uma, não sei se novidade, sobre essa questão do desrespeito que houve em relação à Região e em relação a esta Assembleia, em relação aos nossos pareceres.

Sabe que face aos pareceres negativos que chegaram à Assembleia da República sobre esta legislação, a Lei de Bases do Ordenamento do Espaço Marítimo, foi constituído na Assembleia da República um grupo de trabalho para, de alguma forma, fazer uma contraproposta e melhorar a legislação que estava em vigor. Sabe quem é que coordenou esse grupo de trabalho?

Uma Sra. Deputada que se chama Ana Paula Vitorino,...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sabe quem é?

**O Orador:** ... atual Ministra do Mar.

Portanto, nessa coisa de desrespeito oxalá que isso em muito pouco tempo não vos caia em cima e os senhores tenham que mudar esse discurso.

**Deputado André Bradford (PS):** Se cair em cima, cai em cima dos açorianos!

**O Orador:** Se esta senhora que coordenava o grupo de trabalho tinha tanto interesse em ter em atenção as matérias e os pareceres que vieram da Região, por que é que ela não os teve em conta nessa altura?

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)*

**O Orador:** Tem estado presente também, em várias intervenções nesta Casa, que a Região faz parte de muitos organismos internacionais.

Na sua primeira intervenção o Sr. Deputado José Contente diz que o Governo Regional participa em muita coisa, em muitos estudos, lidera outras. Agora há uma outra pergunta que temos que responder: e o que nós fazemos dentro de casa?

Temos uma estratégia para o mar definida? Temos uma política marítima definida?

Nesse domínio, temos muitas lacunas ainda por preencher.

Vou recordar uma, porque o Sr. Secretário há bocadinho disse que o Plano de Ordenamento do Espaço Marítimo dos Açores vai estar concluído em breve.

Sr. Secretário, o senhor sabe há quantos anos é que a governação dos Açores está para concluir esse plano?

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Devia saber!

**O Orador:** Desde 2010.

**Deputado Francisco Coelho (PS):** Eu até acho que a gente só tem mar desde 96!

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Antes eram só poças!

**O Orador:** Em 2010, o então Diretor Regional dos Assuntos do Mar, Frederico Cardigos, dizia que era muito urgente, porque “urge compatibilizar as diversas atividades exercidas no mar dos Açores com a proteção e a valorização dos recursos marinhos e o Governo Regional considera ser necessário proceder ao ordenamento do espaço marítimo regional” (2010).

Um ano e meio depois, o mesmo Direto Regional dizia que o Plano iria estar concluído até ao final de 2012 (2012!). Passados quatro anos – 2012, fim de legislatura; passados quatro anos, 2016, fim de legislatura – o Governo Regional adianta que até ao final da legislatura, 2016, a Região terá, finalmente, o Plano de Ordenamento do Espaço Marítimo.

Surpresa das surpresas!... O Sr. Secretário há bocadinho diz que em breve (em breve!) nós vamos ter finalmente o Plano de Ordenamento do Espaço Marítimo.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** O senhor só herdou dívidas!

**O Orador:** Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados Socialistas:

Onde é que está a estratégia? Como é que nós podemos criticar os outros? Como é que nos podemos querer afirmar a nível internacional se temos lacunas desta natureza dentro de portas?

**Deputado Duarte Freitas (PSD):** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)*

**Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Há apenas um vazio!

**O Orador:** E mais... E mais...

Eu vou dar um segundo exemplo de uma outra lacuna, ou como dizia aqui a Sra. Deputada Graça Silveira, um autêntico vazio.

Em 2013, aquando da aprovação da Estratégia Nacional para o Mar, o Governo dos Açores apregoou que impôs como condição para aprovar essa estratégia, incluir um anexo, um apêndice, com a visão dos Açores para o mar naquela estratégia.

**Deputado André Bradford (PS):** Essa também já é conhecida! Foi ao site!

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Mas é verdade ou é mentira?

**Deputado André Bradford (PS):** Não sei se é verdade! Sei que já é conhecida!

**O Orador:** Eu até diria que bem.

Portanto, foi concedida essa benesse, foi concedida autorização para que os Açores e a Madeira introduzissem na Estratégia Nacional para o Mar, a sua visão. E o que é que aconteceu? Isso foi em 2013.

A Madeira introduziu o seu plano de ação na Estratégia Nacional para o Mar 2013-2020.

Estamos em 2017. O Governo dos Açores já colocou na página da Estratégia Nacional para o Mar o plano de ação relativo à estratégia do mar para os Açores?

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Não sabe!

**Deputado Duarte Freitas (PSD):** Não! É só para a guerrilha!

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Não! Só pagam dívidas!

**O Orador:** O Governo Regional já lá colocou?

Pois eu desafio as Sras. e os Srs. Deputados a irem à página da Estratégia Nacional para o Mar e o que lá vão encontrar é uma página em branco.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)*

**O Orador:** Em branco, Sr. Secretário.

Os senhores andam para aí a apregoar que têm uma estratégia para o mar? Que sabem o que é que estão a fazer?

**Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Não faz, porque não lhe deixam!

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Mas a gente vamos ajudá-lo!

**O Orador:** Que a culpa é só dos outros?

E o vosso trabalho de casa? Como é que uma região atlântida, uma região que tem uma Zona Económica Exclusiva das maiores do mundo, não faz parte da Estratégia Nacional para o Mar do país?

Como é que um investidor ou qualquer pessoa que hoje consulta a página da Estratégia Nacional para o Mar não tem informação de quais são os objetivos, quais são os projetos, qual é o calendário, como é que se pode financiar todos esses investimentos?

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** Pode sabê-lo em relação ao continente português, pode sabê-lo em relação à Região Autónoma da Madeira e em relação aos Açores essa informação não consta desta página.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Zero!

**O Orador:** Ó senhores, parem de criticar os outros! Façam o vosso trabalho de casa, porque estas lacunas que aqui denunciei são demasiado penalizadoras para uma Região que se quer afirmar como uma região atlântica e marítima na Europa.

**Deputado Paulo Parece (PSD):** Grande debate!

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)*

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Mendes.

**(\*) Deputado Paulo Mendes (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

**Deputado Paulo Parece (PSD):** Quem é que vai responder agora?

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Alguém daí devia responder!

**O Orador:** Gostaria de, em nome do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda...

*(Diálogo entre dos Deputados das várias bancadas)*

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados...

**O Orador:** Como estava a dizer, gostaria de, em nome do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, congratular a abertura demonstrada pelo Governo Regional nesta interpelação, ao contrário do que ocorreu no dia de ontem em que tivemos uma interpelação que nada esclareceu.

Nesta, julgamos que houve um esclarecimento cabal sobre o que está em causa e qual deverá ser o centro político no que diz respeito à gestão do nosso mar e prova que a figura regimental da interpelação pode ser adequada e propícia à clarificação das várias posições políticas e, neste caso concreto, relativamente à gestão do nosso próprio mar, dos recursos e das riquezas que ele encerra.

A proposta do Bloco de Esquerda, como anunciámos, que será assumida através de uma anteproposta de lei, não deve ser atendida, e não achamos que assim deverá ser, como uma espécie de tentativa de ficar à frente no campeonato de quem se interessa mais pelos Açores no que diz respeito à gestão do nosso mar. É mais do que isso! Porque sabemos que se essa anteproposta for aprovada nesta Casa será remetida à Assembleia da República, não como uma proposta do Bloco de Esquerda, mas como uma proposta desta Assembleia.

Portanto, é dessa forma que podemos garantir uma posição de força da nossa Região e não uma posição partidária, que também tem o seu interesse, também tem a sua valia, mas mais valia terá se for uma posição assumida por parte do principal órgão da Autonomia.

Portanto, este é de certo o centro político que orienta a gestão do nosso mar. Refiro-me aqui à Lei de Bases de Ordenamento de Gestão do Espaço Marítimo. Sabemos que para estarmos nesse combate político temos que estar certamente contra as tendências centralistas que infelizmente subsistem, quer no PS, quer no PSD, quer no CDS, quando por exemplo viabilizaram a atual Lei de Bases de Gestão do Espaço Marítimo, apesar (é verdade e aqui devemos assumir) dos

votos contra, na Assembleia da República, do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda e do PCP.

Deveremos estar cientes que deveremos estar também contra, e vamos estar contra, interesses instalados, interesses políticos muito bem instalados, enviesados por uma tendência que não se compreende nos dias de hoje, uma tendência e uma divagação centralista que subsistem na República.

Por isso estaremos inclusive, como referiu o Sr. Deputado Luís Garcia contra até mesmo a atual Ministra do Mar, que não esqueçamos, esteve envolvida, de facto, nas negociações para a formalização daquela que é a atual Lei de Bases do Espaço Marítimo.

Portanto, não será de certo uma luta fácil. Será uma luta difícil e para travar essa luta difícil precisamos da unanimidade, da união, da força desta Assembleia.

**Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Viu-se no último plenário, na gestão partilhada!

**O Orador:** Mas como estamos perante uma interpelação ao Governo Regional, aproveito para questionar o Sr. Secretário Regional do Mar acerca de um assunto, de um tema, de um projeto que é deveras muito acarinhado pelo Bloco de Esquerda e, felizmente, cada vez mais acarinhado por todas as outras forças políticas representadas nesta Casa.

Refiro-me aqui ao Centro Público de Investigação das Ciências do Mar, porque é verdade que esta é uma questão política, mas para também aproveitarmos aqueles que são os nossos recursos, e de forma sustentável, precisamos de produzir conhecimento, conhecimento próprio, e esse conhecimento próprio só pode ser atingido se fizermos um investimento a sério naquela que é uma infraestrutura, mais do que uma infraestrutura é um projeto, que será uma mais-valia não só para o Faial, porque estará sedado (no nosso ver deverá estar sedado) na Ilha do Faial, mas também é uma mais-valia para toda a Região.

Tem o Governo Regional um projeto para a criação deste Centro Público de Investigação das Ciências do Mar, ou outro nome, ou outra designação que queiram dar? Ou vai continuar a aguardar pela sorte grande que pode ou não sair na famosa tómbola de Bruxelas?

Se tem um projeto, está o Governo em condições para, perante esta Assembleia, prestar os devidos esclarecimentos? Se não tem, então gostaríamos que fizesse uma atualização das diligências já tomadas.

Obrigado.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado João Corvelo.

(\*) **Deputado João Corvelo (PCP):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Em relação às questões da gestão do mar dos Açores, os princípios defendidos pelo PCP são conhecidos, claros e naturalmente coerentes com aquilo que é a nossa defesa determinada da Autonomia das regiões autónomas enquanto pilar da democracia que emergiu na Revolução de Abril.

Continuamos a entender que é necessário que a Região seja respeitada em relação aos seus direitos sobre as zonas marítimas e os seus recursos minerais, mas isto deve aplicar-se não apenas ao Governo da República, mas também e de forma aguda à União Europeia.

O respeito pelo direito da Região a gerir as suas zonas marítimas e as suas riquezas é de difícil conciliação com o que o está escrito nos tratados europeus.

Pensamos que essas ameaças aos nossos direitos não vêm apenas de Lisboa. Vêm atualmente, em grande parte, de Bruxelas.

Para lá da insistência prolongada, oficial, em torno deste tema, que tem poucas consequências visíveis, sobram os riscos de alienação e privatização dos recursos marinhos que a União Europeia, nesta e noutras áreas preconiza.

O PCP defendeu, defende e defenderá o aproveitamento e a gestão integral de forma soberana e ambientalmente sustentável de todas as potencialidades existentes no mar, colocando ao serviço dos interesses dos Açores.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Não desprezando o potencial económico que representam os recursos marinhos dos Açores, quer biológicos, quer geológicos, são um bem valiosíssimo para o futuro do nosso Arquipélago e, como tal, devem ser alvo de uma proteção especial e cuidadosa. Igualmente, as políticas públicas devem ser permanentemente guiadas por um princípio de precaução, de forma a não pôr em causa um património irrepetível e irrecuperável.

Importa também garantir que a exploração dos recursos açorianos traga contrapartidas diretas para os Açores, quer no plano financeiro, quer no acesso ao conhecimento científico produzido.

Assim, consideramos de especial importância os resultados obtidos e sobretudo as recomendações formuladas pelo Projeto MIDAS, projeto de investigação promovido pela Comissão Europeia que envolveu cientistas de muitos países europeus e que incluiu também a Universidade dos Açores.

Entre elas, destacam-se a necessidade de políticas para essa área, para serem conduzidas por um princípio de precaução, dada a insuficiência de

conhecimento sobre os impactos deste tipo de atividades sobre habitats extremamente frágeis, eles próprios muito pouco conhecidos.

Outro dos princípios que emergem deste estudo e ao qual damos grande importância é o da transparência e participação pública. Essa transparência é decisiva em termos da partilha aberta do conhecimento adquirido, mas também em termos da formulação das políticas e da emissão de licenças e autorizações.

Isso não é o que tem acontecido até agora, o que para o PCP é muito preocupante e deve ser contestado.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Penso que é relevante assumir aqui, hoje, o nosso contributo e preocupações principais, em termos da estratégia regional para o mar e dos seus meios.

Fomos dos primeiros a apontar a necessidade de uma Escola dedicada às profissões náuticas, já há alguns anos atrás, uma estrutura que continuamos à espera que seja concluída e que entre em funcionamento, parecendo certo que ainda não estará no próximo ano letivo.

Questionámos o Governo Regional, que deixou sem resposta o nosso requerimento, em relação ao nebuloso processo de atribuição de uma licença de prospeção a uma grande multinacional do sector mineiro.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** O Governo não responde aos requerimentos?

**O Orador:** Estamos, de há muitos anos, na luta contra a precariedade do emprego científico e contra o subfinanciamento das Universidades e Centros de

Investigação, processos nos quais tanto o PS, como o PSD têm extensas responsabilidades e que ainda hoje persiste e afeta de forma grave a nossa Região e a nossa capacidade de investigar o nosso Mar.

**Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Se fosse a Secretária da Presidência já estava a protestar!

**O Orador:** Reivindicámos a plurianualidade dos protocolos de cooperação científica entre a Região e a Universidade dos Açores, como forma de dar estabilidade ao seu financiamento, garantindo a sua regularidade e a estabilidade e continuidade dos dados científicos recolhidos.

Denunciámos a falta de fiscalização marítima e fizemos aprovar uma proposta sobre esse assunto aqui no Parlamento Regional, contribuindo assim também para o recente reforço de meios da Marinha, que aqui estaremos para avaliar se são suficientes.

Temo-nos batido e colocado na agenda política regional a necessidade concreta e urgente de substituir o navio oceanográfico Arquipélago por uma embarcação maior, mais moderna e mais capaz de dar resposta às necessidades da investigação científica e da monitorização dos recursos piscícolas.

Estes são apenas alguns dos exemplos que demonstram e que têm sido o contributo do PCP para este debate. Oportunamente, apresentaremos mais uma vez algumas destas propostas, a par de outras que estamos a construir.

E para terminar, pergunto-lhe, Sr. Secretário:

Está o Governo Regional disponível para realizar a substituição do navio oceanográfico Arquipélago durante esta legislatura?

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Não, não!

**O Orador:** Qual é o ponto de situação desse processo?

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Contente.

(\*) **Deputado José Contente (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, gostaria de dizer que o Partido Socialista, e alguns outros partidos, mas nós de uma maneira bem intensa, desde a terceira revisão estatutária fomos autores e coautores do conceito de gestão partilhada. Portanto, há aqui uma história que tem a ver com o Partido Socialista também e grandemente com o Partido Socialista.

Por outro lado, queria dizer também que há leis que na República nem sempre nós concordamos, nem aprovamos. Foi o caso da Lei 54, em que os Deputados do PS/Açores, na Assembleia da República, votaram contra o seu próprio partido. Portanto, isso também nos acontece e era bom que fosse exemplo para outros Grupos Parlamentares.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Olhe que não!

**O Orador:** Mas falando na estratégia do mar, penso que o Sr. Deputado Luís Garcia se esqueceu de algumas coisas que aconteceram na elaboração desta estratégia. Este documento esteve em discussão pública durante muito tempo,...

**Deputado Luís Garcia (PSD):** Os senhores deram contributos?

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** O povo é que vai dar!

**O Orador:** ... teve vários apêndices e anexos onde (veja lá!) os Açores são mencionados na página 16 duas vezes, na página 18, na página 26, na página 28, na página 29, na página 38, na página 97 e na página 50, mas não são mencionados só por qualquer coisa. São mencionados, por exemplo, por

construírem a estratégia do mar (olhe!) com os critérios científicos produzidos pelo DOP, que são os chamados até critérios dos Açores.

Portanto, isto não “caiu por obra e graça do Espírito Santo” na Estratégia do Mar, como também não caiu na Estratégia do Mar esta coisa que é relevante e estruturante: para o sucesso do modelo de desenvolvimento é essencial o exercício homogeneizado das competências próprias, no quadro de um processo de decisão e de gestão partilhado...

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Está a caminho via marítima!

**O Orador:** ... entre o Governo da República, os Governos Regionais dos Açores e da Madeira e as autarquias.

Portanto, isto é trabalho do Governo Regional dos Açores e de quem esteve a representar a Região nesta Estratégia do Mar.

Portanto, vir para aqui fazer uma generalização abusiva, dizendo que por não estar no site da internet um documento ou outro, que vai estar, e tem que estar, e aliás vai estar acrescentado, porque o Governo Regional já disse aqui que tem um plano próprio para além dessa estratégia do mar, é uma ficção dizer que não participámos, nem estamos no documento da Estratégia Nacional para o Mar, porque as referências eu digo-lhe à página, se quiser. E à página no sentido de dizer que essas referências não são só o nome dos Açores, são o nome dos Açores associados a conceitos estruturantes, como são os critérios científicos dos Açores que foram produzidos pelo DOP e que serviram e servem para dirimir situações, quer dentro do território nacional, quer com a Comunidade Europeia.

Portanto, não há nenhuma validade no tentar fazer uma generalização abusiva dizendo que no sítio da internet não estão dois documentos que devem estar e estarão, e, portanto, os Açores não têm nada a ver com a Estratégia Nacional para o Mar. Isso é redondamente falso...

**Deputado André Bradford (PS):** Muito bem!

**O Orador:** ... e o que ficou demonstrado aqui é que os Açores tem uma estratégia para o mar, tem um caminho percorrido ao nível da legislação, que o mar, pelos vistos, aconteceu com mais intensidade a partir de 1996, ainda que ele já exista há cinco séculos, mas há um período que pareceu que só havia umas pocinhas por aí.

**Deputado Paulo Parece (PSD):** Não, não! Existe há mais!

**O Orador:** Há exatamente também a necessidade de se pensar que esta Estratégia Nacional para o Mar só se resolve com uma estratégia própria também dos Açores e os Açores têm essa estratégia, já demonstraram essa estratégia, têm competência científica e política para resolver esses problemas. Portanto, estamos perfeitamente à vontade, sabendo que este é um assunto que não merece descanso das autoridades regionais, não merece descanso desta Assembleia Legislativa Regional, mas é um assunto que nos deixa à vontade, porque temos capacidade técnica, científica,...

**Deputado Manuel Pereira (PS):** Muito bem!

**O Orador:** ... e política para impor os interesses dos Açores.

**Vozes de alguns Deputados da bancada do PS:** Muito bem! Muito bem!

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Técnica e científica, estamos de acordo!  
Política não!

**Deputado José Contente (PS):** Temos sim senhor!

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Não têm! Andaram a descansar!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Secretário Regional.

(\*) **Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia (Gui Menezes):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Eu vou começar pela questão que o Sr. Deputado Luís Garcia colocou, que é a ausência de estratégia.

A importância que o Governo Regional dá ao mar e a tudo o que daí vem para o seu desenvolvimento, não se coaduna em ficar num apêndice de uma Estratégia Nacional para o Mar.

**Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Mas é preciso fazer alguma coisa! Não é aceitável ficar em falta!

**O Orador:** Nesse sentido estamos a dar passos para termos e fazermos a nossa Estratégia Regional para o Mar dos Açores.

**Deputado André Bradford (PS):** Muito bem!

**O Orador:** Nessa Estratégia Nacional para o Mar dos Açores, nós não estamos propriamente sem estratégia.

**Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Parece!

**O Orador:** Aliás, existem muitos planos e muitas ações que têm sido desenvolvidas e que têm dado muitos bons resultados, com ou sem essa estratégia, mas naturalmente que é bom termos um documento enquadrador de algumas das políticas.

Essa Estratégia Regional para o Mar vai também, como eu disse, ser elaborada e vai integrar uma série de planos que já existem, nomeadamente o que está previsto logicamente no Programa de Governo, no que está previsto na RIS3, no que está a ser feito em termos de programas de monitorização, já definidos, da Diretiva Quadro da Estratégia Marinha, vai incluir e vai dialogar, se quisermos assim, com os programas operacionais também das outras ilhas da macaronésia, vai integrar o Plano Estratégico para a Promoção Turística dos Açores, vai enquadrar...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Vai, vai, vai, vai! Mas fica-se!

**O Orador:** ... aquilo que forem as atividades turísticas, ou vai pelo menos enquadrar esses aspetos de atividades marítimo-turísticas neste plano. Integrará naturalmente e terá que integrar também tudo aquilo que se conecta com esta estratégia marinha e que tem a ver com os transportes, vai integrar naturalmente

tudo o que são os quadros nacionais, regionais e internacionais que estão em vigor e que vão ter que ser integrados.

Portanto, iremos, como eu disse, desenvolver o Plano de Ordenamento do Espaço Marítimo.

Enfim, vai incluir igualmente as Redes de Áreas Marinhas Protegidas, o Parque Marinho e tudo o que daí desenvolve, e vai ainda incluir tudo o que serão as questões da orla costeira e as intervenções de valorização destas zonas para zonas balneares, para nomeadamente aproveitamentos turísticos, inclusive.

Naturalmente que vai ter que incluir também assuntos relacionados com as pescas, com o aproveitamento desses recursos.

Portanto, dizer que nós não temos estratégia...

Existe uma estratégia para o mar, existe uma estratégia para as pescas, existe uma estratégia para a aquacultura e para a biotecnologia, existe uma estratégia para a investigação que tem vindo a ser desenvolvida.

Isto é muito importante, porque estratégias sem planos de monitorização não podem ser levadas a cabo e o Governo Regional nesse aspeto deu cartas, desde há muitos anos, em termos dos programas de monitorização do seu ambiente marinho, talvez como nenhum outro fez, nem no continente.

Naturalmente temos uma série de outros planos e de legislação produzida que vai ser enquadrada, nomeadamente das marítimo-turísticas, por exemplo.

Portanto, não estamos sem estratégia, nem rumo. Vamos desenvolver a nossa própria estratégia, porque julgo que é melhor do que ela existir num apêndice de uma outra estratégia.

O Sr. Deputado Alonso Miguel, fez-me algumas questões. Eu não sei se vou conseguir responder a todas, mas em relação ao projeto que falou penso que já está tudo esclarecido.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Não está não!

**O Orador:** Em relação ao Observatório, e aproveito também neste caso para responder ao Sr. Deputado Paulo Mendes que falou no mesmo assunto, na realidade, o que está definido na criação deste Centro de Investigação, seja internacional, seja... Vamos dizer que é ligado ao mar, de certeza. Vai ser constituído em breve um grupo trabalho para definir quais serão os objetivos deste Centro de Investigação, as suas valências, a sua oportunidade, o seu financiamento.

Vai ser criado esse grupo de trabalho ainda no decorrer deste ano, que, naturalmente e na opinião deste Governo, poderá ser de facto uma coisa importante e que dará, por um lado, algum enquadramento a alguns investigadores séniores, esperamos nós, que temos na Região. Poderá dar algum enquadramento aí, mas poderá naturalmente ser um centro mais virado para investigações de ponta e que deverá incluir várias áreas que eventualmente ainda estão pouco desenvolvidas na Região como a aquacultura ou como a biotecnologia.

Como disse, vai ser criado um grupo de trabalho para desenvolver esta ideia e este centro ainda durante este ano e esperemos que no final deste ano possamos ter uma ideia clara acerca da sua concretização.

Em relação ao Sr. Deputado João Corvelo que mencionou aqui...

**Presidente:** O seu tempo está a terminar, Sr. Secretário.

**O Orador:** ... o Projeto MIDAS, que é um projeto onde participam mais uma vez investigadores da Região Autónoma dos Açores,...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Quais são os resultados para os Açores? Não basta participar!

**O Orador:** ... que aliás serviram para a ISA, que é a *International Seabed Authority*, onde a *International Seabed Authority* lançou agora um primeiro *draft* de um documento,...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Agora!... Até agora zero!

**O Orador:** ... em que define quais serão as regras de estudos de impacto que a exploração dos recursos geológicos do mar profundo devem seguir.

Este documento está *online*, pode ser participado por todos e teve um grande contributo do Projeto MIDAS, naturalmente que sim, e em tudo o que é, digamos, impactos ambientais de tudo o que são atividades no mar, o Governo Regional está sempre atento, e tem estado sempre atento.

**Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Os açorianos também estão muito atentos, mas não governam!

**O Orador:** Naturalmente que temos um património natural que importa proteger de qualquer impacto negativo que as atividades possam ter.

**Presidente:** Sr. Secretário, agradeço que termine. O seu tempo já terminou.

**O Orador:** Eu estou a terminar.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** E a minha resposta, Sr. Secretário?

**O Orador:** Só para dizer que julgamos que este debate foi realmente muito esclarecedor e importante.

Quanto à Agência não lhe posso responder, porque não tenho neste momento informação, embora me pareça que isso seja mais um assunto da defesa e isso não é da tutela que eu tenho, não está relacionada propriamente com isso.

O que lhe posso dizer é que os Açores, ao contrário da Madeira, por exemplo, desde há muito que criou uma coisa que se chama Inspeção Regional das Pescas que, pelo menos nesse domínio, tem funcionado muito bem e tem sido inclusive um exemplo para outras coisas.

Pronto, não tenho mais tempo. Termina.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Guarda marítima!

**Presidente:** Muito obrigada, Sr. Secretário.

Vamos interromper este debate. Regressamos às 15H00 para lhe dar continuidade.

Bom almoço a todos.

*Eram 13 horas e 05 minutos.*

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, agradeço que retomem os vossos lugares.

*Eram 15 horas e 05 minutos.*

Vamos dar continuidade aos nossos trabalhos.

Antes, vou pedir ao Sr. Secretário da Mesa o favor de informar os tempos restantes.

**Secretário:** Boa tarde.

Os tempos restantes são os seguintes:

O Governo Regional esgotou o seu tempo;

O Partido Socialista tem 14 minutos e 10 segundos;

O PSD tem 4 minutos e 40 segundos;

O CDS-PP tem 11 minutos e 10 segundos;

O Bloco de Esquerda tem 2 minutos;

O PCP tem 4 minutos e 10 segundos;

O PPM tem 2 minutos e 20 segundos.

**Presidente:** Está inscrito o Sr. Deputado Alonso Miguel. Tem a palavra.

(\*) **Deputado Alonso Miguel (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

O Governo Regional dos Açores quase nos deixou em dúvida em relação a esta matéria e mais concretamente em relação ao estudo Blue Atlantis.

Primeiro, vem o Sr. Presidente do Governo Regional e diz que enaltece a importância do Blue Atlantis e que ele foi aprovado.

Depois vem o Sr. Secretário Regional e diz que não, que não foi aprovado, e que efetivamente não existe nada programado nos Açores.

Bom, em que é que ficamos?

Depois, acrescentar uma coisa. Já enalteci também a postura do Sr. Secretário, que tentou e mostrou abertura para responder às questões que colocámos, mas na verdade não passaram de tentativas.

Por duas vezes coloquei as mesmas questões, mais concretamente que contactos é que tinham sido feitos com as entidades e empresas que estavam afetas a este consórcio (que contactos é que foram feitos), que respostas é que foram dadas, que dados é que foram solicitados, mas infelizmente não passou de uma tentativa de resposta. Nós continuamos sem qualquer tipo de esclarecimento acerca disto.

No fundo, a única resposta que o Sr. Secretário Regional teve para dar a estas questões colocadas pelo CDS-PP foi de que, acerca do Blue Atlantis, já está tudo esclarecido.

Era este ponto que gostaria de deixar ficar.

Muito obrigado.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Informo a câmara que está nas galerias da nossa Assembleia uma turma da Escola Básica e Integrada António José Ávila, do 6.º-G. Sejam muito bem-vindos à Assembleia Legislativa.

*(Aplausos da câmara)*

A Mesa de momento não tem inscrições.

Sr. Deputado Paulo Estevão tem a palavra. Alerto apenas que dispõe de cerca de 2 minutos.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão** (*PPM*): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para referenciar duas coisas:

A primeira, em relação à Guarda Costeira Europeia, é uma questão que, aqui, no Parlamento dos Açores, estou convencido que vamos ouvir falar muitas vezes no futuro.

É preciso ver as competências que tem esta entidade supranacional, competências que terão tendência a alargar-se.

Acho que é uma questão que devemos acompanhar com cuidado. É evidente que são competências de âmbito nacional, mas é evidente que o Governo Regional, do ponto de vista político, deve acompanhar esta questão. Temos interesse em acompanhar esta questão e acho que é estratégico acompanhar e solicitar informação sobre o processo.

Em segundo lugar, também fazer aqui referência a uma notícia do Diário de Notícias, que referenciava, no dia 11 de janeiro de 2017, o seguinte:

“O Governo português pretende desenvolver e aprofundar relações com o instituto goês no que concerne ao estudo do mar profundo”.

Depois descreve um pouco da visita e sublinho aqui um parágrafo:

“António Costa falava aos jornalistas antes de visitar o Instituto Oceanográfico de Goa, que tem uma parceria já há 15 anos com o instituto dos Açores, ocasião em que foi acompanhado pelo Ministro da Ciência e do Ensino Superior, Manuel Heitor.”

Bom, considero que sendo esta uma questão relevante, já aqui nesta Casa tivemos oportunidade várias vezes de falar sobre este assunto, e que os dirigentes, os membros do Governo açoriano com competências nestas pastas, devem integrar as comitativas nacionais nos assuntos que são relevantes para os Açores.

Eu, nesta situação, vejo, noto mais uma vez a ausência do Governo dos Açores nas comitativas nacionais em assuntos estratégicos para a Região também.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa de momento não tem inscrições.

Sr. Deputado Luís Garcia tem a palavra.

**Deputado Luís Garcia (PSD):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Uma intervenção necessariamente breve para tentar recolocar e de alguma forma criticar a tentativa de desvalorização que o Sr. Secretário Regional e o Sr. Deputado José Contente tentaram fazer da denúncia que aqui fiz, de que a Região, os Açores não estão na Estratégia Nacional para o Mar,...

**Deputado André Bradford (PS):** É a quinta vez que o senhor diz isso!

**O Orador:** ... não tem lá o seu plano de ação incluído no sítio da internet onde devia estar.

Queria dizer que isso é importante que lá esteja, porque se consultarmos a Estratégia Nacional para Mar, em que relativamente ao Continente Português e relativamente à Região Autónoma da Madeira estão lá identificados os projetos, os seus objetivos, qual é a entidade que coordena esse projeto, quais são as entidades participantes, quais são os resultados que se esperam com este projeto, qual é o seu calendário de execução, quais são as fontes de financiamento para cada um desses projetos importantes para a economia do mar, se isso é verdade e se encontramos todo esse conjunto de informação, se os investidores que consultarem este sítio puderem ter acesso a esse conjunto de

informação consultando a Estratégia Nacional para o Mar, relativamente aos Açores essa informação não está disponível e isso é altamente penalizador para a Região Autónoma dos Açores.

Para além desta dimensão há uma outra dimensão que os senhores estão a contradizer-se. Então se não é importante ter lá um apêndice com a estratégia dos Açores, com o plano de ação dos Açores, para que é que os senhores o reivindicaram aquando da aprovação da Estratégia Nacional para o Mar?

Os senhores puseram como condição que queriam lá incluir a Estratégia dos Açores, a visão dos Açores sobre o Mar, e agora, passados mais de três anos, que não incluíram estratégia nenhuma, que não puseram lá nada, vêm dizer que isso afinal é importante.

Ó senhores, entendam-se!

Depois há uma coisa que até é ridícula, que é o Sr. Deputado José Contente diz que não tem lá o plano de ação, mas tem umas referências aos Açores.

**Deputado José Contente (PS):** Não são referências! São conceitos!

**O Orador:** Está na página 17 uma referência aos Açores, na páginas não sei das quantas tem outra referência aos Açores.

Sr. Deputado, pudera!... Se os Açores são a região do país com mais mar, se a Estratégia Nacional para o Mar não falasse dos Açores, ia falar de quê?

Portanto, não é isso que está em causa, não são as referências aos Açores, é aquilo que os senhores se comprometeram a lá colocar,...

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** ... que era a visão dos Açores, a estratégia dos Açores para o desenvolvimento do mar, e que os senhores passados três anos ainda não foram capazes de lá colocar essa estratégia e isso é absolutamente grave, isso é absolutamente contraditório com o vosso discurso, e é demasiado penalizador em termos de desenvolvimento para a Região.

É isso que tem que ficar aqui denunciado e um apelo ao Governo Regional para que se mexam e façam aquilo que vos compete, que é definir a política marítima para o mar desta Região, que queremos uma região atlântida e uma região marítima.

Caso contrário, esse discurso é absolutamente oco.

**Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD:** Muito bem! Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado André Bradford.

(\*) **Deputado André Bradford (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sentiu o Sr. Deputado Luís Garcia necessidade de, depois do almoço, voltar a debate por achar que não lhe correu assim suficientemente bem da parte da manhã e, portanto, era preciso voltar a repetir aquilo que ele já tinha dito por duas vezes de manhã...

**Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Podia ter dito isso num aparte!

**O Orador:** ... (duas ou três vezes de manhã!), que foi uma acusação ao Governo Regional e à bancada parlamentar que o suporta, no sentido de dizer que a Região não tem, porque o Sr. Deputado Luís Garcia não quer que tenha, uma estratégia para o mar.

Foi-lhe explicado de manhã que a Região tem, que até optou por desenvolver uma estratégia própria e não funcionar como apêndice da República, o que nos fica muito bem, além de ficar muito bem é a obrigação que temos ao serviço dos interesses da Região nesta matéria estratégica para o futuro dos Açores, para o desenvolvimento da nossa Região.

Agora, essa posição do Sr. Deputado Luís Garcia e da bancada parlamentar do PSD, a insistência que ele tem, não de agora, mas de debates anteriores, de que não existe estratégia da parte do Governo e do Partido Socialista, faria supor, digo eu, na minha interpretação dos factos, que o PSD tivesse uma profunda

estratégia montada para a questão do aproveitamento dos mares e da gestão marítima da Região.

**Deputado José San-Bento (PS):** A gente é que não sabe!

**O Orador:** E, sentado aqui a ouvir o debate, pensei: bom, eu devo estar desatualizado, não me devo ter apercebido de alguma coisa que se passou entretanto, e que qualifica de sobremaneira o Sr. Deputado Luís Garcia para, do alto da sua bancada dizer, ao Governo e ao Partido Socialista, os senhores não têm estratégia, mas nós temos uma estratégia fantástica que não vamos avançar agora, mas temos.

Então eu decidi procurar a estratégia do PSD, porque estava mal informado, provavelmente estava desatualizado. Em primeiro lugar, fui ao site do PSD que tem um conjunto de prioridades políticas estratégicas de ação, como partido da oposição, partido que pretende ser liderante na oposição e, portanto, tem áreas temáticas, várias áreas temáticas.

Disse: “mar”. Procuremos o “mar”.

Procurámos o “mar” e ele não apareceu. Não há nenhuma área temática específica chamada “mar”.

Bom, mas então procuremos o “mar” nas outras áreas temáticas, porque ele há de lá estar. Por acaso está!... Num pontinho no fim do separador que se chama “Ambiente e Território”, abaixo do Plano Estratégico de Combate às Pragas nos Açores, mas isso no “abaixo” deve ter sido só o arranjo gráfico, não será a prioridade. Eu admito que os senhores não considerem a gestão do território marítimo dos Açores abaixo do combate às pragas, mas graficamente é assim que está.

E aparece um parágrafo que...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Está a brincar com o mar! Olha a térmitas!

**O Orador:** ... descreve toda esta estratégia profunda e que diz o seguinte: “reafirmar perante a República os direitos da Região na gestão do espaço marítimo e dos seus recursos”.

Muito bem! Sim senhor! É legítimo, mas não é uma estratégia. É legítimo, mas não denota nenhuma especial profundidade no tratamento desta matéria.

É legítimo, é acompanhado por toda esta Casa, tem sido historicamente acompanhado por todas estas bancadas, mas não é uma estratégia. É quanto muito uma frase, uma frase com significado político, é verdade.

Mas depois pensei: bem, mas o PSD teve um congresso recentemente...

**Deputado António Almeida (PSD):** E pensou bem!

**O Orador:** ... e o líder anterior voltou a ser líder e apresentou ao PSD as suas propostas políticas e as suas prioridades de ação política.

Pensei então: é aí que está escondida a estratégia, procurei no sítio errado.

Fui procurar na moção, na Moção de Estratégia apresentada.

**Deputado Francisco César (PS):** Pensei que tinha sido num vídeo do Congresso!

**O Orador:** No vídeo não consegui, porque infelizmente no vosso site não há vídeos do Congresso, mas há o PDF da moção. Então consegui ir ao PDF.

No PDF há um separadorzinho dedicado ao mar, cujo título é bastante sintomático: “é preciso mergulhar”, dizem os senhores.

Então é preciso mergulhar no mar imenso que nos rodeia.

Bom, o Sr. Deputado Luís Garcia já começou, já deu um pequeno mergulho, dois ou três seguidos, mas procurando alguma substância, digamos assim, e alguma prepositura na moção, isto bem esmiuçado são quatro parágrafos, não tem nada.

Diz apenas que é preciso defender os Açores, que é um desafio, que há uma grande influência do mar na nossa vivência e um conjunto de outras (não vou dizer banalidades, porque não são, têm alguma profundidade na escrita)

evidências que todos nós subscreveríamos, mesmo não sendo do PSD e mesmo não estando obrigados a votar esta moção.

Portanto, não se passou nada, não há estratégia, não há documento nenhum sustentado, não há nada que justifique o tom indignado com que o Sr. Deputado tratou esta matéria nesta Casa e não há nada para dizer aos açorianos sobre a estratégia do PSD em relação ao mar. Talvez por isso fosse tão necessário dizer que os outros também não têm estratégia. É porque o senhor também não tem.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Repare que o senhor disse “também”!

**O Orador:** Mas havia uma hipótese, e eu já termino, de termos ficado então agora aqui a conhecer, da boca do líder do PSD, a estratégia do PSD para o aproveitamento dos nossos recursos marinhos em oposição à estratégia do Governo.

Essa possibilidade teria sido uma ocasião soberana se o Sr. Presidente do PSD tivesse dito uma frase que fosse durante todo este debate e não disse.

É estranhíssimo!... É muito estranho que o Presidente do maior partido da oposição, recentemente eleito, admita que o seu partido coloque esta matéria no topo da agenda política e esteja sentado três horas durante esta manhã, nesta Casa,...

**Deputado Paulo Parece (PSD):** Tanta coisa para dizer isso!

**O Orador:** ... e não diga uma frase, não participe no debate, não partilhe connosco uma ideia sob uma das maiores prioridades políticas e partidárias do PSD nesta legislatura.

Portanto, se este debate serviu para alguma coisa e para ver quem é que não tinha estratégia, julgo que ficou absolutamente claro que da estratégia do PSD pode ficar o mar dos Açores à espera e, que o mergulho, é preciso realmente mergulhar, mas é mergulhar de forma convicta, de forma sustentada, de forma preparada. Não é levantar acusações aos outros sem primeiro nos prepararmos com a parte que nos compete.

Muito obrigado.

**Vozes dos Deputados da bancada do PS:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Luís Garcia tem a palavra.

**Deputado Luís Garcia (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado e líder parlamentar do Partido Socialista, seja bem-vindo ao debate! De facto, quando é preciso explicar o inexplicável, é preciso dar aqui uma grande volta como o senhor andou a dar.

**Deputado André Bradford (PS):** Acho que ficou tudo bem explicadinho!

**Deputada Renata Correia Botelho (PS):** Tim-tim por tim-tim!

**O Orador:** Sr. Deputado André Bradford, quando o senhor quiser discutir a estratégia do PSD para as questões do mar...

**Deputado Manuel Pereira (PS):** Uma estratégia escondida!

**Deputado André Bradford (PS):** Naquilo que o senhor explicou não tem estratégia nenhuma!

**Deputado Paulo Parece (PSD):** Os senhores é que têm que ter, já estão aí há 20 anos!

**O Orador:** ... e discutir comigo as estratégias dos partidos, do Partido Socialista, do PSD, eu estou perfeitamente disponível.

Agora, nós temos estado aqui (e a diferença é esta!) a discutir a estratégia do Governo Regional dos Açores,...

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Dos Açores!

**O Orador:** ... da Região Autónoma dos Açores...

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** ... de um Governo que tem mais de 20 anos, Sr. Deputado.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** Vinte anos!...

Nós estamos aqui a discutir a estratégia, a política marítima de um Governo que tem mais de 20 anos e que não existe. Foi isso que foi dito, foi isso que eu aqui denunciei, que este Governo se tem alguma estratégia ela não está presente na estratégia nacional para o mar.

**Deputado André Bradford (PS):** E a sua estratégia onde está?

**Deputado Manuel Pereira (PS):** É uma estratégia escondida!

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Estamos a falar é da Região, não é dos partidos!

**O Orador:** Foi isso que os senhores reivindicaram. Os senhores reivindicaram que para aprovarem a Estratégia Nacional para o Mar queriam lá incluir a visão dos Açores e a estratégia dos Açores.

Os senhores reclamaram isso e por que é que não colocam?

Os senhores vêm dizer que o Governo tem uma estratégia. Homessa! Mas se tem essa estratégia que a coloquem no sítio da internet que foi...

**Presidente:** O seu tempo está a terminar, Sr. Deputado.

**O Orador:** Já termino, Sra. Presidente.

... combinado que lá estaria.

Portanto, quero agradecer esse seu esforço. O senhor diz que foi procurar no site do PSD, que foi procurar em tantos sítios, mas encontrou qualquer coisa.

**Deputado José Ávila (PS):** Uma frase!

**O Orador:** É que eu vou procurar, procurar, na Estratégia Nacional para o Mar e relativamente aos Açores não encontro nada. Página vazia!

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)*

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

O PSD esgotou o seu tempo para este debate.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado José Contente.

**Deputado Luís Maurício (PSD):** Afinal o Sr. Deputado José Contente sempre vai intervir!

(\*) **Deputado José Contente (PS):** Isto é uma bancada democrática, até o líder fala. Aí é que o líder não fala!

*(Risos e aplausos dos Deputados da bancada do PS)*

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Queria mais uma vez reiterar que o Governo Regional demonstrou, e o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, que tem pensamento sobre estas questões, que tem medidas que já foram apresentadas, que participa nos *fora*, nacionais e internacionais (*fora*, que é plural de fórum), que participa naturalmente também na Europa, nos lugares que são de direito. Daqui a pouco tempo o Sr. Presidente do Governo estará com o Sr. Presidente da Comissão Europeia no Comité das Regiões, também tratando desta matéria.

Portanto, é falso e é redutor que pelo facto de não haver um apêndice no site da internet se diga coisas como “não há estratégia”, porque até também ficou demonstrado aqui que essa estratégia vai ser reforçada com a estratégia regional que existe e que está em elaboração.

Mas esta matéria, com a pressa do Sr. Deputado Luís, que de algum modo quis dar algum sentimento às suas palavras como se o mar chorasse com a sua poesia, é longa e é por isso que a própria Comissão Europeia continua a

produzir diretivas, continua a elaborar sobre esses assuntos e, portanto, este é um processo dinâmico.

Mas já agora que falou em sites, o Sr. Deputado e líder da bancada do PS não disse tudo. Podia ter dito ainda mais uma coisa, que no caso do turismo “é no mar e nas atividades marítimas é que se encontra o maior potencial de diferenciação do destino Açores. Neste segmento de oferta, deve ser incentivada a inovação das atividades e equipamentos. Deve ser premiada a utilização de embarcações elétricas...”

Portanto, é mais um grande contributo que temos aqui do PSD para a estratégia do mar dos Açores. Deve ser essa que o Sr. Deputado valoriza e se calhar tem alguma importância.

Portanto, eu já vi, ao tempo que aqui estou em funções diversas, o PSD passar da importância do modelo. Em 96, o modelo é que era o *leitmotiv* de toda a bancada do PSD, no sentido de dizer que esse é que era o grande defeito da Região. Não tinham modelo.

Depois, passaram para a ideia de que não há planos.

Agora já falam é que não há estratégia.

Sr. Deputado Luís Garcia, o que eu penso, e aprendi isso depois do 25 de Abril, é que os senhores deviam ver a diferença entre estratégia e tática. Os senhores, de facto, não têm estratégia. Têm uma tática que é aquilo que existe no dia-a-dia onde entram fluxos e influxos e vão mudando as coisas a esse sabor.

A estratégia, Sr. Deputado, existe no Grupo Parlamentar do Partido Socialista e existe no Governo.

A tática existe no seu Grupo Parlamentar e em V. Exa., em particular, nesta matéria.

Os senhores estão um pouco, e perdoem-me os sportinguistas, como aqueles que têm muita tática, mas a estratégia o Benfica é que a tem.

**Deputados André Bradford e José Ávila (PS):** Muito bem!

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Podia ter sido melhor! Deixou a bancada incómoda!

*(Diálogo entre os Deputados das diversas bancadas)*

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Parece-me que a questão futebolística aqui é sensível (*risos*).

Sras. e Srs. Deputados, não há mais inscrições.

Sra. Deputada Zuraida Soares tem a palavra.

(\*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Perguntar, e sendo a resposta afirmativa, solicitar, se será possível ao Sr. Presidente do Governo Regional disponibilizar os diferentes documentos, nomeadamente ofícios endereçados e pareceres jurídicos, sobretudo os pareceres jurídicos. Se é possível, nós agradecemos que tal fosse dispensado à câmara.

**Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Se for como a resposta aos requerimentos vai demorar dois anos!

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Presidente do Governo, penso que para interpelar a Mesa. Tem a palavra, Sr. Presidente.

(\*) **Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Com certeza, Sra. Deputada, em papel ou em formato digital, ainda esta semana, ou o mais tardar na próxima, faremos chegar essa informação à Assembleia.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Presidente.

De momento a Mesa não tem mais inscrições para o debate.

Julgo que podemos então dar por encerrado o debate, sendo que o CDS ainda dispõe de tempo. Pergunto se quer usá-lo para encerrar a interpelação.

Tem a palavra então o Sr. Deputado Alonso Miguel.

(\*) **Deputado Alonso Miguel (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O que depreendemos no final deste debate é que o Governo Regional, afinal, não fez qualquer acompanhamento a este consórcio...

**Deputado André Bradford (PS):** Não é verdade!

**Deputado Manuel Pereira (PS):** Isso já estava escrito!

**O Orador:** ... e ao estudo piloto Blue Atlantis e até nega a sua existência.

O Governo Regional não foi capaz de ter uma intervenção política e proativa nesta matéria. Saímos deste debate sem ter conhecimento de uma única medida concreta para o crescimento da Economia Azul nos Açores.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito bem!

**O Orador:** Percebemos também que em matéria de Economia Azul continuaremos a contar com a mesma passividade por parte do Governo Regional com que contamos até agora.

Ficamos apenas pelas muitas e boas intenções. Foi assim com o Projeto Costa, foi assim com o Hub Oceânico, com o Centro de Investigação Oceanográfico, com os sistemas de VTS costeiros, com a aquicultura e com muitos outros assuntos.

Os assuntos do mar têm servido apenas para fazer guerrilha política contra um Governo da República que já não está em funções, vai para dois anos.

Tem faltado de facto liderança política e o Governo Regional continua refastelado, de perna traçada, sacudindo responsabilidades,...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito bem!

**O Orador:** ... e à espera que sejam os outros a cumprir com as suas obrigações.

Portanto, concluímos sobretudo, e este debate foi especialmente esclarecedor nesse aspeto, que os Açores continuam sem uma estratégia bem delineada para o mar e que infelizmente tão depressa não seremos capazes de começar a fazer com que toda esta riqueza potencial, associada ao mar dos Açores, se traduza em criação de emprego, em desenvolvimento e em crescimento económico.

É lamentável! Quem perde são os Açores, quem perde são os açorianos!

O que sobra em propaganda política e discursos fáceis falta em ambição e liderança política.

Muito obrigado.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Está encerrada assim esta interpelação, o ponto 2 da nossa Agenda.

Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares para uma interpelação.

**Deputada Zuraida Soares (BE):** Obrigada, Sra. Presidente.

Solicitar um intervalo regimental de 30 minutos.

**Presidente:** É regimental. Regressamos às 16H05.

*Eram 15 horas e 35 minutos.*

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares.

*Eram 16 horas e 12 minutos.*

Sras. e Srs. Deputados, vamos então dar continuidade aos nossos trabalhos.

Interrompemos ontem o debate acerca do **Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 1/XI – “Regime dos requerimentos parlamentares”**.

A Mesa não tem inscrições e aproveito para informar que ainda ontem deu entrada uma proposta de alteração do PCP que, entretanto, já foi distribuída por todos.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Inscrevo-me, em primeiro lugar, para que não se encerre a discussão. É um cuidado que passei a ter de há um ano a esta parte.

Este cuidado é um cuidado essencial (aliás já aconteceu ontem, os Srs. Deputados do Partido Socialista também já passaram por isso), em primeiro lugar, para que continue o debate; em segundo lugar, para que o Governo venha ao debate, uma vez que é o Governo que tem que responder aos requerimentos, coisa que ainda não aconteceu. Espero que o Governo desta vez venha ao debate e responda às questões que, entretanto, até já lhe foram colocadas por outras bancadas.

Portanto, este apelo é ao Governo Regional.

**Deputado Francisco Coelho (PS):** Sincero e condoído!

**O Orador:** É fundamental a participação.

Já agora, o apelo ao Sr. Deputado Francisco Coelho também para vir ao debate.

**Deputado Francisco Coelho (PS):** *Ad hominem!* Eu não resisto aos seus apelos, Sr. Deputado!

**O Orador:** Em quarto lugar, e noutra registo, dizer o seguinte, aproveitando aqui a presença do Sr. Presidente do Governo Regional:

Eu estou absolutamente convencido (e digo isto sem nenhum tipo de demagogia ou de populismo, sem esse tipo de preocupações, e eu posso dizê-lo como pequeno partido, um partido que não tem ambições de ganhar eleições nos Açores; posso dizer-vos com a humildade da minha Representação Parlamentar e o facto de sermos um pequeno partido, o único pequeno partido aqui

representado nesta Assembleia) que está na altura de a nossa Democracia dar um passo em frente, de ambição, de humildade, do Governo Regional perceber que temos que estabelecer metas mais ambiciosas, que há uma abstenção nos Açores que está a crescer, que todos os dias nos jornais a Assembleia é referenciada como uma entidade que é diariamente desvalorizada, que perde prestígio todos os dias. E o que é que se pode fazer? Qual é a resposta a esta conjuntura?

A resposta é: mais trabalho, mais ambição, metas mais ambiciosas.

Por que é que nós temos que aceitar um prazo, que é o prazo mais longo da Europa para a resposta aos requerimentos?

O Governo Regional não é capaz de fazer melhor? Os senhores não têm ambição, Sr. Deputado... Isto é o hábito, esteve aqui oito anos.

Sr. Secretário Berto Messias, o senhor não tem a ambição de responder com mais celeridade aos Deputados desta Casa?

Não tem a ambição de fazer algo que a Assembleia da República também está a fazer ou que os Parlamentos das Regiões Autónomas da Espanha estão a fazer, a maior parte deles, em 20 dias?

O senhor acha que é pior que os outros? Este Governo Regional é pior que os outros? Só consegue responder em 60 dias? Por que é que não devemos ter a ambição de produzir mais, de trabalhar mais, de sermos mais ambiciosos, de termos metas, que são metas mais ambiciosas? Porquê?

Eu digo-vos que é do interesse da oposição, é do interesse da cidadania, mas também é do interesse desse Governo Regional.

Eu digo-vos uma coisa: os senhores no final desta legislatura vão somar 24 anos no poder, vão somar 24 anos no exercício do poder legislativo.

A questão aqui é a seguinte: como se sabe, e eu partilho em parte desta tese, que é a tese do Sr. Deputado André Bradford também, o poder não se ganha, o poder perde-se.

O poder perde-se quando são realizadas más transições políticas em relação à liderança. Não foi o vosso caso.

O poder perde-se quando existe asfixia financeira. Foi o caso da Madeira, do João Jardim, recentemente, embora se tenha mantido o mesmo partido no poder.

O poder perde-se quando existe a noção de que é preciso inovar e que o partido está estagnado, o partido governante está estagnado, é incapaz de assumir metas mais ambiciosas. Este é o terceiro fator quando existe este desgaste.

Meus senhores, eu não estou (vejam bem!) a condenar-vos.

**Deputado José Contente (PS):** Agradecemos essa preocupação connosco!

**O Orador:** Eu não estou a realizar nenhuma intervenção agressiva em relação a V. Exas..

Estou a lançar-vos um desafio, o desafio da ambição, o desafio de, de facto, todos nós, o Governo, mas também os Deputados, também o PPM, assumirmos metas mais ambiciosas. Para quê? Para valorizarmos o nosso Parlamento nesta matéria. Existem muitas outras, mas estamos a discutir agora esta para valorizarmos o Parlamento, para que o Parlamento tenha outra projeção, para que ganhe iniciativa e para que reforce o seu prestígio junto das outras instituições e da população açoriana.

Não é uma meta que todos podemos partilhar?

Acho que é e espero que venha a ser isto que aqui será votado de forma positiva ainda esta tarde.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(\*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Obrigada.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

O Bloco de Esquerda obviamente que acompanha quer a oportunidade, quer a importância, desta iniciativa legislativa do PPM que pretende estabelecer um novo regime para os requerimentos parlamentares da Assembleia Legislativa dos Açores.

E dizemos que acompanhamos a oportunidade porque estando, como estamos, no início de uma nova legislatura é este o momento certo para esclarecermos, alterarmos e assentarmos com clareza nas regras do jogo, diria nas novas regras do jogo, se for esse o caso.

Portanto, quanto à oportunidade não temos dúvidas acerca dela.

Quanto à importância do seu conteúdo também não temos a mínima dúvida, porque achamos que o objetivo último desta iniciativa do PPM é, de facto, garantir o bom funcionamento desta Casa e sobretudo garantir o cumprimento cabal dos direitos da oposição dentro desta Casa, também, e, portanto, com as duas coisas juntas, reforçar o processo democrático dentro do nosso Parlamento.

Portanto, o Bloco de Esquerda comunga de algumas das críticas já aqui apresentadas, críticas que, digamos, se podem sintetizar no sentido do Governo Regional, no cumprimento da obrigação democrática de responder a perguntas e requerimentos da oposição tem, ao longo do seu caminho (não este, não só este, mas outros anteriores também), lacunas, tem omissões, tem atrasos.

Podíamos falar da nossa experiência parlamentar e o Bloco de Esquerda na sua experiência parlamentar tem um pouco de tudo, o que confirma alguma contradição e alguma desigualdade de postura por parte do Governo Regional.

Temos tido respostas sérias, detalhadas e concretas, por parte do Governo Regional, mas também temos tido falta de resposta, aliás faltas de respostas que nos obrigaram a recorrer a outras entidades exteriores a esta Assembleia para garantir que aquilo que tinha sido requerido, em termos de documentos, nos era de facto entregue, e também temos tido aquilo a que temos aqui chamado de

não respostas. E as não respostas, do nosso ponto de vista, são particularmente irritantes, porque é uma forma de minorizar quem pergunta.

É o mesmo que dizer contente-se com esta resposta que não responde a coisa nenhuma, mas faz de conta que responde.

Portanto, isso é minorizar quem faz a pergunta.

Depois temos também a situação, que não posso deixar de adjectivar de caricata, que tem sido usada nesta Casa, em boa verdade, de uma forma reiterada pelo próprio PPM, que é transformar as perguntas escritas em perguntas orais, anunciá-las e metê-las, digamos, na Agenda do nosso plenário, e no dia, ou na véspera, ou no mesmo dia de manhã, o Governo com essa pressão acaba por responder. Isto, de facto, é caricato, porque o Governo se quer responder já tinha respondido.

Portanto, isto é uma forma de jogo do gato e do rato que não dignifica esta Casa e também não dignifica o Governo Regional.

Dito isto, portanto quanto à oportunidade e à importância da iniciativa do PPM, vamos agora ao conteúdo da iniciativa.

Relativamente ao conteúdo da iniciativa, o Bloco de Esquerda também acompanha a linha da preocupação, da argumentação e da propositura de todo, de algum do seu articulado, não de todo, porque na realidade nós temos duas objecções. As nossas objecções são as seguintes:

Primeiro, nós consideramos que a redução para 30 dias, como prazo obrigatório para o Governo Regional responder a todas as perguntas e requerimentos, pode, quanto a nós levar a obter o resultado exactamente oposto àquele que se pretende, àquele que o proponente pretende e àquele que todos os grupos parlamentares desta Casa pretendem. Ou seja, estipular, diminuir o prazo de 60 para 30 dias, acaba por ser um convite implícito ao Governo Regional para aligeirar as respostas que dá aos requerentes,...

**Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não apoiado!**

**A Oradora:** ... ao invés de, como é pretendido com esta proposta do PPM, melhorar o conhecimento, a profundidade, a substância da matéria ou das matérias que são preocupação do requerente.

O povo diz, e nós consideramos que bem, que “depressa e bem não há quem”.

Portanto, entre confrontarmo-nos com a possibilidade de ficarmos com uma resposta sem conteúdos, com, digamos, a possibilidade de um subterfúgio da parte do Governo Regional que é apresentarmos uma resposta que começa por “sem prescindir dos considerandos ou quanto a outros considerados” e acabar por “é a resposta possível no prazo que temos para responder”, o Bloco de Esquerda prefere a permanência dos 60 dias e que haja, de facto, a obrigação de, cumpridos os 60 dias, a resposta ser aquela que tiver que ser, sem ligeireza, sem negligência, sem despachar e não ser uma não resposta.

Consideramos, portanto, para concluir este raciocínio, que esta diminuição do prazo acaba por redundar na possibilidade de mais opacidade ao invés da exigência de mais transparência, que é aquilo que se pretende.

A nossa segunda objeção diz respeito à possibilidade de transformar três requerimentos não respondidos numa interpelação na Assembleia Legislativa, uma interpelação que, aliás, de acordo com a iniciativa legislativa, não contará para o cômputo regimental. Portanto, está à margem.

O Bloco de Esquerda considera que a figura regimental da interpelação deve ser dignificada e não vulgarizada nesta Casa. E não nos parece que três perguntas, ou três requerimentos, independentemente do seu conteúdo, da sua profundidade, do seu objetivo, possam ser, só porque são três seguidos, transformados numa interpelação.

Consideramos que a vulgarização da figura da interpelação não ajuda ao debate sério, nem profundo, nem esclarecedor que os eleitores e as eleitoras, os açorianos e açorianas esperam que seja feito nesta Casa;

Consideramos que, como aliás já ficou provado apenas com um dia e meio de plenário, é possível usar as figuras regimentais de maneiras completamente diferentes, com resultados completamente diferentes e, portanto, o problema não são as figuras regimentais, o problema reside se calhar noutro tipo de protagonistas;

Portanto, acompanhando a orientação, a preocupação, os objetivos, consideramos que a redução para 30 dias e a transformação de três requerimentos em interpelação, nós não seguimos estas duas propostas do seu articulado.

No objetivo geral, claro que sim, pelas razões que acabei de enunciar.

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Francisco Coelho.

(\*) **Deputado Francisco Coelho (PS):** Sra. Presidente, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados:

Eu começo por participar neste debate com muito gosto, aliás, acrescido com o bónus do repto direto e pessoal do proponente, e gostava de, em primeiro lugar, formular um voto: que este debate vespertino traga uma certa mudança de postura dos protagonistas e, designadamente, que seja mais calmo, menos agressivo do que foi o debate e alguns apartes que ocorreram da parte da manhã. É essa a mudança que espero que o período, pós refeição, nos traga, sinceramente.

Gostava também de fazer ao proponente, que por aquilo que já vimos preparou naturalmente a sua iniciativa e teve oportunidade de consultar o direito parlamentar comparado, pele menos com os casos mais afins e mais próximos da nossa realidade, um pedido de esclarecimento:

Gostava que, relativamente à questão que me parece obviamente mais grave, que será a não resposta aos requerimentos, o Sr. Deputado Paulo Estêvão, na sequência do estudo prévio que fez, nos esclarecesse se encontrou algum caso

no Direito Comparado de respostas a 100%, por um lado, de todos os casos que teve oportunidade de analisar, mas, mais importante do que isso ainda, se encontrou algum remédio, eventualmente mais eficaz do que aquele que a nossa legislação já consagra há bastante tempo, que é, como sabemos todos, a possibilidade de transformar o requerimento escrito, e a sua não resposta, num requerimento presencial, direto, oral, perante todo o plenário por parte do membro do Governo respetivo?

Para já ficava-me por aqui relativamente ao Deputado Paulo Estêvão, embora também gostasse de precisar, aliás também na sequência da intervenção da Sra. Deputada Zuraída Soares, e da intervenção de ontem do Sr. Deputado João Bruto da Costa, que estamos a falar da figura regimental dos requerimentos.

Não querendo naturalmente desvalorizá-la, ela terá naturalmente a sua importância, é mais uma das formas de fiscalização política do Governo e de acompanhamento da sua atividade, eu gostava de lembrar que é uma das muitas figuras que felizmente o Regimento tem e põe à nossa disposição.

Gostava de dizer, Sr. Deputado João Bruto da Costa, que me parece que a sua intervenção catastrofista de ontem foi claramente exagerada.

V. Exa. passou dos requerimentos, para encontrar requerimentos que eventualmente o tema lhes interessava, e como não deve ser grande (aliás sabemos que não é, designadamente na última legislatura) a quantidade de requerimentos não respondidos, foi pelo menos até 2006.

Usando da mesma largueza – também permitir um bocadinho mais para trás em termos de história, porque ou há igualdade, ou então não estamos aqui a fazer nada – lembrar-lhe, em primeiro lugar, que não se pode naturalmente extrapolar apenas da figura regimental dos requerimentos, para aquilo que são todas as figuras e para aquilo que é a atividade parlamentar.

Dizer-lhe que é francamente injusta, no mínimo, a classificação de que este Governo ou os governos do Partido Socialista têm pretendido e prosseguido,

presumo que de uma forma sistemática, a ideia de infantilização do Parlamento, que foi as palavras que usou.

Sr. Deputado, é verdadeiramente injusto dizer isso quando nos 20 anos anteriores começámos por ter orçamentos que não admitiam propostas de alteração.

**Deputado André Bradford (PS):** Muito bem!

**O Orador:** Depois, começámos por ter um Parlamento que funcionava, como sabemos todos, cinco vezes por ano, em que a maior parte das figuras ou não existiam ou nem sequer havia a praxe de as usar.

Dizer isto a um partido que foi fazendo, permitindo e apoiando essas mudanças, a um partido que para além dessas mudanças também deu um contributo absolutamente decisivo para a alteração da Lei Eleitoral...

**Deputado André Bradford (PS):** Muito bem!

**O Orador:** ... e para contribuir de uma forma justa para a pluralidade deste Parlamento.

Eu tenho que lhe lembrar que embora o PSD já estivesse na oposição, votou contra essa alteração da Lei Eleitoral.

**Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

**O Orador:** Também quero lembrar-lhe que um partido... E já agora também, alguém ontem fez questão de lembrar a V. Exa., se não estou em erro, que o Dr. Vasco Cordeiro, na veste de, presumo que de líder parlamentar ou de Secretário, tinha, relativamente à alteração proposta pelo PSD de alteração dos regimentos, manifestado a oposição de ser contra.

Mas eu também gostava de lhe dar a notícia de que o Dr. Vasco Cordeiro, enquanto líder parlamentar do Partido Socialista, quando foi alterado este

Regimento, foi o PS que propôs pela primeira vez que a sua alteração dependesse de uma maioria qualificada de dois terços.

**Deputado André Bradford (PS):** Muito bem!

**O Orador:** Isto não é democracia, Sr. Deputado João Bruto da Costa? Eu creio que é!

Não há, com o Partido Socialista, infantilização do Parlamento, não há medo da pluralidade parlamentar, não há medo das maiorias qualificadas a respeito das coisas essenciais relativas ao Parlamento.

**Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Por uma andorinha morrer não acaba a primavera!

**O Orador:** Isto tem que ficar absolutamente claro para que o debate seja sério e para que o julgamento da história, e da história deste Parlamento, seja autêntico e rigoroso.

Para já fico-me por aqui.

Muito obrigado.

**Vozes de alguns Deputados da bancada do PS:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Muito obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa de momento não tem mais inscrições.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

A questão que está aqui a acontecer hoje é a seguinte:

O Governo não responde. É evidente que vou gastar o meu tempo todo e depois o Governo vai dizer “então, o Sr. Deputado não responde”.

Quer dizer, eu só tenho nove minutos, o Governo Regional ainda não se inscreveu, o debate já vai longo e por isso vou esperar que o Governo coloque as suas questões e depois faço a intervenção de esclarecimento.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Secretário Regional tem a palavra.

(\*) **Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares** (*Berto Messias*): Eu já estava inscrito!

**Deputado Paulo Estêvão** (*PPM*): Não, não! Só depois de eu começar intervenção! Seja sério!

**O Orador:** Aliás, é apanágio meu, como sabe, manter-me calado nos debates parlamentares, como o Sr. Deputado sabe, nos últimos oito anos que estive nesta bancada.

**Deputado Paulo Estêvão** (*PPM*): Eu não o estou a acusar de nada! Estou só a dar minha opinião!

**O Orador:** Sra. Presidente, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Deputados, Caros Colegas:

Relativamente a esta matéria, antes de mais, não posso deixar de fazer um ponto prévio que surgiu ontem no debate e que também já hoje foi referido.

Gostaria de relembrar, em ponto prévio, que os requerimentos pendentes deixam de ter efeito com o fim de uma legislatura.

Portanto, V. Exas. têm invocado várias vezes as respostas pendentes a requerimentos do final da última legislatura, mas a verdade é que esses requerimentos deixam de ter efeito com o fim da legislatura. Portanto, deixam de constar.

**Deputado Luís Rendeiro** (*PSD*): Não têm efeito, porque os senhores não respondem aos requerimentos, por isso deixam de ter efeito!

**O Orador:** Relativamente a esta matéria eu não posso deixar de dizer, e até de reiterar, aquilo que referi na audição em que estive na Comissão Parlamentar de

Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho, ou seja, na nossa perspetiva o sistema atual de requerimentos e até o relacionamento institucional entre o Governo dos Açores e o Parlamento dos Açores é um bom sistema que engrandece a nossa democracia, que protege, como nenhum outro Parlamento em Portugal, os direitos da oposição, e que pressiona positivamente o Governo para cumprir com as suas funções de prestação de esclarecimentos aos partidos políticos aqui representados.

Também me parece justo referir que esta questão não pode ser discutida isoladamente. A questão dos requerimentos, ou do tempo de resposta aos requerimentos, não pode ser discutida isoladamente de todo o enquadramento do relacionamento institucional entre o Governo e o Parlamento dos Açores.

Portanto, parece-me justo também referir aquela que tem sido a evolução desse relacionamento na nossa Região.

O Sr. Deputado Francisco Coelho, há pouco, lembrou vários episódios, e eu falo enquanto membro de um governo apoiado por um partido político que tem grande história nesta matéria.

**Deputado André Bradford (PS):** Muito bem!

**O Orador:** Ontem o Sr. Deputado Bruto da Costa falava da história do Partido Social Democrata nessa matéria. Pois o Partido Socialista, que apoia este Governo, tem também uma história muito, muito, relevante desse ponto de vista.

Já aqui foi referido pelo Sr. Deputado Francisco Coelho o exemplo da transformação e da reforma do Regimento que nós fizemos, coordenada e liderada pelo Dr. Vasco Cordeiro, que ontem era acusado por V. Exa. de se ter manifestado contra a proposta que aqui veio, em 2006, para a reforma do sistema de requerimentos.

Este é também o Governo que é apoiado por um partido que, no âmbito da reforma do Estatuto Político-Administrativo da nossa Região, instituiu a

limitação de mandatos, autolimitou-se num exemplo e numa referência a nível nacional em termos de comportamento democrático e de boa governança.

**Deputados André Bradford e Francisco César (PS):** Muito bem!

**O Orador:** Este é também um Governo que é apoiado por um partido político que instituiu, no âmbito do regime dos gestores públicos, a obrigatoriedade da audição prévia em Comissão Parlamentar aquando da sua nomeação, da sua indigitação para desempenhar funções em empresas públicas.

Este é o Governo que é apoiado pelo partido político que aprovou a esmagadora maioria das propostas que os senhores aqui trouxeram no âmbito do pacote da transparência.

**Deputado André Bradford (PS):** Muito bem!

**O Orador:** E o senhor ontem insinuou e deu um exemplo específico de uma proposta que nós chumbámos, esquecendo-se e infantilizando o debate,..

**O Orador:** ... não referindo todas as outras propostas que nós aprovámos. Não referindo que, nalguns casos, no âmbito, por exemplo, da prestação de informações a este Parlamento do sector público empresarial regional, os senhores propuseram várias coisas e o Partido Socialista não só aprovou o que os senhores propuseram...

**Deputada Sónia Nicolau (PS):** Muito bem!

**O Orador:** ... como quis ir mais além e aprovou mais informação para prestar a este Parlamento no âmbito daqueles que são os resultados do sector público empresarial regional.

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

Portanto, nós temos história nesse âmbito, Sr. Deputado, como o senhor bem sabe.

Eu refiro esta questão para dizer que posso também dar exemplo naquela que é a distribuição de tempos no funcionamento do nosso Parlamento, que é a forma como os tempos são distribuídos e as regras que temos de funcionamento do nosso Parlamento em termos de disponibilização de tempos, o facto do partido político, independentemente da dimensão que tem, ter o mesmo tempo, enquanto proponente do Governo e do Partido Socialista; falo da forma como as figuras regimentais estão disponíveis para todos os partidos políticos.

Até posso dizer o seguinte:

Se fizermos um exercício da distribuição de tempos por todas as bancadas e após essa distribuição dividirmos esse tempo pelo número de deputados de cada bancada, verificamos, por exemplo, que o Sr. Deputado Paulo Estêvão (veja-se!) é talvez o Deputado que teve mais tempo, neste Parlamento, na última legislatura e já na atual legislatura.

**Presidente do Governo Regional** (*Vasco Cordeiro*): Muito bem!

**O Orador:** Portanto, é um exercício que pode também ser feito, ou seja, digo isto para referir o quê?

**Presidente do Governo Regional** (*Vasco Cordeiro*): Vamos ver pela Europa como é!

**Deputado José Contente** (*PS*): E na República!

**O Orador:** Não pode ficar a ideia nesta discussão, e tendo em conta a proposta apresentada pelo PPM, é profundamente desqualificador para a democracia dos Açores e para nós todos, que temos problemas graves, de transparência,...

**Deputado André Bradford** (*PS*): Muito bem!

**O Orador:** ... de relacionamento institucional entre o Governo e a Assembleia, e de que o Governo não cumpra as suas obrigações de prestação de esclarecimentos e de informação ao Parlamento dos Açores e a todos os partidos políticos da nossa Região.

**Presidente do Governo Regional** (*Vasco Cordeiro*): Muito bem!

**O Orador:** Contabilizando também a questão dos requerimentos, antes de mais dizer o seguinte: os senhores, o Sr. Deputado Bruto da Costa, o Sr. Deputado Paulo Estêvão, traçaram um cenário dantesco daquela que foi a última legislatura.

Pois bem, fica aqui também uma referência à minha antecessora, à então Secretária Dra. Isabel Rodrigues, pelo grande esforço...

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Dantesco!

**O Orador:** ... que desenvolveu para fornecer e para cumprir as suas obrigações,...

**Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Já temos saudades dela, veja lá!

**O Orador:** ... fornecendo e disponibilizando toda a informação requerida aos partidos políticos.

Nós respondemos, na última legislatura, a 95% dos requerimentos apresentados,...

**Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Chama-se a isso trabalhar, Sr. Secretário!

**O Orador:** ... muitos deles também deixaram de ter efeito com o fim da legislatura.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Dantesco!

**O Orador:** Também é importante referir, porque o Sr. Deputado Paulo Estêvão, não sei se propositadamente, misturou alguns conceitos daquilo que se faz nos vários parlamentos da Europa,...

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Eu?!

**O Orador:** ... misturou perguntas com solicitação de documentos,...

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Não estava a ouvir-me!

**O Orador:** ... misturou contabilização de perguntas escritas com aquilo que são perguntas feitas em comissões parlamentares e que nesses parlamentos também são contabilizadas como perguntas dos partidos políticos...

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Não senhor!

**O Orador:** ... aos membros do Governo,...

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Não é verdade!

**O Orador:** ... para referir que houve esse grande esforço de prestação de informação e nalguns casos existem questões que eu vos digo com toda a frontalidade, existem requerimentos, perguntas escritas ao Governo, mas existem também solicitações de documentação que naturalmente demoram mais tempo, até numa perspetiva que nós temos de reunir a informação o mais completa possível para posteriormente vos fornecer essa informação.

Também vos devo dizer o seguinte:

Nesta legislatura já entraram 103 requerimentos, admitindo que nas últimas horas tenham entrado mais, porque V. Exas. são, como se sabe, muito lestes a apresentar requerimentos, e ainda bem que assim é.

Já respondemos a cerca de 60% dos requerimentos entregues e também vos devo dizer que a esmagadora maioria desses requerimentos foram respondidos muito antes dos 30 dias (muito antes dos 30 dias!).

Haverão outros, refiro-me à solicitação de documentação, de relatórios, enfim, de um conjunto de documentos, que naturalmente demoram mais tempo e naturalmente demoram mais tempo a reunir essa informação e a fornecer-vos essa informação.

Portanto, para vos dizer e para reiterar aquilo que disse no início, o sistema atual é, na nossa perspetiva, um bom sistema, que garante e protege os direitos da oposição e que proporciona positivamente o Governo, e ainda bem que assim é.

Outras questões que foram aqui referidas e às quais não posso deixar de me referir:

Quanto às não respostas dos Srs. Deputados, julgo que terá sido o CDS-PP a referir, bom, da minha parte não há nenhuma tentativa ou qualquer postura lacónica ou irónica na prestação dessas informações.

Eu estou de boa-fé nestas funções. O Governo está de boa-fé no desempenho destas funções e não andamos aqui a brincar com coisas sérias. Portanto, fornecemos a informação tal como nos é solicitada, obviamente com as várias nuances que isso tem, decorrentes da forma como essa informação é pedida e também tendo em conta a realidade.

O Sr. Deputado deu o exemplo do requerimento datado, depois dizendo que o quesito 2 e o quesito 3 era prejudicar... Pois bem Sr. Deputado, como bem se lembra, a primeira pergunta era se nós tínhamos informação que a loja da TAP ia ser encerrada. Nós respondemos que não.

O quesito 2 e o quesito 3 tinham a ver com uma resposta afirmativa à primeira pergunta...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Não, não tinha!

**O Orador:** ... e o senhor ontem esqueceu-se, curiosamente, de referir esse pequeno pormenor.

Relativamente àquilo que disse o Sr. Deputado João Paulo Corvelo, dizendo que apresentava-se o requerimento, depois nós íamos ver e o problema já estava resolvido. Pois bem, Sr. Deputado, olhe, é sinal que o requerimento correu bem, que o problema foi resolvido e aquilo que estamos todos aqui a fazer, independentemente das nossas diferenças, é precisamente resolver problemas.

Portanto, sempre que os senhores apresentarem um requerimento e desse requerimento resultar a resolução de um problema, pois ainda bem que assim seja, nós cumprimos a nossa obrigação, os senhores cumpriram a vossa obrigação e acho que com isso ganhamos todos.

Outra questão também relativamente àquilo que disse, julgo que o Sr. Deputado João Bruto da Costa, a democracia e o respeito pelas regras da democracia não são omnidirecionais. Não somos só nós que temos que cumprir as regras da democracia. Os senhores também têm.

Dizia o senhor – penso que foi o senhor, peço desculpa se estiver a cometer uma gafe – que agora temos uma postura do Governo em que um partido apresenta um requerimento e no dia a seguir vem o Governo responder a esse requerimento. Da mesma forma que os senhores dão uma conferência de imprensa a anunciar um requerimento, antes do requerimento dar entrada na Assembleia.

**Deputado Ricardo Ramalho (PS):** Muito bem!

**O Orador:** Portanto, da mesma forma que é legítimo que os senhores deem o tratamento político-partidário e mediático que muito bem entenderem aos vossos requerimentos, pois meus amigos, naturalmente que o Governo... Se os senhores nas vossas conferências atacam, injustamente, diga-se, a maioria das vezes o Governo,...

**Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro) e Deputada Mónica Rocha (PS):** Muito bem!

**O Orador:** ... naturalmente que o Governo tem todo o direito de se defender na sequência das vossas conferências de imprensa.

Portanto, Sras. e Srs. Deputados, o Governo está, como sempre esteve, com total disponibilidade para cumprir as suas obrigações e para continuar a ser um referencial do respeito pelos princípios da democracia açoriana, engrandecendo a democracia açoriana, porque também estou certo, pelos oito anos que estive aqui sentado e pelos três meses que estou aqui sentado (e posso dizê-lo), que apesar de todos os episódios que por vezes acontecem, e apesar das diferenças profundas e algumas delas insanáveis que todos nós temos, os órgãos de Governo próprio dos Açores engrandecem a democracia açoriana e dão um grande contributo para a democracia portuguesa. Disso não tenho a mínima dúvida.

Muito obrigado.

**Deputado Francisco César (PS):** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Obrigada, Sr. Secretário Regional.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado João Bruto da Costa.

**Deputado Miguel Costa (PS):** Depois disto Sr. Deputado, eu prescindia! É só uma opinião!

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Estão a intimidar o Sr. Deputado?

**Deputado Miguel Costa (PS):** Não, não!

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados...

(\*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Respostas breves, porque o meu tempo também não estica, aquele que me foi atribuído e que foi atribuído à bancada do PSD para este debate. Tem que ser utilizado para tentar responder a algumas questões que ficaram, na minha opinião, mal interpretadas, eventualmente por má explicação da minha parte.

Sr. Deputado Francisco Coelho, extrapolar a questão da não resposta aos requerimentos e associar isso a uma infantilização da administração, através do conceito que eu usei do Professor Colaço Antunes...

**Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** O senhor diz que não podemos extrapolar para outras figuras regimentais de fiscalização política.

Sr. Deputado, o que é que aconteceu na manhã de ontem nesta Casa, numa interpelação ao Governo, em que o Sr. Secretário da Educação gastou praticamente todo o tempo da sua intervenção, do tempo que tinha para responder a uma interpelação, não respondendo a questão nenhuma e não deixando tempo sequer para o Governo poder responder, quando os partidos se inscrevessem para o interpelar?

**Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** O que é isso senão usar as figuras regimentais de fiscalização política do Governo para fugir às questões, infantilizando a administração, infantilizando o debate político?

**Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** O Sr. Deputado sabe que o conceito que eu usei relativamente à expressão do Professor Colaço Antunes...

Ele diz que “uma administração opaca infantiliza; uma administração transparente esclarece e tranquiliza”.

O que é que isto quer dizer?

Olhe, se o Sr. Deputado tivesse que usar um caso prático para esclarecer ou para dar o exemplo (como o Sr. Deputado sabe, na sua profissão acontece muito e no curso que o Sr. Deputado tirou acontece muito ter que usar os casos práticos para dar exemplos dos conceitos que tem que apreender enquanto estudante) tinha hoje um perfeito caso prático do que é uma administração opaca, que infantiliza.

Foi a intervenção do Sr. Deputado Bradford, líder da bancada parlamentar do Partido Socialista, quando, perante o facto de não ter nada para mostrar relativamente ao debate sobre o mar, infantilizou a questão, brincou e teceu comentários juncosos sobre outras questões. É um caso prático que demonstra bem o conceito de infantilização quando se quer esconder alguma coisa que não se tem para mostrar.

Eu digo com toda a frontalidade a um partido que considero e que respeito, porque é um partido importante para a democracia portuguesa, como é o Partido Socialista, e digo-o com toda a frontalidade, porque de facto custa-me assistir a isto, que é os partidos quererem ter respostas (os Deputados da oposição terem respostas) que importam à governação, que importam ao futuro dos açorianos,

que importam, ao fim e ao cabo, a todos nós, e o Governo Regional ocultar, omitir,...

**Deputado André Bradford (PS):** Não apoiado!

**Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias):** Isso não é verdade!

**O Orador:** ... esconder e não querer responder às questões essenciais.

Se não fosse assim, os exemplos que eu dei foram apenas exemplificar aquilo que é a ausência de resposta e a ocultação de informação dos parlamentares.

Sr. Secretário Regional Berto Messias, diz V. Exa. que os requerimentos caducam (a expressão correta é caducam) de uma legislatura para a outra.

Eu exemplifiquei, porque se os senhores quisessem responder tinham respondido no prazo legal, não tinham deixado passar anos, meses ou o tempo que deixaram passar, para responder àqueles requerimentos.

Os senhores não responderam nunca a requerimentos importantes, que certamente os senhores não quiseram dar as respostas aos parlamentares e depois ainda tem uma circunstância interessante, regimentalmente, Sr. Deputado Francisco Coelho:

Como sabe, a transformação de requerimentos em perguntas só é possível quando existem efetivamente perguntas no requerimento. E se for o fornecimento de documentos? Como é que o senhor resolve esse problema? Renova o requerimento de dois em dois meses? De legislatura em legislatura?

Portanto, o Sr. Deputado certamente sabe que a forma que agora está a ser proposta para alterar o regime dos requerimentos parlamentares é suficientemente clara, é suficientemente acertada para transformar a nossa democracia um pouco melhor do que aquilo que ela é na perspetiva da oposição, porque devia ser o exemplo dado pelo Partido Socialista, que tanto se orgulha de ter feito mudanças no passado, mas que entretanto fechou-se sobre si

próprio e não quer aceitar as mudanças do tempo presente e as mudanças para o futuro.

Eu dei o exemplo de ter sido o Dr. Vasco Cordeiro que, numa comissão, há 10 anos atrás, rejeitou alterações ao regime dos requerimentos parlamentares, precisamente por me espantar que o Presidente do Governo não tenha em 10 anos percebido que o regime está errado, porque leva a que haja elementos da administração que queiram esconder dos Deputados democraticamente eleitos elementos fundamentais para o exercício democrático.

Queria apenas, para terminar, dizer à Sra. Deputada Zuraida Soares que a Sra. Deputada entrou só numa contradição.

Diz a Sra. Deputada que reduzir para 30 dias podia levar a que o Governo mais facilmente violasse o prazo legal para responder aos requerimentos.

**Deputada Zuraida Soares (BE):** Não, não! Aligeirasse a resposta!

**O Orador:** Ou aligeirasse a resposta.

Mas, Sra. Deputada, na mesma afirmação V. Exa. diz que quando transforma um requerimento em pergunta oral no dia seguinte ou na véspera do plenário tem a resposta.

**Deputada Zuraida Soares (BE):** Então se está o problema resolvido, não faz sentido!

**O Orador:** Não! Mas é que há a questão dos requerimentos que não podem ser transformados em perguntas.

Sabe, o Governo só não responde porque não quer, não é porque não tenha respostas para dar. O Governo não responde porque quer ocultar dos açorianos informação que não lhe interessa que seja divulgada.

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)*

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Vou responder às questões que me foram colocadas. Começo pelo Sr. Deputado Francisco Coelho.

Fez-me uma pergunta em relação às não respostas nos diversos parlamentos. Sr. Presidente, estranho a pergunta, porque essa pergunta foi realizada no âmbito da Comissão a que V. Exa. preside e o Sr. Presidente sabe bem a resposta que eu dei em Comissão.

Portanto, Sr. Presidente, não consigo compreender por que é que me coloca uma pergunta à qual já teve resposta.

**Deputado André Bradford (PS):** Então diga lá!

**O Orador:** Em segundo lugar, a questão é esta:

Diz-me, em termos de Direito Comparado, o que é que dizem os outros regimentos, por exemplo, ou legislação específica que possa existir em relação a outros parlamentos autonómicos.

Eu vou dizer-lhe:

Olhe, nas Ilhas Baleares o que diz é o seguinte, que a resposta aos requerimentos escritos se realiza nos 20 dias seguintes e até contempla que os diversos grupos parlamentares tenham direito de perguntar diretamente ao Presidente do Governo Regional, no sentido de o penalizar.

Portanto, é uma boa medida, porque envolve o Presidente do Governo Regional que é, em última instância, o responsável político nesta questão. Esqueci-me desta medida. É uma boa medida das Ilhas Baleares.

A Assembleia da República, como V. Exa. muito bem sabe, contempla que o Governo, não respondendo nos 30 dias, tem que justificar por que é que não respondeu, quais as razões que o levaram a não responder. Eu considero que é uma boa medida e está integrada na proposta que V. Exa. está agora a discutir.

Em segundo lugar, a resposta ao Sr. Secretário Berto Messias.

**Deputado André Bradford (PS):** E a Madeira? Esqueceu-se da Madeira!

**O Orador:** Em relação ao Sr. Deputado Berto Messias, eu vou dizer-lhe uma coisa:

Os requerimentos que eu somei (e vou outra vez falar dos números), 625 na última legislatura nos Açores, em quatro anos, dá uma média de 11 requerimentos por Deputado; 12.268 nas Canárias, na última legislatura; 21.510 nas Ilha Baleares.

Há uma diferença em termos de produtividade que é a seguinte: 11 por Deputado no Parlamento dos Açores; 204 nas Canárias; 364 nas Ilhas Baleares.

O que quero dizer-lhe é o seguinte:

Diz o senhor que eu meti as perguntas das Comissões. Digo-lhe já: é falso! Essa sua afirmação é falsa!

Os requerimentos que aqui estão são os pedidos de documentos e são as perguntas, que é aquilo que nós fazemos, ou seja, os nossos 625 também contemplam o pedido de documentos e as perguntas. Parece-me lógico que coisas da mesma natureza sejam comparadas na mesma natureza.

Portanto, aqui há um problema que os senhores não querem reconhecer, é que os senhores demoram três vezes mais a responder que o Governo das Ilhas Baleares; demoram o dobro que demora o Governo da República; demoram o dobro que leva o Governo das Canárias (Sr. Presidente, eu estou a ouvi-lo).

O número de deputados não é diferente, porque o número de deputados no Parlamento das Canárias é de 60. São apenas mais três, e no Parlamento das Baleares são 59 deputados. Portanto, sobre isso estamos conversados.

Aqui há uma questão.

Dizia o Sr. Deputado que eu falo muito no Parlamento. Bom, mas eu tenho alguma culpa de trabalhar?! Eu tenho alguma culpa de querer trabalhar?!

Oiçam!... Eu venho para aqui e podia não marcar interpelações, podia não apresentar iniciativas, não falava nada e ganhava o mesmo no final do mês.

Mas eu quero trabalhar! Eu estou aqui a representar os açorianos.

Portanto, se os senhores não têm debates de urgência, se os senhores não têm interpelações, se os senhores não têm iniciativas, a culpa não é minha. Se não falam é porque não utilizam os instrumentos para trabalhar.

Façam uma coisa: peguem na enxada e na pá e trabalhem! Têm mais tempo a partir daí. É tão simples como isso.

Sr. Presidente do Governo Regional, estou profundamente desiludido consigo (profundamente desiludido consigo), porque achei que o senhor queria trabalhar, queria ter metas mais ambiciosas, mas não. O senhor aqui nem sequer intervém neste debate, porque o senhor...

Sessenta dias, sim, e nós continuamos... Eu estou aqui sentadinho aqui no meu lugar, sessenta dias para mim é suficiente, não vamos complicar as coisas.

A sua ambição é esta, Sr. Presidente! O senhor não quer mudar nada.

**Deputado André Bradford (PS):** Não é verdade! Quem não quer é o senhor!

**O Orador:** A responsabilidade política é sua em primeira instância, Sr. Presidente.

Em relação ao Bloco de Esquerda, a posição é absolutamente incompreensível. Está de acordo com a forma e com as preocupações. A preocupação é reduzir de 60 para 30 dias, mas depois não está de acordo que se reduza o prazo. É um paradoxo um bocadinho difícil de interpretar. E o que é que eu posso responder, Sra. Deputada? Eu não sei responder-lhe.

A Sra. Deputada perguntou-me: e punições? Punições no Parlamento, se os malandros do Governo Regional não responderem. Quais são as punições?

Não sei. Punições... Talvez não vão jogar futebol à tarde.

Quer dizer, eu não vejo que punições é que eu posso fazer.

Se o Governo não pode responder, em nenhum Parlamento do mundo está prevista nenhuma punição especial, a não ser estes mecanismos de interpelações, de transformação em pergunta escrita. Estes mecanismos que são uma punição política. Portanto, outra eu não estou a ver. Não costumo acompanhar temáticas relacionadas com a punição.

Muito obrigado.

**Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Francisco Coelho tem a palavra.

(\*) **Deputado Francisco Coelho (PS):** Sra. Presidente, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados:

Sr. Deputado Paulo Estêvão eu queria, em primeiro lugar, agradecer as suas respostas. Elas foram efetivamente muito úteis, não só pelo seu conteúdo, mas porque também foram um exercício interessantíssimo.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, fiz-lhe apenas duas perguntinhas e o senhor abespinhou-se. Imagine se fosse o Governo a ter que responder a centenas de perguntas!... *(risos)*

Repare, Sr. Deputado: isto realmente de perguntar é muito mais fácil do que responder e é bom que todos tenhamos essa consciência.

Repare, Sr. Deputado, eu perguntei-lhe: olhe, então diga quais foram os principais remédios que encontrou?

O Sr. Deputado abespinhou-se e disse: mas que chatice, eu já respondi a isso na Comissão.

*(Risos dos Deputados da bancada do PS)*

Imagine que o Sr. Deputado fazia um requerimento ao Governo e o Governo dizia: ó Sr. Deputado, não vamos responder a isso, porque isso é público e consta da comunicação social.

O que é que o Sr. Deputado não diria?! Se calhar até já disse algumas vezes.

Portanto, é sempre bom também termos consciência desta diferença de papéis, mas sobretudo ela também servia para uma coisa, Sr. Deputado, é que chegámos à conclusão que ao nível dos remédios para a não resposta aos requerimentos, como muito bem também salientou a Sra. Deputada Zuraída Soares, o senhor não encontrou no Direito Comparado nenhum melhor do que aqueles que temos e iludimos o assunto porque, Sr. Deputado, o seu diploma tem uma única alteração substantiva, o encurtamento de prazo.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Tem quatro alterações!

**O Orador:** Ora bem, isso não resolve nenhum dos problemas que temos falado aqui e é bom termos consciência disso, porque efetivamente a solução que temos aqui é uma solução...

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** É péssima!

**O Orador:** Desculpe!

... ao nível político, como o senhor próprio dizia ontem, a única solução exequível de obrigar o Governo a responder ao vivo, em direto e presencialmente perante este plenário. Quer mais do que isso? Mais do que isso não sei bem o que será.

É evidente que é bem melhor que responda atempadamente da forma como a pergunta lhe foi feita, agora como remédio não há nada melhor do que isso. Aliás, trata-se de uma solução muito antiga.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Mas ouviu o que eu disse? Então responda!

**O Orador:** Sr. Deputado João Bruto da Costa, também devia elogiá-la. Não seja tão duro e castigador para com o velho PSD!

Também devia elogiá-la! É uma norma que tem anos, é uma norma que dá nessa matéria uma resposta possível e uma resposta que obriga a cá vir.

Portanto, Sr. Deputado Paulo Estêvão, em primeiro lugar, a sua iniciativa resume-se a um encurtamento de prazo que não resolve os problemas essenciais que enumerou e que pode ter o efeito perverso que a Sra. Deputada Zuraida Soares bem revelou.

Sr. Deputado João Bruto da Costa, é realmente bom não confundirmos os conceitos. A Administração Pública não é o Governo. O Governo é um órgão político que é simultaneamente o órgão superior da Administração Pública. Isto é importante para a questão, porque realmente a maior parte das perguntas são dirigidas à Administração Pública, a institutos públicos que são administração indireta e a empresas públicas que têm apenas a tutela do Governo.

É bom que a gente se entenda a respeito destes conceitos, até porque o PSD também devia, até em termos de credibilidade política, ter uma certa coerência e uniformidade nos conceitos.

Designadamente ao nível de conceito de empresa pública, eu noto um certo transformismo entre ser quase uma empresa privada quando interessa e entre ser quase uma repartição de Governo quando interessa.

Quando uma empresa de *outsourcing* não faz bem o problema dos ferros, da cirurgia, que foi aqui tratado no último mês, parece que o Sr. Secretário é que errou, porque tinha que tratar disso.

Portanto, esse transformismo a respeito dos conceitos, uma demasiada e generosa maleabilidade, convém também, Sr. Deputado Bruto da Costa, nós acautelarmos para nos entendermos sob pena de eventualmente entrarmos em contradição e em incoerência.

Portanto, o PSD apoia tanto esta iniciativa, mas ela apenas tem a ver, volto a repetir, com uma redução de prazo. Ela é uma solução consagrada há anos e que dá nesta matéria a resposta possível.

É óbvio que é sempre possível e desejável, inclusive, tentar melhorar. O Partido Socialista não está completamente arredado de encarar, nesta matéria como em todas as matérias da atividade parlamentar e governativa, possíveis aperfeiçoamentos, desde que eles sejam razoáveis,...

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Razoáveis?

**O Orador:** ... façam sentido e sejam convenientes.

Estamos, a este respeito, fazendo a nossa análise.

Quando for ocasião naturalmente que daremos notícias.

Muito obrigado.

**Vozes de alguns Deputados da bancada do PS:** Muito bem! Muito bem!

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sabe o que é isso? Preguiça!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Presidente do Governo.

(\*) **Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro):** Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Paulo Estêvão, gostava apenas, a propósito da sua intervenção, de dizer-lhe que o Governo sempre esteve e está naturalmente empenhado, não apenas, pela sua atividade, em dignificar a nossa Região, respeitar e dignificar este Parlamento, mas não é isso que responde no fundo (saio deste debate com esta sensação e com todo o respeito) às angústias do Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Mas posso, Sr. Deputado Paulo Estêvão, dar-lhe uma ajuda. É que talvez a grande questão do Sr. Deputado Paulo Estêvão seja a de seguir um modesto conselho, parafraseando aliás um ilustre político norte-americano: não pergunto apenas, Sr. Deputado Paulo Estêvão, aquilo que o Governo pode fazer para

dignificar, prestigiar este Parlamento, pergunto antes aquilo que o senhor pode fazer para dignificar e para prestigiar este Parlamento.

Muito obrigado.

**Vozes dos Deputados da bancada do PS:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Obrigada, Sr. Presidente.

Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(\*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Paulo Estêvão, há chibatadas e há autoflagelação.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** O que é que isso significa?

*(Risos dos Deputados da bancada do PS)*

**A Oradora:** Eu vou explicar. O Sr. Deputado pediu para eu explicar e eu vou explicar-lhe. Eu vou fazer-lhe esse favor.

A autoflagelação também pode ser a incoerência, aquilo a que o povo chama “tiros nos pés”.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** E a Sra. Deputada já não tem dedos!

**Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Nos pés!

**A Oradora:** E eu vou explicar-lhe como é que o Sr. Deputado Paulo Estêvão parte de um princípio (se me quiser ouvir,...

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Quero, quero!

**A Oradora:** ... senão não valia a pena ter feito a referência) com o qual penso que há alguma unanimidade nos partidos da oposição, que é, é necessário que o Governo responda às perguntas e aos requerimentos dos diferentes partidos

(deixe-me continuar, Sr. Deputado) de uma forma esclarecedora, completa, profunda, que não dê não respostas, que não dê respostas ao lado, que faça aquilo que tem que fazer, que é respeitar a oposição e os mecanismos de transparência...

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Leu a proposta?

**A Oradora:** Sr. Deputado, se o Sr. Deputado não queria ouvir não perguntava.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Quero, quero!

**A Oradora:** Não, o Sr. Deputado não quer ouvir, porque o Sr. Deputado está a falar por cima de mim.

Sra. Presidente, alguma ordem.

**Presidente:** Tem razão. Vamos permitir que a Sra. Deputada possa fazer a sua intervenção.

**A Oradora:** Eu vou voltar ao princípio, porque tenho tempo para lhe explicar, Sr. Deputado.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Eu sei que a senhora tem tempo!

**A Oradora:** Portanto, vou voltar ao princípio.

Se aquilo que o Sr. Deputado pretende é transparência, profundidade,...

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Leu a proposta?

**A Oradora:** ... nas respostas do Governo Regional, vai fazer o favor de concordar comigo que não é encurtando o prazo que o Governo tem para essa profundidade, esclarecimento, completude e anexação de documentos, que o senhor alcança o desiderato que pretende.

Ou, dito de outra maneira: o Bloco de Esquerda concorda com o seu objetivo; o Bloco de Esquerda concorda com algum do articulado e dos mecanismos que o Sr. Deputado propõe para alcançar este desiderato.

O Bloco de Esquerda discorda, em absoluto, que diminuir o tempo de prazo para a resposta do Governo possa de alguma maneira garantir que mais depressa as respostas serão melhores, primeira questão.

Segunda questão, o Bloco de Esquerda não concorda, nem aceita, a vulgarização da figura da interpelação, também por uma razão, Sr. Deputado, é que se nós pedirmos e exigirmos do Governo Regional que ele tenha uma atitude de lisura, de coerência, de lealdade, e por isso ontem criticámos nesta Casa, e eu volto a fazê-lo, o tipo de postura do Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura, já agora, da nossa parte, Deputados, também deve haver o mesmo tipo de comportamento.

Portanto, não é vulgarizando a figura da interpelação, ao fim de três requerimentos sai uma interpelação, ainda por cima à margem do Regimento... Eu atrevo-me a dizer que com o atraso de que o senhor acusa o Governo, esta Casa não fará mais nada senão interpelações, porque há matéria para isso, as tais que, de acordo com a sua proposta, aparecerão quando ao fim de três requerimentos o Governo não respondeu.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Não faz sentido nenhum!

**A Oradora:** O senhor está zangado? O senhor está zangado?

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Não, não! Estou desiludido!

**A Oradora:** Está desiludido, está zangado, porque pretendeu uma coisa e acabou por dar um tiro no pé, no caminho.

Temos pena, Sr. Deputado, mas não podemos fazer nada.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** “Temos pena!” E eu tenho pena que a senhora não tenha lido a proposta!

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

Informo que esgotou o seu tempo para este debate.

Dou agora a palavra ao Sr. Deputado Paulo Estêvão. Dispõe de cerca de dois minutos.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo (o Sr. Presidente já saiu):

Dizer o seguinte:

Eu não tenho culpa que a Sra. Deputada não leia as propostas.

**Deputada Zuraida Soares (BE):** Ninguém leu!

**O Orador:** Veja bem (eu vou ler-lhe):

“Neste sentido, importa aproximar o tempo de resposta aos requerimentos no sistema parlamentar açoriano, aos praticados no âmbito da Assembleia da República [que é de 30 dias] e noutros sistemas parlamentares...” da União Europeia, que é na maior parte 20 dias.

**Deputado André Bradford (PS):** E na Madeira!

**O Orador:** Este é o objetivo do diploma...

**Deputado André Bradford (PS):** Pensei que era na Madeira!

**O Orador:** ... e a Sra. Deputada diz-me assim: o senhor não vai atingir os seus objetivos.

Então se os meus objetivos são diminuir o tempo de resposta aos requerimentos, tenho que passar de 60 para 30 dias, senão não estou a ver como é que eu faço uma proposta.

Eu digo que quero aproximar os tempos de resposta ao que acontece na Assembleia da República e nos outros parlamentos da Europa.

Nos outros parlamentos autonómicos é de 20 dias; na Assembleia da República é de 30 dias; aqui é de 60 dias. Quer explicar-me como é que eu faço?

**Deputada Zuraida Soares (BE):** Pensei que o senhor queria respostas profundas e diretas!

**O Orador:** Então se é 60 e não diminuem os tempos... Quer explicar-me? É que eu não consigo perceber como é que eu faço. Não consigo, é uma impossibilidade.

Quer dizer, eu tiro 30, 60 menos 30, dá 30.

**Deputada Zuraida Soares (BE):** Menos 10 dá 20!

**O Orador:** Não estou a ver como é que posso fazer de outra maneira.

A outra questão, e vou mudar a expressão facial para que o Sr. Deputado Francisco Coelho não ache que estou zangado. Eu não estou zangado. Eu estou poupando tempo.

Sr. Deputado, quando lhe disse que o senhor conhecia a resposta, o senhor conhecia efetivamente a resposta.

**Deputado Francisco César (PS):** Mas nós não temos!

**O Orador:** Portanto, faz uma pergunta para a qual o senhor já tem uma resposta. Acho isso um bocadinho despropositado, mas não estou nada zangado, só estou a reconhecer o despropósito, Sr. Deputado.

**Deputado Francisco César (PS):** Mas qual é a resposta, Sr. Deputado?

**O Orador:** Mas digo isto com a maior das simpatias.

**Presidente:** O seu tempo está a terminar, Sr. Deputado.

**O Orador:** A questão fundamental é esta: o Sr. Presidente do Governo Regional citou-me a frase do Kennedy. “Então o senhor o que é que faz? O senhor está aqui. Eu já acho que tenho muito trabalho, quer dizer, isto de 60 dias já é muitíssimo tempo, portanto eu quero ser o Presidente do Governo que precisa de mais tempo na Europa toda para responder a requerimentos”.

**Deputado Francisco César (PS):** Não é verdade!

**O Orador:** “Eu preciso de 60 dias. O Presidente das Baleares é um apressado, só precisa de 20 dias”.

**Presidente:** Agradeço que termine, Sr. Deputado. Tem que terminar.

**O Orador:** “Eu quero ter um prazo mais longo”.

**Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro):** Eu não reconheço a validade dessas contas!

**O Orador:** “Eu quero ter 60 dias. Eu quero ter o prazo mais longo”.

**Deputado André Bradford (PS):** Isso não é verdade, Sr. Deputado!

**O Orador:** A questão é essa. Bom, da minha parte, o que eu tenho feito... E eu tive o cuidado de apresentar esta iniciativa, sem nunca apresentar os meus

números, em termos de produtividade. Sabe porquê? Porque isto é uma questão institucional.

Eu não vim para aqui fazer publicidade, mas o meu trabalho parlamentar está à vista de todos. Não o vou comparar com os outros grupos, nem com as outras representações parlamentares, porque é um despropósito...

**Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro):** Incluindo a greve de fome!

**O Orador:** ... porque eu não faço isso, porque não vim com essa iniciativa.

A minha iniciativa visa tão-somente aumentar a produtividade do Parlamento dos Açores.

O senhor não quer.

Olhe, Sr. Presidente do Governo, o senhor não quer trabalhar. A questão é essa.

**Presidente:** Agradeço que termine.

**O Orador:** O senhor não quer trabalhar!

O problema é seu e os açorianos ficam com esta notícia: o senhor precisa do prazo mais longo de toda a Europa Ocidental para responder a um requerimento.

**Deputado André Bradford (PS):** Isso não é verdade!

**Presidente:** O PPM também esgotou o seu tempo para este debate.

Eu pergunto se há mais inscrições?

*(Pausa)*

Julgo não haver. Vamos então passar à votação deste Projeto de Decreto Legislativo Regional.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

A Sra. e o Sr. Deputado que se abstêm façam o favor de se sentar.

**Secretária:** O Projeto de DLR apresentado foi rejeitado com 29 votos contra do PS, 16 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 2 abstenções do BE.

**Presidente:** Obrigada, Sra. Secretária.

Encerrámos assim este ponto. Sr. Deputado Duarte Freitas pede a palavra para?

**Deputado Duarte Freitas (PSD):** Uma declaração de voto.

**Presidente:** Uma declaração de voto, tem a palavra Sr. Deputado.

(\*) **Deputado Duarte Freitas (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Uma declaração de voto no sentido de referir e explicar a votação do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata neste diploma.

Entendemos, de facto, que em 30 dias seria possível responder, como aliás propusemos há mais de 10 anos atrás.

**Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias):** Sra. Presidente, o Governo não pode falar, nem contestar!

**O Orador:** Devo recordar que na Assembleia da República são 30 dias o tempo de resposta; no Parlamento Europeu, perguntas prioritárias, são seis semanas, e perguntas não prioritárias são dois meses; na Madeira são 30 dias.

**Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias):** O senhor esperou que não pudéssemos falar para atacar!

**O Orador:** Aquilo que é impensável em qualquer democracia madura, que é o Governo que emana do Parlamento não respeitar respondendo ao Parlamento aquilo que é perguntado,...

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito bem!

**Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares** (*Berto Messias*): Isso chama-se cobardia política!

**O Orador:** ... ora, esse impensável acontece aqui.

Aquilo que eu queria dizer com esta declaração de voto é que esperando que o Governo se possa compenetrar naquilo que é um estado de direito democrático, naquilo que são os direitos das oposições, o Governo agora assuma de uma vez por todas responder claramente, justamente e atempadamente às perguntas deste Parlamento donde o Governo Regional emana.

**Deputado Luís Maurício** (*PSD*): Muito bem!

**Deputado André Bradford** (*PS*): O senhor não responde e aproveita o Governo não poder falar para atacar! Cobardia política!

**Deputado Duarte Freitas** (*PSD*): A respeito de cobardia vem devagarinho!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Francisco Coelho, para uma declaração de voto, tem a palavra.

(\*) **Deputado Francisco Coelho** (*PS*): Sra. Presidente, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados:

Sr. Deputado Duarte Freitas, é sempre um prazer ouvi-lo ao vivo, e a cores,...

*(Diálogo entre os Deputados André Bradford e Duarte Freitas)*

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, o Sr. Deputado Francisco Coelho está no uso da palavra.

**O Orador:** Eu sei que a minha declaração de voto não é propriamente uma novidade, porque já intervim no debate, mas tenho esse direito.

Queria, de resto, saudar esta intervenção do Sr. Deputado Duarte Freitas. Já não o ouvia, ao vivo e a cores, a algum tempo, embora a sua intervenção me tenha feito lembrar (Sr. Deputado Duarte Freitas, não me leve a mal) aquela velha

canção brasileira: “Se eu perder esse trem que sai agora às onze horas, só amanhã de manhã”. (*risos*)

*(Risos e aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

Mas sou daqueles que acha que ainda é sempre tempo, e regimental e efetivamente tinha tempo.

Sr. Deputado, gostamos sempre de constatar as diferenças que há entre aquilo que se faz na oposição e aquilo que se faz quando se está no poder.

Eu tive oportunidade de referir ao Sr. Deputado João Bruto da Costa que, em termos de melhoria da atividade parlamentar e dos mecanismos efetivos de fiscalização, não tenho dúvidas, e mau seria que assim não fosse, mas de uma forma consciente, voluntária e de satisfação, o Partido Socialista, ao nível dos diversos instrumentos, muito foi fazendo e felizmente essa fiscalização e esse controlo melhorou muito.

Ainda haverá mais para fazer. Também manifestei a nossa abertura para isso.

Creio que não é como concluímos quase todos, o facto de se diminuir um prazo que tem a ver, mesmo com as questões essenciais que aqui foram diagnosticadas. Daí que nessa matéria me pareça que o voto do Partido Socialista está perfeitamente justificado e não pode ser confundido com aquilo que é a forma como o Partido Socialista encara e valoriza a atividade parlamentar.

Muito obrigado.

**Vozes de alguns Deputados da bancada do PS:** Muito bem! Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

O Sr. Presidente do Governo pede a palavra para?

**Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro):** Para uma interpelação.

**Presidente:** Tem a palavra, Sr. Presidente.

(\*) **Presidente do Governo Regional** (*Vasco Cordeiro*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sra. Presidente, tem a ver com a condução dos trabalhos e com a interpretação do Regimento.

Era apenas para saber se há alguma figura regimental que enquadre estas três situações:

- depois da guerra não faltam generais;
- agarra-me senão eu bato-lhes;

Ou então, no fundo, aquilo que se pode considerar como, dizendo o nosso povo,

- depois de todos comerem não faltam colheres.

Há alguma figura regimental que possa enquadrar alguma dessas três situações?

**Deputada Sónia Nicolau** (*PS*): Muito bem!

**Deputado Luís Rendeiro** (*PSD*): Que figura triste! O senhor é Presidente do Governo!

**Presidente:** Sr. Presidente, fica registada a sua interpelação.

Sr. Deputado Duarte Freitas, julgo que pede a palavra para uma interpelação.

Tem a palavra, Sr. Deputado.

**Deputado Duarte Freitas** (*PSD*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Era para pedir um intervalo regimental, para não cairmos mais no ridículo, como acabou de acontecer com o Sr. Presidente.

**Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)*

**Presidente:** É regimental. Regressamos às 18H00.

*Eram 17 horas e 25 minutos.*

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares.

*Eram 18 horas e 31 minutos.*

Sras. e Srs. Deputados, vamos então dar continuidade aos nossos trabalhos.

Está inscrito o Sr. Deputado Paulo Estêvão para uma declaração de voto.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

O PPM apresentou nesta câmara uma proposta que tinha como único objetivo aumentar o trabalho dos Deputados, apresentando muitos mais requerimentos no sentido de solicitar a informação e a documentação necessária para aumentar também a nossa produção legislativa.

Obviamente essa iniciativa tinha como consequência uma maior responsabilização de todos os partidos que aqui estão representados no sentido de apresentarem muito mais trabalho, muitas mais iniciativas e um conjunto de atividade política muito mais intensa, isto porque estamos muito longe, mas mesmo muito longe, às vezes a uma distância imensa, dos outros parlamentos europeus.

Evidentemente esta iniciativa era um desafio para o Governo Regional, constituía um desafio para o Governo Regional no sentido em que teria que responder, não em 60 dias, mas em 30 dias, como acontece na Assembleia da República. Nem sequer aqui apresentei a média dos parlamentos espanhóis, por exemplo, que é de 20 dias.

Nesse sentido era um desafio para a mudança, mas há muitos neste Parlamento que gostam de falar da abstenção. Só os preocupa do ponto de vista retórico, porque do ponto de vista concreto, do ponto de vista de responder, de ter a responsabilidade de responder àquelas que são as preocupações das populações,

no sentido de tentar responder, de trabalhar com mais intensidade, de merecer todos os dias o sítio onde estamos a trabalhar e a desenvolver a nossa atividade política, aí, quando chega ao momento dos factos concretos, do trabalho árduo, de trabalhar todos os dias a favor das populações e de colocar metas ambiciosas, neste caso concreto (e é neste que eu estou a falar) o Governo Regional já não está disponível.

Aí a abstenção já não interessou. Quando se chega a uma decisão concreta de todos termos mais responsabilidade de apresentarmos mais trabalho, bom, aí já não interessa.

Da minha parte estou de consciência tranquila. Saio daqui de consciência tranquila.

Fiz o meu trabalho, propus uma proposta que significava mais trabalho para todos, mais trabalho para os parlamentares e também para o Governo. O Governo não aceitou, o Partido Socialista também não aceitou.

Eu fiz a minha parte, estou absolutamente de consciência tranquila. Vou continuar a fazer o melhor possível. Os senhores ficam com esse prazo de 60 dias que é o prazo mais alargado da Europa.

Acham que estão bem, continuem.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Penso que não há mais inscrições para declaração de voto.

Sendo assim está encerrado este ponto. Vamos então avançar com os nossos trabalhos.

Entramos agora no ponto 8 da nossa Agenda: **Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão sobre o Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 2/XI – “Décima alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 2/99/A, de 20 de janeiro, que adapta o sistema fiscal nacional à Região Autónoma dos Açores”**.

Este pedido de urgência é apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Para justificar a urgência tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

(\*) **Deputado Duarte Freitas (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Para apresentar a nossa proposta de urgência em relação a este diploma e que, como naturalmente compreenderão, tem a ver com duas razões substantivas.

A primeira é face à simplicidade da proposta que aqui apresentamos.

A segunda tem a ver naturalmente com a necessidade de apreciarmos esta proposta e o seu conteúdo antes da discussão orçamental que teremos em breve, para que possa ser devidamente enquadrada, sendo aprovada como esperamos.

Muito obrigado.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições?

*(Pausa)*

Julgo não haver inscrições. Vamos então votar este pedido de urgência.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** O pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Tendo sido aprovada a urgência, dou a palavra ao Sr. Deputado António Viveiros para apresentar então o diploma.

**Deputado António Vasco Viveiros (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Compete aos partidos da oposição nesta Assembleia fiscalizar a atividade governativa, mas, simultaneamente, contribuir de forma positiva, mediante a apresentação de propostas que se considerem relevantes, umas correspondendo de forma direta aos seus programas políticos, outras porque interpretando a

vontade e as preocupações de determinados sectores da sociedade, dando voz aos seus anseios e preocupações.

E será na sua discussão livre e democrática que cada um terá a oportunidade de demonstrar as vantagens ou desvantagens das ideias ou propostas, independentemente, como no caso deste Parlamento, da existência de uma maioria absoluta que, certamente com toda a legitimidade, sempre poderá discordar, prevalecendo nas suas opções distintas.

A apresentação do presente projeto de Decreto Legislativo Regional pelo Partido Social Democrata, corresponde, simultaneamente à concretização do que constituem, de forma coerente, os nossos objetivos em matéria de política económica, mas decorre também do que é a vontade expressa de vários sectores da nossa sociedade, quer na área empresarial, quer sindical, quer da organização que na Região representa a defesa dos consumidores.

A economia dos Açores tem tido um percurso cujos resultados são claramente preocupantes em muitos dos indicadores. E se recentemente alguma reanimação decorrente, em parte, do crescimento do turismo constitui um sinal positivo – que há muito poderia ter ocorrido se as opções de política aérea adotadas em 2015 tivessem sido antecipadas –, na verdade os problemas não estão afastados, mas pior, não se reconhece um novo caminho na política económica que possa dar esperança aos Açorianos e ao seu tecido empresarial.

E na coerência das nossas propostas e da leitura que fazemos da realidade, existe um fio condutor ao longo das últimas décadas que tem condicionado negativamente a economia açoriana: o crescente peso do sector público na economia.

E sem a inversão deste paradigma, dificilmente encontraremos, coletivamente como geração, o caminho que possa contribuir para o crescimento económico sustentado.

E, bem assim, para que os açorianos tenham as condições e qualidade de vida compatíveis com as suas expectativas e ambições e para que todos os que optem por viver na nossa Região e na sua Ilha, sobretudo os mais jovens, tenham uma oportunidade condigna e não sejam empurrados para outros países, outros continentes, como no passado milhares de açorianos o foram e, no presente, estão a ser novamente.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

É útil à democracia discutir qualquer proposta, como no caso vertente, de forma transparente, apresentando os argumentos, ainda que contrários entre as várias partes, mas que verdadeiramente correspondam ao cerne das opções de cada um; pelo contrário, utilizar argumentos de forma demagógica, não esclarece os eleitores e contribui para o seu afastamento da participação democrática.

Na perspetiva das opções em termos de políticas económicas, é tão legítimo partilhar a leitura, como o Partido Socialista e o seu Governo fazem, de que as finanças públicas regionais estão saudáveis e, ainda assim, ser contra à redução do diferencial fiscal agora em análise, como é legítimo ao PSD ter uma avaliação negativa e preocupante do estado das mesmas finanças regionais e, ainda assim, defender a referida redução.

O que está verdadeiramente em causa é a utilização de um instrumento de política económica para atingir determinados objetivos: o Partido Socialista entende que as receitas resultantes da manutenção do diferencial fiscal da taxa normal de IVA em 20% devem ser afetas a despesa pública, decidindo o Governo sobre a sua redistribuição; pelo contrário, o PSD entende que devem ser as famílias e as empresas a reter essas verbas e a decidir sobre a sua afetação.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** De uma maneira ou de outra o dinheiro permanece nos Açores.

Os instrumentos de política económica disponíveis pela Região são limitados, tal como em qualquer economia pequena e aberta ao exterior, mas também, pelas limitações estatutárias da Autonomia Regional. Esta limitação obriga a uma utilização dos instrumentos disponíveis com a máxima eficácia na prossecução dos objetivos e estratégias que venham a ser definidos.

Na área fiscal, a capacidade da Região quase que se limita à utilização do diferencial fiscal, consagrado para o IVA desde 1985 e nos restantes impostos desde 1999.

O reconhecimento pelas autoridades regionais e nacionais e o entendimento inovador que se chegou em 1985, que permitiu para o IVA a fixação de um diferencial de 30%, teve por base uma realidade que não se alterou: a nossa insularidade e a nossa dispersão por nove Ilhas.

Relativamente ao IVA, a aplicação do diferencial em 30% foi utilizada consecutivamente desde 1985 até final de 2013, tendo apenas sido reduzido para 20%, em consequência do Programa de Ajustamento que Portugal foi sujeito a partir de 2011, com a alteração da Lei de Finanças das Regiões Autónomas, situação, porém, reposta na Lei do Orçamento do Estado para 2015.

Contudo, em fevereiro de 2015, esta Assembleia repôs o referido diferencial apenas para as taxas reduzida e intermédia, mantendo a taxa geral com um diferencial de 20%, tal como para o IRC.

A utilização de instrumentos de política económica, sejam fiscais, orçamentais, monetários ou financeiros, provocam naturalmente sempre impactos diversos e conflitantes nas variáveis macroeconómicas. Apenas a sua utilização concertada, poderá contribuir para a obtenção de objetivos e a concretização de estratégias de crescimento económico.

A redução da taxa normal do IVA que resultará do projeto de DLR apresentado pelo PSD, insere-se na estratégia de promover o sector privado da economia dos Açores, com impactos nas famílias e nas empresas, num contexto de grandes dificuldades económicas, em que a Administração Regional tem ganho cada vez mais peso na economia, sobretudo através do seu sector público empresarial, situação e tendência que, como se disse, é fundamental inverter.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

O projeto ora em debate não é, nem pretende ser, qualquer solução milagrosa: os problemas que a nossa economia enfrenta infelizmente são demasiado complexos e profundos e não se resolvem isoladamente com uma simples medida. Mas não deixará de ser um sinal importante muito relevante para os agentes económicos e consumidores.

Nesse sentido, entendemos que a redução da cobrança de IVA por via da redução da taxa geral de 18% para 16%, representará, num primeiro momento, uma diminuição na arrecadação daquele imposto pela Região por via do sistema de capitação em vigor. No entanto, os seus efeitos económicos, em termos globais e a médio prazo, serão certamente favoráveis.

Terá impacto na competitividade das empresas, será relevante nas vendas da Região e no exterior nos produtos abrangidos pela taxa geral do IVA, e contribuirá para a criação de emprego.

Para as famílias e consumidores em geral, a redução da taxa geral do IVA será importante, abrangendo produtos, por exemplo como a eletricidade, os combustíveis e o gaz doméstico.

**Deputado Francisco César (PS):** Sobre a eletricidade podemos falar e muito!

**O Orador:** Mas sobre as suas vantagens, partilhámos o que consta da declaração do Sr. Presidente do Governo no dia 1 de novembro de 2013 e cito:

*“Na verdade, consideramos que, particularmente no caso do aumento do imposto sobre o consumo, IVA, isso irá implicar um acréscimo dos custos de aquisição dos bens e serviços na Região, e, assim, penalizar o consumo e reduzir por essa via a atividade económica. Dito de outra forma, esta medida terá impactos na redução do rendimento disponível das famílias, na retração da procura interna e na diminuição da rentabilidade das empresas. Como temos sempre dito, é na reativação do poder de compra das famílias Açorianas que reside uma parte essencial para a reanimação das empresas Açorianas e para a recuperação da economia regional.”*

Ou ainda as declarações do Sr. Vice-Presidente do Governo, em janeiro de 2013, que também cito: *“Conforme é sabido, o Governo dos Açores sempre se bateu pela manutenção da possibilidade de termos taxas de impostos do IRS, IRC e IVA com um diferencial máximo de menos 30%. Assim não entendeu a maioria do PSD/CDS-PP na Assembleia da República, que, pela sua vontade, impôs um aumento dos impostos aos Açorianos.”*

E ainda disse o Sr. Vice-Presidente do Governo:

**“É uma luta de que o Governo não desiste, tendo em conta que a decisão final está nas mãos dos deputados à Assembleia da República”**, fim de citação.

Neste sentido, é inaceitável que o Orçamento da Região para o corrente ano não possa contemplar e acomodar a redução decorrente da alteração da taxa de IVA agora proposta, competindo assim ao Governo Regional encontrar as necessárias alternativas do lado da despesa.

O que o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata pretende, e que temos a certeza que será vantajoso para a economia regional, é que este dinheiro seja devolvido aos Açorianos.

Seria importante que, aquilo que os senhores presidente e vice-presidente do governo ontem afirmaram, fosse tido em conta na forma como o Grupo Parlamentar do Partido Socialista irá votar este projeto de decreto legislativo regional.

As famílias açorianas só teriam a ganhar com a coerência entre o discurso político de ontem e a atuação política de hoje.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** E os açorianos precisam de mais economia, de mais emprego, mas também de mais coerência política para poderem continuar a acreditar no projeto autonómico que temos a vindo a desenvolver nas nossas nove ilhas.

Temos esperança em que o bom senso predomine. Porque certamente ninguém quererá virar as costas aos Açorianos.

Disse.

**Deputados Luís Maurício e João Bruto da Costa (PSD):** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)*

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Está inscrito o Sr. Deputado Carlos Silva.

(\*) **Deputado Carlos Silva (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

A política fiscal adotada por uma Região ou por um país deve ter por princípio basilar a regra do equilíbrio orçamental.

Ora, a proposta que foi aqui apresentada pelo PSD-Açores para reduzir a taxa normal do IVA visa exatamente o contrário. Visa essencialmente reduzir as receitas fiscais sem apresentar uma única medida, ou um único ajustamento orçamental que permita compensar esta redução das receitas fiscais.

E por que razão é que o PSD não apresenta esta medida no âmbito da discussão do Orçamento?

**Deputado Francisco César (PS):** Curioso!

**O Orador:** Será porque teria que a quantificar?

**Deputado Luís Maurício (PSD):** Porque são falsas as primeiras atribuições!

**O Orador:** E propor alternativas?

**Deputado Manuel Ramos (PS):** Muito bem!

**O Orador:** É que é um pouco surpreendente que na apresentação da proposta não haja a quantificação do impacto nas receitas que esta iria provocar.

É que inicialmente falou-se em 15 milhões de euros, depois passou-se para 20 milhões de euros. Eu não sei agora qual é a estimativa real, mas era importante perceber, de facto, qual é o valor estimado do impacto nas receitas fiscais.

Além disso, o PSD consegue a proeza de, no mesmo discurso, ou no mesmo dia, por um lado criticar as finanças públicas, dizendo que a Região está falida, mas depois apresentar uma medida que visa exatamente cortar nas receitas fiscais.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** E... Por quê?

**O Orador:** Alguma incoerência, diria eu.

Como pode merecer credibilidade uma proposta que põe em causa o rigor e o equilíbrio orçamental das contas públicas regionais? Rigor este que muitas vezes é exigido pelo próprio PSD.

A verdade é que a Região é um exemplo a nível nacional no que diz respeito à sustentabilidade da sua dívida e das suas finanças públicas, e não somos só nós que o dizemos, um economista muito conceituado afirmou muito recentemente numa visita à Região.

**Deputado Luís Maurício (PSD):** Então pronto, está resolvido!

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Diz uma coisa e o seu contrário!

**O Orador:** Este equilíbrio orçamental não pode ser colocado em causa por uma proposta populista, desequilibrada...

**Deputado Manuel Ramos (PS):** Muito bem!

**O Orador:** ... e como tal pouco responsável e fora de prazo.

Portanto, um dos motivos pelos quais esta proposta não merece a nossa aprovação resulta do facto de em 2015, com o apoio do CDS, o Governo Regional apresentou uma proposta que fez uma opção muito clara pela redução dos impostos sobre o trabalho, sobre o IRS, bem como sobre a redução da tributação ao nível da taxa reduzida e intermédia do IVA, taxas estas que incidem sobre o consumo.

Portanto, em 2015 o Governo optou por privilegiar uma redução significativa dos impostos sobre o trabalho em detrimento da reposição dos dois pontos percentuais na taxa normal do IVA.

**Deputado Francisco César (PS):** Muito bem!

**O Orador:** E qual foi o impacto que esta medida teve para os açorianos?

Com esta redução significativa do IRS permitiu-se que no primeiro escalão houvesse um diferencial de 30%, no segundo de 25 e 20 para os restantes.

E com esta medida foi possível aumentar o rendimento disponível das famílias, permitindo assim que os impostos ficassem mais baixos do que aqueles que estavam em vigor antes da troika. Assim, permitiu-se libertar rendimento para fomentar o consumo que tanto é apregoadado.

Esta redução teve ainda o impacto estimado de cerca de 28 milhões de euros que resultaram na poupança que os açorianos tiveram ao nível do IRS.

Foi ainda possível, com o apoio do CDS, em 2015, reduzir as taxas reduzidas para 4% e intermédia para 9% do IVA, que incidem sobretudo sobre bens considerados de primeira necessidade e essenciais, como a alimentação, a agricultura, as pescas (que tanto são faladas no dia-a-dia e sobre as quais são feitas tantas exigências).

**Deputado Manuel Ramos (PS):** Muito bem!

**O Orador:** Uma vez que uma imagem vale mais do que mil palavras, e como eu sei que o Sr. Deputado Paulo Estêvão gosta de gráficos, trouxe aqui um gráfico...

**Deputada Mónica Rocha (PS):** Muito bem!

*(Neste momento o Sr. Deputado mostra um gráfico à câmara)*

**O Orador:** ... que evidencia claramente as taxas reduzida, intermédia e normal do IVA em vigor na Região Autónoma dos Açores, na Madeira e no Continente e o que é possível verificar é que de facto os Açores têm taxas muito mais baixas.

Mesmo ao nível da taxa normal que está aqui em discussão, qual é a taxa normal em vigor nos Açores? É de 18%, menos quatro pontos percentuais do que a Região Autónoma da Madeira e cinco pontos percentuais que o continente.

Serão capazes de dizer que essas taxas não são boas?

**Deputado André Bradford (PS):** Muito bem!

**O Orador:** É isso que estamos aqui a discutir?

Não é atrativa a Região Autónoma dos Açores a nível fiscal, mesmo em relação ao IVA, mesmo em relação à taxa normal do IVA?

Contradizendo-se uma vez mais, o PSD afirmou recentemente que o Governo Regional dos Açores mantém a mais elevada carga fiscal sobre o consumo da história dos Açores.

A pergunta que eu faço é: mas as taxas reduzida e intermédia não incidem sobre o consumo? Não foi já repostado, neste caso, o diferencial de 30%? Ou só releva para o PSD a taxa normal do IVA?

Para já fico-me por aqui.

Obrigado.

**Vozes dos Deputados da bancada do PS:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Mendes.

(\*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Acompanhamos a proposta do PSD, portanto vamos votá-la favoravelmente. Consideramos que será uma medida importante para aumentar o rendimento disponível nas famílias, tal como foi afirmado na apresentação que fizeram da vossa proposta.

Agora, devemos relembrar que a alteração à Lei das Finanças Regionais e essa alteração que permitiu a redução do diferencial fiscal para 20% (não podemos esquecer) foi da responsabilidade de um Governo PSD/CDS,...

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Por que?...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Isso é mentira!

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados...

**O Orador:** ... o que afetou a Região sobremaneira.

**Deputado José San-Bento (PS):** O acordo da troika!

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** A sua troika, Sr. Deputado!

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados...

**O Orador:** Posso?

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Diga tudo, não fique por meias verdades!

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Ele está mentindo!

**O Orador:** Votaremos favoravelmente, apesar de considerarmos que se trata de uma medida que não passa efetivamente de um remendo, um remendo que apesar de tudo vai favorecer as nossas famílias.

Agora, se quisemos ir mais além o que interessava mesmo seria alterar a Lei de Finanças Regionais para a sua versão de 2010.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Quem é que era Governo em 2010?

**O Orador:** Dessa forma poderíamos aumentar a receita da Região. Porquê? Porque voltaríamos a ter as transferências orçamentais que outrora nós tivemos.

**Deputado Francisco César (PS):** Hein?

**O Orador:** Se voltássemos a ter a Lei das Finanças Regionais na sua versão de 2010, antes da alteração que foi feita, receberíamos mais.

Portanto, dispensávamos todo este debate entre o PSD que quer reduzir, e a nosso ver, muito bem, a carga fiscal sobre os açorianos, no que diz respeito à taxa do IVA, mais concretamente passar de 18 para 16%, e o Partido Socialista que nos vem dizer, ou vem desafiar o Partido Social Democrata, e afinal de contas toda a oposição, para apresentar uma contraproposta que permitisse garantir o equilíbrio orçamental.

Ora, tudo isso seria dispensável se garantíssemos, através da reposição da Lei das Finanças Regionais, à sua versão antes da alteração.

Isso permitiria aumentar as tais transferências do Orçamento do Estado e a esta hora não estaríamos a ter esta discussão.

É de estranhar que o Partido Socialista que esteve na República ao nosso lado, enquanto esteve na oposição, contra um Governo do PSD-CDS que alterou a Lei das Finanças Regionais e que prejudicou de sobremaneira a Região, agora que está no Governo seria de esperar que desse uma resposta ao ensejo de muitos açorianos e açorianas que seria termos uma Lei das Finanças Regionais, anterior à alteração feita pelo PSD e pelo CDS, de forma a garantirmos não só um regime fiscal mais favorável à nossa Região, como também garantir aquelas

que seriam as transferências do Orçamento de Estado que iriam de certa forma, ou de sobremaneira, enriquecer o nosso orçamento e dessa forma não estaríamos aqui a discutir questões como o equilíbrio orçamental decorrente da proposta feita pelo PSD.

De qualquer maneira, considero que essa é uma falsa questão e que, apesar de não termos uma Lei das Finanças Regionais na sua versão anterior à alteração feita pelo PSD-CDS, o que restaria aqui era vontade política por parte do PS para acolher esta medida, esta proposta do PSD e poderia muito bem também votá-la favoravelmente, sem esquecer que poderia também, na República, agora que está no Governo, repor a Lei das Finanças Regionais na sua versão anterior à alteração feita pelo PSD e pelo CDS, de forma a termos também aqui na Região uma maior dotação orçamental por via do aumento das transferências do Orçamento de Estado.

Obrigado.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado João Corvelo.

(\*) **Deputado João Corvelo (PCP):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Importa começar este debate, desde logo, com uma clarificação essencial:

Esta não é uma proposta para reduzir a taxa mais alta do IVA. Esta proposta destina-se a repor este escalão da taxa do IVA ao nível a que estava antes do Pacto de Agressão aos portugueses que PS, PSD e CDS assinaram com a troika. Estamos a repor o nível desse escalão do IVA, não estamos nem a reduzir o IVA, nem verdadeiramente a devolver o que foi roubado aos açorianos, portanto, sugere-se moderação nas declarações...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito bem!

**O Orador:** ... de aparente generosidade e preocupação com o bem-estar das famílias açorianas, venham elas do PSD, do PS ou do CDS.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito bem! Isso é linha dura!

**O Orador:** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Tendo ficado este aspeto clarificado, penso que é importante que tenhamos memória e que se recorde quem foram os responsáveis diretos pelo aumento de impostos que esta proposta pretende rever.

Recorde-se quem foram os partidos que puseram a sua assinatura num pacto que previa a alteração da Lei das Finanças Regionais para reduzir o diferencial fiscal. Lembram-se? Pois, nem o PCP, nem o Povo Português, nem os açorianos o esquecem: foram o PS, o PSD e o CDS.

E pouco importam as cambalhotas políticas e as contradições entre o que se diz nos Açores e o que se vota em Lisboa que os três partidos da troika já nos habituaram, porque nesses primeiros momentos, nesses instantes fundadores do maior assalto aos rendimentos dos portugueses de que há memória, estiveram unidos, colaborantes e zelosos. Não podem fugir dessa responsabilidade.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Mas também é importante que se tenha memória do que sucedeu aqui, neste Parlamento. E vale a pena recordar a forma como foi bloqueada a proposta do PCP, no âmbito da proposta de Orçamento Regional para 2015, para que o diferencial fiscal fosse integralmente repostado, logo que a Lei das Finanças Regionais foi alterada.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Quem é que chumbou?

**O Orador:** Mas sobretudo, neste caso concreto, pensamos que é fundamental que nos lembremos como foi votada, no âmbito de uma alteração ao Orçamento Regional, no dia 16 de abril de 2015, a proposta do PCP, para garantir um diferencial fiscal de 30% na taxa normal do IVA. E citando o respetivo Diário das Sessões, recorde: “A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 30

votos contra do PS; 3 do CDS-PP; 1 voto a favor do BE; 1 do PCP; 1 do PPM e 19 abstenções do PSD”. Citei.

**Deputado Duarte Freitas (PSD):** Têm que se entender!

**Deputado Luís Rendeiro (PSD):** O seu partido devia pedir desculpa!

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados...

**O Orador:** Também na discussão da proposta de Orçamento Regional para o ano de 2016, a proposta do PCP neste sentido não foi aprovada, mostrando bem a vontade da maioria socialista em continuar a embolsar esta verba roubada aos açorianos.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Chega de incoerências, chega de cortinas de fumo e de andarem, os três da troika: PS, PSD e CDS, a brincar com as expectativas e com a vida dos açorianos!

**Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Então vai votar a favor!

**O Orador:** Desde sempre fomos contra o saque aos portugueses e aos açorianos e votámos favoravelmente todas as iniciativas que visam, como esta, repor o nível de impostos que antes existia. Não deixaremos de o fazer também neste caso.

Disse.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(\*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Secretários:

Começo, obviamente, pelo Sr. Deputado Paulo Mendes, dizendo-lhe o seguinte:

**Deputada Zuraida Soares (BE):** Por onde o Sr. Deputado...

**O Orador:** Sra. Deputada, ainda não sabe o que eu vou dizer. Não se enerve!

**Deputada Zuraida Soares (BE):** Eu ia dizer por onde o Sr. Deputado havia de começar!

**O Orador:** É uma simpatia. Eu já não posso ser simpático convosco?

É uma distinção começar pelo Bloco de Esquerda.

**Deputada Zuraida Soares (BE):** Pronto!

**O Orador:** Portanto, para dizer ao Sr. Deputado Paulo Mendes que com certeza não vai negar aquilo que eu disse, que de facto foi executado, pelo Governo do PSD-CDS, um acordo negociado pelo PS no âmbito da troika, da redução de 10% do diferencial fiscal.

Mas o Sr. Deputado Paulo Mendes, também para ser correto e para termos a verdade absoluta nessa matéria, também deveria dizer que foi o Governo de Passos Coelho e Portas, como V. Exas. tanto gostam de chamar, do PSD e do CDS, que reintroduziu a possibilidade de o diferencial fiscal passar a 30%.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Bem lembrado!

**O Orador:** É preciso também que se lembre isso. Portanto, a Região agora tem todos os meios para repor o diferencial fiscal dos 30%, exatamente por uma proposta do Governo do PSD e do CDS.

**Deputado Francisco César (PS):** Modéstia à parte!

**O Orador:** Era só para lhe lembrar que faltou essa parte na sua intervenção, mas com certeza que vai reconhecê-la a seguir.

De resto, o CDS orgulha-se de estar sempre na linha da frente na redução de impostos nos Açores.

Efetivamente, em 1998, o CDS propõe a introdução do diferencial fiscal de 15% (o CDS propõe, Sr. Deputado Francisco César)...

**Deputado Francisco César (PS):** Eu não disse nada!

**O Orador:** ... de todos os escalões do IRS, 30% do IRC e 30% no IVA.

Votos: PSD, CDS e PCP votaram a favor; Partido Socialista votou conta.

Em 1999, novamente o CDS propõe a alteração do diferencial fiscal em 20% dos escalões do IRS. O PSD e o CDS votaram a favor, o PS votou contra.

Sr. Deputado João Paulo Corvelo, o seu partido, Partido Comunista Português, imagine lá como é que votou!... Contra!

Portanto, Sr. Deputado, convém também ter a história presente.

O seu partido votou contra a uma redução de 20% em todos os escalões do IRS, penalizando todas as famílias açorianas.

O PCP opôs-se a uma redução de imposto em 1999.

Portanto, fica esclarecido esse ponto. Prejudicou mais as famílias açorianas na altura do que o CDS eventualmente agora na troika.

Em 2013, o CDS propõe, aqui, 30% de redução de todos os escalões do IRS.

PS, BE (Bloco de Esquerda) e Partido Comunista Português, imagine lá como é que votaram, Sra. Deputada!...

**Deputada Zuraída Soares (BE):** Contra!

**O Orador:** Contra!

**Deputada Zuraída Soares (BE):** É verdade! E voltávamos a votar contra!

**O Orador:** Muito bem, Sra. Deputada. Mas hoje em dia estamos diferentes.

Depois, em 2014, obviamente que houve a redução dos 10%, pela troika, proposta aceite pelo Partido Socialista, negociada por José Sócrates, negociada pelo Partido Socialista, quando a troika entrou em Portugal, depois de ter falido o Governo e o país.

Em 2015, e sempre no intuito de reduzir os encargos sobre as famílias, aqui, numa negociação difícil, o CDS não teve nenhum problema em chegar-se à frente e estar do lado do Governo para uma baixa de impostos nos Açores. O Sr. Deputado Francisco César é particular testemunha disso, o Sr. Presidente do Governo obviamente e o Sr. Vice-Presidente.

Fomos acusados na altura disto e daquilo, mas o que nos interessava...

A redução na altura teve um duplo efeito. Como se lembram os escalões do IRS foram alterados. Portanto, aquela redução dos 25% nos escalões do IRS atingiu diretamente, com mais incidência, cerca de 90% das famílias, obviamente tendo atingido toda a gente, porque o IRS é progressivo, portanto, atingia toda a gente.

Também na proposta, os 30% de redução no 1.º escalão do IVA que muita gente acha que não é nada, mas é exatamente onde está o imposto, e 30% no segundo.

Muita gente acha que não é nada, mas é muito importante, sobretudo se pensarmos que a nossa indústria conserveira está lá metida.

Portanto, foi muito importante essa redução hoje em dia e felizmente, e não só também por isso, mas também por mérito naturalmente das empresas, a nossa indústria conserveira hoje em dia está bem, ganhando prémios por todo o lado.

Portanto, nessa matéria o CDS tem história, o CDS fez proposta, o CDS foi o primeiro partido a apresentar uma proposta de redução fiscal nos Açores.

Isso é a história! Não é quem vai à frente e quem vai atrás. São factos!

**Deputada Zuraida Soares (BE):** Mais ou menos!

**O Orador:** Portanto, os factos falam por si.

Relativamente à questão agora colocada, é sempre uma questão que se coloca entre o aumento da receita, o equilíbrio orçamental, sim senhor.

Mas eu também gostaria de deixar aqui uma pergunta. Aliás, ontem já falámos sobre isso com o Sr. Deputado Carlos Silva, num debate que tivemos.

O Governo naturalmente é que tem esses números e pode dá-los com mais fiabilidade, se é 20, se é 25 milhões, se lhe é permitido acomodar ou não essa parte no equilíbrio orçamental, mas também temos que jogar aqui com uma série de fatores, ou seja, estes 20 ou 25 milhões não vão cair num dia. Quer dizer, o Governo de um mês para o outro não vai ter um corte da sua receita de 25 milhões de euros. Será ao longo do tempo e ao longo do ano.

Nessa matéria vai haver um aumento brutal de impostos, no Governo, sobre o tabaco. É preciso perceber também quanto é esse aumento. Isso pode jogar uma coisa com a outra para o tal dito equilíbrio orçamental. Portanto, percebendo que aumentando o imposto sobre o tabaco, quanto é que ficamos de folga para diminuirmos no IVA?

Agora, uma coisa eu acho que é certa: todos concordamos que a diminuição do IVA vai beneficiar as empresas.

Sim, vai beneficiar as empresas. Quem o paga sente-o bem, porque enquanto o pau vai e vem... E, naturalmente os consumidores.

Agora, é o equilíbrio orçamental, não é o equilíbrio orçamental, afeta ou não afeta. Ficamos naturalmente à espera que o Governo esclareça o assunto e dê...

**Vice-Presidente do Governo (Sérgio Ávila):** A proposta não é do Governo! Quem tem que esclarecer é o proponente!

**O Orador:** Ou que o proponente esclareça o assunto (julgo que também o dirá), mas o Governo com certeza terá uma palavra a dizer e intervirá neste debate.

Muito obrigado.

**Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo.

(\*) **Vice-Presidente do Governo (Sérgio Ávila):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Ah! Afinal ia falar! Era só mesmo para me contrariar!

**O Orador:** Eu só falo depois do Sr. Deputado. É sempre bom ter uma fonte de inspiração adicional.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Obrigado!

**O Orador:** Permitam-me que comece a abordar esta questão por dizer que é sempre bom debater mais uma redução de impostos e só se debate a

possibilidade de mais uma redução de impostos quando há esperança, confiança no futuro de uma região.

**Vozes de alguns Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo:**

Muito bem! Muito bem!

**O Orador:** Quando existe crise, quando existe preocupação com o futuro, ou se é responsável ou não se debate esta matéria.

**Vozes de alguns Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo:**

Muito bem! Muito bem!

**O Orador:** Portanto, é o maior elogio que se pode fazer à governação dos Açores e ao futuro da nossa Região debater esta matéria e não debater aquilo que muitos parlamentos na Europa estão a debater que é o aumento dos impostos.

**Vozes de alguns Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo:**

Muito bem! Muito bem!

**O Orador:** Esse é um património deste Governo e é um património do Partido Socialista.

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

Segunda questão: esta matéria é uma matéria extremamente importante e estrutural do desenvolvimento da Região. Sobre isto fomos sempre claros, transparentes e objetivos.

Fizemos uma opção que demos a conhecer aos açorianos e que a concretizámos com toda a objetividade em 2015.

Em 2015, e com o apoio do CDS-PP, fizemos uma opção, uma opção pelas pessoas, uma opção pelos açorianos, uma opção pela Região e uma opção pela nossa economia.

Essa opção foi, havendo a possibilidade de reposição do diferencial fiscal, irmos muito mais além daquilo que existia naquilo que era a redução dos impostos sobre as pessoas, a redução dos impostos sobre o trabalho.

Fizemos isso por duas ordem de razão: porque era a melhor maneira de garantir ainda mais rendimento disponível aos trabalhadores e aos açorianos; era a melhor maneira de assegurar, com esse aumento, rendimento disponível a melhor estímulo à atividade económica e ao incremento de consumo e era a melhor maneira que defendia a Região, porque era a única forma de que essa redução fiscal ficasse efetivamente na Região, ficasse dentro do aumento do rendimento dos açorianos e não fosse um benefício da República, como a proposta que aqui hoje é feita o conduz.

Por isso os açorianos conhecem exatamente aquilo que propusemos e foi com base nesta proposta que confirmámos no Programa do Governo, e que confirmámos na proposta que apresentámos aos açorianos e que teve o apoio maioritário dos açorianos, que aqui estamos.

Estamos aqui para cumprir aquilo a que nos comprometemos e estamos aqui para fazer exatamente aquilo que a maioria dos açorianos acharam que devia ser feito.

**Deputado André Bradford (PS):** Muito bem!

**O Orador:** É isso que nos traz aqui hoje.

Por isso mesmo, hoje, os Açores tem, fruto dessa redução significa dos impostos em 2015, nos seus rendimentos até 20 mil euros uma redução de impostos sobre o rendimento do seu trabalho como nunca tiveram

**Deputado André Bradford (PS):** Muito bem!

**O Orador:** Só nesta matéria asseguramos que os açorianos tenham hoje sobre o rendimento do seu trabalho (todos os açorianos!) um nível de impostos, fruto desse diferencial e, no âmbito desse diferencial, mais baixo da história da nossa Autonomia.

Foi isso que fizemos em termos de opção.

É bom lembrar que hoje, os rendimentos de todos os açorianos, até 7 mil euros, têm uma taxa de IRS 30% inferior ao nível nacional e nos rendimentos entre os 7 mil e os 20 mil euros pagam menos 25% de imposto sobre o rendimento do seu trabalho do que a nível nacional.

Isto, somado à reposição que fizemos de 30% de redução da taxa reduzida e da taxa intermédia de IVA, e uma redução de 20% na taxa normal de IVA, e de 20% no IRC, acumulando com as remunerações complementares da Administração Pública Regional, com os complementos de pensão e de abono de família e todas as outras medidas regionais, faz que hoje os açorianos, as empresas e as famílias açorianas, tenham um benefício acrescido, e em termos de rendimento, de 250 milhões de euros, do que tinham se vivessem no continente ou na Madeira, em igualdade de circunstâncias.

**Deputado André Bradford (PS):** Muito bem!

**O Orador:** É este o nosso património de que nos orgulhamos, é este o património que foi apoiado ainda muito recentemente pelos açorianos.

**Deputado André Bradford (PS) e Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias):** Muito bem!  
Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

**O Orador:** Estamos sempre disponíveis para o debate e discutir todas essas matérias com o orgulho de que fomos claros antes das eleições, fomos transparentes e rigorosos e aquilo que dissemos antes, que fizemos e que nos comprometemos, foi aquilo que fizemos.

Outro aspeto essencial nesta matéria é que este debate surge apressado. Esta proposta e este debate é claramente ineficaz hoje. Esta proposta não tem nenhuma eficácia.

Houve uma tentativa de corrida para chegar um mês antes do mês próprio para este debate.

**Deputado Francisco César (PS):** É verdade!

**O Orador:** Por duas ordens de razão: a primeira, é para tentar antecipar-se a outra oposição, mas isso não tem eficácia nenhuma, porque efetivamente o Orçamento da Região já entrou nesta Assembleia. O Governo não tem competência neste momento para alterar a proposta de orçamento que já entrou na Assembleia e que é competência dos partidos a alterarem.

Neste contexto, um debate sobre esta matéria, a sua sede é na discussão, como sempre foi, do Orçamento da Região.

**Deputado Miguel Costa (PS):** Muito bem!

**O Orador:** E não me digam que é por uma questão de urgência, porque a discussão do Orçamento da Região é debatida nesta Assembleia daqui a menos de trinta dias. É daqui a menos de 30 dias! E é exatamente esta matéria, que tem outras razões para ter sido feita agora, que me escuso de dizer e que no momento certo do debate no próximo mês teremos todos o gosto de as abordar,...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Diga agora!

**O Orador:** ... que se prova que o que nós fizemos, aquilo que os açorianos conhecem de nós, o nosso património é muito claro: nós optámos por privilegiar ainda mais, reduzindo ainda mais, os impostos sobre o rendimento do trabalho, porque estes ficam nas pessoas e o benefício fica na Região.

**Deputado André Bradford (PS):** Muito bem!

**O Orador:** Hoje, os açorianos têm impostos sobre o seu trabalho mais baixos da história da nossa Autonomia e com isso estimulámos a economia, porque aumentou o rendimento disponível e aumentou o consumo.

A opção foi clara: entre reduzir dois pontos percentuais numa única taxa do IVA e reduzir cinco pontos percentuais numa taxa do rendimento de todos os açorianos entre os 7 mil e os 20 mil,...

**Deputado Miguel Costa (PS):** Muito bem!

**O Orador:** ... dissemos com clareza em 2015 aos açorianos, e confirmámos em 2016, que esta era a nossa opção.

**Deputado André Bradford (PS):** Muito bem!

**O Orador:** E que o resultado destas eleições foi esta a opção dos açorianos, é esta a opção que vamos cumprir dando continuidade a este percurso onde hoje nos Açores, por se viver nos Açores, as famílias e as empresas açorianas pagam menos impostos e têm mais apoios complementares de 250 milhões de euros...

**Deputado André Bradford (PS):** Muito bem!

**O Orador:** ... do que se vivessem no continente e na Madeira.

Os açorianos demonstraram claramente que sabem esta realidade.

Por isso, há aqui depois esta manobras de tentativa de antecipação...

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Manobras?!

**Deputado Duarte Freitas (PSD):** Truques é linhas de pagamento de cima para baixo! Isso é que é um truque, por isso estão aguentando-o aí! Olha o Sócrates!

**O Orador:** ... que são inócuas, são ineficazes, porque fora do momento do seu debate.

Para concluir, gostaria só de reafirmar de que a redução dos impostos sobre o trabalho, sobre o rendimento do trabalho e sobre o capital, sobre o rendimento das empresas, é um património do Governo do Partido Socialista, desde que iniciou esta fase.

**Deputado André Bradford (PS):** Muito bem!

**O Orador:** Foi, com os Governos do Partido Socialista que os açorianos passaram a ter diferencial e IRS, e as empresas diferencial e IRC.

**Presidente do Governo Regional** (*Vasco Cordeiro*): Muito bem!

**O Orador:** Foi connosco que esta realidade permitiu fazer que quem viva nos Açores, no âmbito destes impostos e depois acrescidos do complemento de rendimento no âmbito do rendimento complementar, no âmbito do complemento do abono de família e no âmbito do complemento regional de pensão, hoje possa dizer-se e repetir que se viver nos Açores, tem os açorianos e as empresas açorianas, à sua disposição, mais exatamente 250 milhões de euros do que teriam se vivessem na Madeira ou no Continente.

É este o património que muito nos orgulhamos e que aqui hoje reafirmamos cumprindo aquilo que foi o nosso compromisso e a nossa palavra com os açorianos ainda no passado mês de outubro.

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Viveiros.

(\*) **Deputado António Vasco Viveiros** (*PSD*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Começo pelo Sr. Deputado Carlos Silva.

Parte das questões que levantou estavam respondidas na intervenção, mas posso recordar. Primeira, relativamente à perspetiva das finanças públicas saudáveis e às opções relativamente à redução fiscal. Isto foi explicado e não há aqui contradição nenhuma.

Para além do mais, a proposta que fazemos, e isso foi dito aqui, traduz-se numa redução da receita fiscal, mas numa redução da despesa equivalente.

Portanto, não estamos aqui a desequilibrar as contas públicas.

**Deputado José San-Bento (PS):** Mas em que áreas é que cortam? Diga lá!

**O Orador:** Já lá vou.

Nesse aspeto privilegiamos o equilíbrio das finanças públicas e, portanto, o que se deixa de cobrar...

**Deputado Carlos Silva (PS):** Qual é o valor?

**O Orador:** Eu já lhe respondo.

Essa questão da sua intervenção fica esclarecida.

Relativamente ao Sr. Vice-Presidente,...

*(Apartes inaudíveis dos Deputados da bancada do PS)*

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados...

**O Orador:** Já vou lá.

Da parte do que disse o Sr. Vice-Presidente, falou naquilo que foi a intervenção e a decisão do Governo em 2015. Entretanto passaram dois anos e parte daquilo que disse é verdade. Houve uma redução fiscal, utilizou-se um mecanismo que foi reposto na Lei de Finanças através do Orçamento de Estado de 2015. Portanto, aí é inegável.

Mas aí o Sr. Vice-Presidente entra aqui numa contradição ou num exagero daquilo que é a sua boa vontade.

Devolveu uma parte do que tinha sido retirado e na verdade se a justificação de não repor tudo é porque o Governo da República tinha ficado, em 2014, com 67 milhões de euros, através da revisão da Lei de Finanças Regionais, na verdade quando reduziu os impostos, não repôs o diferencial, há uma parte que foram os açorianos que pagaram, os contribuintes e as empresas. Portanto, aí não chame só a si o mérito.

**Vice-Presidente do Governo (Sérgio Ávila):** Está acusar o Governo da República de usar o diferencial fiscal?

**Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD):** A afirmação é sua!

**O Orador:** Não! Estou a falar daquilo que o Sr. Vice-Presidente disse.

**Vice-Presidente do Governo (Sérgio Ávila):** Está a fazer uma acusação gravíssima ao anterior Governo da República!

**O Orador:** Não! Estou a citar as suas declarações na Assembleia em que afirmou que o Governo da República não tinha devolvido 67 milhões de euros na alteração. Portanto, tinha ficado com os impostos dos açorianos. É verdade, não ponho em causa isso.

A questão aqui é: desde essa altura houve alteração do regime de captação de IVA, e a captação da IVA, aquilo que a Região recebeu de IVA desde essa altura, cresceu, portanto, compensou já mais do que os 67 milhões de euros.

A verdade é que em 2012 o IVA arrecado pela Região foi 165 milhões de euros; em 2013 foram 214 milhões de euros e em 2015 foram 276 milhões de euros. Em 2016 estamos... Estou a falar do boletim de execução orçamental da Conta da Região, portanto, se está mal, paciência.

Em 2016, o que está no boletim de execução orçamental são 290 milhões de euros. Deve ficar a baixo disso com os acertos no final do ano.

Portanto, a questão aqui do argumento, para não ter repostado tudo, que foi utilizado em 2015, porque o Governo da República tinha ficado com uma parte, é parcialmente pelo menos anulado pela questão do aumento do IVA e pela alteração do regime da cobrança de IVA.

Todas essas questões são relevantes, mas a questão essencial tem que ser discutida. É se efetivamente, passados dois anos, é ou não é importante para a economia da Região, e face à situação da economia da Região, voltar a repor a situação do IVA em 30%...

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** ... que já vinha de 1985?

E as comparações que o Sr. Deputado Carlos Silva faz com outras regiões do país são diferenças que já vinham de trás. Portanto, não há aqui nada de novo. A diferença que existe para o país era de 30%.

**Deputado Francisco César (PS):** E na Madeira?

**O Orador:** Eu estou a falar do continente. Era de 30% e mantém-se os 30%. Portanto, mantém-se nos 20 e o que se está a pedir é que se mantenha nos 30. Portanto, não há aqui nada de novo. Se já era mais baixo no passado, o que se está a propor aqui é que se mantenha mais baixo.

Portanto, aquilo que propomos é que no âmbito desse projeto a questão fosse reanalisada dois anos depois.

O Sr. Vice-Presidente mantém a argumentação que utilizou em 2015, até os mesmos montantes. Faz sentido, mas o que pedimos é que a avaliação e o interesse para a economia e para os açorianos fossem reequacionados novamente.

Além disso, a avaliação económica que fazemos provavelmente não é idêntica à vossa. Olhamos para o desemprego noutra perspetiva. Os dados melhoraram, é evidente, em termos globais, mas se analisarmos a taxa de desemprego no género feminino e masculino...

**Deputado André Bradford (PS):** E o que é que isso tem a ver com o IVA?

**O Orador:** ... os dados são preocupantes.

Basta que lhe diga que se a população ativa masculina não tivesse baixado desde 2012 até 2016 (estou a falar no quarto trimestre, baixou 3 mil a população ativa), se tivesse o mesmo valor a população ativa, a taxa de desemprego masculina neste momento era superior a 16%.

Aliás, eu desafio o Sr. Presidente do Governo a analisar (falou no desemprego na sua intervenção, na televisão, a semana passada) a questão do desemprego, separando o género masculino e o feminino, e as conclusões são preocupantes.

Eu fico preocupado com elas. Espero que também fique e que isso seja tido em conta na avaliação demasiado positiva que se faz, embora reconheça que há dados positivos na evolução do desemprego. Portanto, essa é a questão.

**Deputado André Bradford (PS):** Quer milagres?

**Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Não são milagres! É uma questão séria!

**O Orador:** Sr. Vice-Presidente, eu estou a comparar trimestres equivalentes: quarto trimestre de 2012/quatro trimestre de 2016. Se estivesse a misturar trimestres também não me dizia nada!

Fundamentalmente o nosso projeto e a ideia era que fosse discutido à realidade dos dias de hoje e da situação da economia.

Analisar em função daquilo que o Governo fez em 2015, acho que é um bocadinho extemporâneo neste momento. É uma justificação, mas para nós não é válida.

**Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)*

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

**Deputado João Corvelo (PCP):** Sra. Presidente, é uma interpelação.

**Presidente:** Eu vou dar a palavra ao Sr. Deputado Paulo Estêvão. Não vi que tinha pedido a palavra para uma interpelação.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

A questão fundamental aqui é: em primeiro lugar, esta iniciativa é ou não é urgente?

O que é que o Parlamento respondeu?

É urgente! Aprovou por unanimidade.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Bem lembrado!

**Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Muito bem!

**O Orador:** Portanto, nesta questão, se o Partido Socialista considerava que não era urgente, tinha votado contra e tinha...

**Deputado André Bradford (PS):** Que argumento de forte, Sr. Deputado!...

*(Apartes inaudíveis dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados...

**O Orador:** ... o período regimental para o fazer.

Portanto, este tipo de manobras estáticas, considero que devem ser desmascaradas e é isso que eu vou fazer constantemente.

Em segundo lugar, estamos a falar de uma diminuição de receita, mas nem o Governo disse, nem o proponente.

Portanto, nenhum dos dois quis aqui “queimar-se” com os números.

Provavelmente um já tem, o outro também e querem contrapor a ver quem é que... Aliás, uma técnica conhecida.

O Sr. Vice-Presidente Sérgio Ávila fez isso em 2015, perguntou qual era a redução prevista da receita, mas quando perguntou já sabia a resposta.

Portanto, neste momento o que eu pergunto ao proponente, em primeiro lugar, é qual é a redução da receita prevista com o impacto desta medida? Que impacto é que ela terá?

Pergunto exatamente a mesma questão ao Governo Regional. Mas, evidentemente, o proponente deve responder em relação a esta questão, uma vez que tomou a iniciativa de apresentar nesta câmara a proposta e o Governo Regional obviamente se tem números diferentes, depois vamos ver, vamos discutir e vamos verificar os argumentos e também os dados que são avançados.

Mas o impacto orçamental da medida em relação à redução da receita é absolutamente essencial e espero que seja um elemento que seja avançado, quer pelo proponente, quer pelo Governo, nas próximas intervenções.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado João Paulo Corvelo, tinha-se inscrito para uma interpelação.

(\*) **Deputado João Corvelo (PCP):** Sra. Presidente, era para pedir um intervalo regimental de 15 minutos, se faz favor.

**Presidente:** Eu peço aos líderes e ao Sr. Secretário Regional o favor de se aproximarem da Mesa.

*(Pausa)*

O intervalo é regimental e a Conferência anuiu que se interrompessem os trabalhos por hoje.

Regressamos amanhã às 10H00. Uma boa noite a todos.

*Eram 19 horas e 32 minutos.*

*Deputado que entrou durante a sessão:*

**Partido Socialista (PS)**

**Francisco Manuel Coelho** Lopes Cabral

*Deputados que faltaram à sessão:*

**Partido Socialista (PS)**

**Domingos Manuel Cristiano Oliveira da Cunha**

*Partido Social Democrata (PSD)*

**António** Oldemiro das Neves **Pedroso**

**Bruno** Filipe de Freitas **Belo**

(\*) Texto não revisto pelo orador

**A redatora:** Maria da Conceição Fraga Branco